



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DA REDUÇÃO DE
POBREZA COMO ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E
DESENVOLVIMENTO LOCAL. O CASO DE CABINDA
(ANGOLA)**

António Filipe Panzo Cabeche

Orientação: Professor Doutor Miguel Rocha de Sousa

Mestrado em Economia

Área de especialização: Economia Regional e Desenvolvimento Local

Dissertação

Évora, 2015



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DA REDUÇÃO DE
POBREZA COMO ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E
DESENVOLVIMENTO LOCAL. O CASO DE CABINDA
(ANGOLA)**

António Filipe Panzo Cabeche

Orientação: Professor Doutor Miguel Rocha de Sousa

Mestrado em Economia

Área de especialização: Economia Regional e Desenvolvimento Local

Dissertação

Évora, 2015

Resumo

A pobreza é um problema multifacetado que pode ser tratada através de uma variedade de acções de natureza social, económica e política. As dificuldades de acesso às necessidades básicas como alimentação, educação, saúde, emprego, entre outras, colocam a maioria da população Angolana, no geral e a de Cabinda, em particular, a viver em condições não condignas. Nesta conformidade, é importante definir estratégias para a redução destas dificuldades. Portanto, a questão central deste estudo versa sobre as estratégias necessárias para a redução da pobreza e a promoção do crescimento e desenvolvimento em Cabinda.

Tendo em conta o tema e os objectivos propostos, o presente trabalho apoia-se numa metodologia de investigação de tipo qualitativo e quantitativo, com a utilização do método dedutivo e a técnica de observação, com particular realce nas pesquisas bibliográfica e documental. Conclui-se que para a redução da pobreza em Cabinda e o alcance do crescimento e desenvolvimento é necessário que se dê solução dos problemas que a população enferma, isto é, apostar na melhoria dos indicadores sociais como reforçar os sistemas de educação, saúde e formação profissional, garantir o acesso à alimentação, água potável e serviços adequados de saneamento básico, atendimento às necessidades de habitação e energia, criação de emprego digno e auto-sustentável e melhorar dos serviços de transporte e vias de comunicação. O estudo permite confirmar que Cabinda continua a apresentar carências muito graves em todos esses sectores. É fundamental implementar programa que torne Cabinda numa província onde a pobreza, as dissemelhanças sociais se confinem, cultivando assim as vantagens comparativas das famílias no ajustamento da desigualdade a todos os níveis da sociedade.

Palavras-chave: Crescimento, Desenvolvimento Economico, Redução da Pobreza, Cabinda, Angola.

CÓDIGO DO JEL: C14, C54, O10, O55, R11

Abstract

Contributions for the study of Poverty Reduction as Growth Strategy and Local Development. The case of Cabinda (Angola)

Poverty is a multifaceted problem that can be treated through a variety of activities in social, economic and political dimensions. The difficulties of access to basic needs such as food, education, health, employment, among others, put the majority of the Angolan population in general, and of Cabinda in particular, not living in decent conditions. Accordingly, it is important to define strategies to reduce these difficulties. So, the central question of this study deals with the strategies needed to reduce poverty and promote growth and development in Cabinda.

Having regard to the theme and the objectives, this study is based on a qualitative and quantitative research methodology, using the deductive method and the observation technique with particular emphasis on bibliographic and documentary research. We concluded that to reduce poverty in Cabinda and wish the scope of attaining growth and development is necessary to give solution to the problems that the population would suffer, that is, committed to improving social indicators and strengthen the systems of education, health and vocational training, ensure access to food, clean water and adequate sanitation services, assistance to housing and energy needs, creating decent employment and self-sustaining and improving transportation and roads services. The study allows us to confirm that Cabinda continues to have very serious deficiencies in all these sectors. It is crucial to implement a program that makes Cabinda a province where poverty, social dissimilarities is confined thus cultivating the comparative advantages of the families in the adjustment of inequality at all levels of society.

Keywords: Growth, Economic Development, Poverty Reduction, Cabinda, Angola.

JEL CODE: C14, C54, O10, O55, R11

Dedicatória

Dedico esta Dissertação à minha família, de modo especial aos meus pais, pelo incentivo que souberam prestar na concretização deste sonho de grande satisfação pessoal e profissional.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pelo dom da vida; aos meus Pais pelo apoio e carinho que sempre demonstraram ao longo da minha formação. Aos amigos, colegas e docentes da Universidade de Évora e a todos que contribuíram de forma directa ou indirecta na concretização deste trabalho.

Um carinho especial ao meu orientador Professor Doutor Miguel Rocha de Sousa, pela paciência e de forma sábia como orientou esta dissertação, apesar das suas múltiplas ocupações esteve sempre disponível em atender as minhas preocupações.

Estendo os meus agradecimentos à Universidade 11 de Novembro de forma particular à Faculdade de Economia especialmente ao corpo Directivo por terem apostado nesta formação.

Também estendo os meus agradecimentos ao Governo da Província de Cabinda em especial ao Gabinete de Estudo e Planeamento (GEP), à Secção de combate à pobreza dirigido pelo gabinete de Vice-Governador para área Económica, bem como a Administração Municipal de Cabinda, em especial a Repartição de Estudos e Planeamento Estatística (REPE), pela atenção e dedicação que prestaram no fornecimento de algumas informações, que permitiram a execução deste trabalho. Fica aqui expresso o meu:

Muito obrigado!

Lista de Abreviaturas

BIC – Banco Internacional de Crédito

BM – Banco Mundial

BNA – Banco Nacional de Angola

CEIC/UCAN – Centro de Estudos e Investigação Científica/ Universidade Católica de Angola

CMMAD – Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

CNLCP – Comissão Nacional de Luta Contra à Pobreza

CUE – Comissão da União Europeia

DEA – Análise Envolvente (Envolutória) de Dados. (Data Envelopment Analysis)

DL – Desenvolvimento Local

ENE – Empresa Nacional de Energia

ETA – Estação de Tratamento de Água

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura

FMI – Fundo Monetário Internacional

GPC – Governo da Província de Cabinda

IBEP – Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INEFOP – Instituto Nacional de Formação Profissional

IPH – Índice de Pobreza Humana

MAPTSS – Ministério de Administração Pública Trabalho e Segurança Social

MAT – Ministério de Administração do Território

MINEA – Ministério de Energia e Águas

MINPLAN – Ministério do Planeamento

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NEPAD – Parceria para o Desenvolvimento de África

OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico

ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PIM – Plano de Investimento Municipal

PMIDRCP – Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza

PND – Plano Nacional da Desenvolvimento

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RNB – Rendimento Nacional Bruto

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SPEA – Secretaria Provincial de Energia e Águas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UTMLCP - Unidade Técnica Municipais de Luta Contra à Pobreza

UTNLCP – Unidade Técnica Nacional de Luta Contra à Pobreza

Índice Geral

Resumo	I
Abstract.....	II
Dedicatória.....	III
Agradecimentos	IV
Lista de Abreviaturas.....	V
Índice Geral	VII
Índice de Quadros.....	IX
Índice de Figuras	X
Índice de Gráficos.....	X

INTRODUÇÃO	1
-------------------------	----------

CAPITULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
--	----------

1.1 Conceito da Pobreza	4
1.1.1 Pobreza absoluta e relativa	4
1.1.2 Características da Pobreza	6
1.1.3 Medidas da Pobreza.....	6
1.1.4 Armadilha da Pobreza	7
1.2 Pobreza no mundo e em África nas últimas décadas.....	9
1.3 Factores e causas da Pobreza.....	13
1.4 Breve abordagem sobre o Crescimento e Desenvolvimento Económico.....	16
1.4.1 Crescimento Económico e sua evolução histórica	16
1.4.2 Factores de Crescimento Económico	18
1.4.2.1 Variáveis teóricas explicativas do Crescimento Económico.....	19
1.4.3 Características do Crescimento Económicos.....	19
1.4.4 Implicação do Crescimento para os países em Desenvolvimento.....	20
1.4.5 Os Principais benefícios e custos de Crescimento Económico	20
1.4.6 Relação entre Crescimento Económico e a Redução da Pobreza.....	22
1.4.7 Desenvolvimento Económico e a sua evolução histórica.....	22
1.4.7.1 Desenvolvimento integral do homem.....	24
1.5 Nova abordagem de Desenvolvimento Económico e humano	25
1.5.1 Índice de Desenvolvimento Humano	25
1.6 Desenvolvimento Económico regional.....	26
1.7 Desenvolvimento Sustentável.....	27

CAPITULO II- CONTEXTO SOCIOECONÓMICO	30
---	-----------

2.1 Contextualização da Economia Mundial e Angolana.....	30
2.1.1 Economia Mundial	30
2.1.2 África Subsariana	32
2.1.3 Economia Angolana	33
2.1.3.1 Evolução da Inflação	36
2.1.3.2 Contexto Político	37
2.2 Pobreza em Angola.....	38

2.2.1	Pobreza monetária baseada no rendimento	39
2.2.2	Pobreza não-monetária em Angola.....	40
2.2.3	A desigualdade no rendimento	41
2.2.4	Índice de Desenvolvimento Humano em Angola.....	42
2.3	Caracterização Geográfica, Climática e Socioeconómica de Cabinda.....	45
2.3.1	Localização	45
2.3.2	Clima	46
2.3.3	Contexto socioeconómico de Cabinda	47
2.3.3.1	Sector Agrícola e Pesca	48
2.3.3.2	Fileira Florestal.....	49
2.3.3.3	Sector Industrial, Hoteleiro e Comercial	49
2.3.3.4	Sector de Energia.....	50
2.3.3.5	Sectores de Transportes e Telecomunicações	51
2.4	Situação da Pobreza em Cabinda.....	52
2.4.1	Análise dos sectores sociais em Cabinda	53
2.4.1.1	Educação.....	53
2.4.1.2	Saúde	55
2.4.1.3	Acesso à água	57
2.4.1.4	Saneamento básico	58
2.4.1.5	Habitação	59
2.4.1.6	Emprego e formação profissional.....	60
CAPÍTULO III- ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DA POBREZA		63
3.1	Estratégias de melhoria de condições Económicas e Sociais.....	63
3.1.1	Melhoria de condições na esfera Económica	63
3.1.2	Melhoria de condições na esfera Social	66
3.2	Actores locais e as suas Responsabilidades.....	70
3.2.1	Responsabilidades do Estado	71
3.2.2	Responsabilidades das Empresas	72
3.2.3	As associações e agências de Desenvolvimento	72
3.3	Planos do governo na Redução da Pobreza e na promoção de Crescimento e Desenvolvimento Local.....	73
3.3.1	Análise do plano de acções do governo da província no programa combate à Pobreza	74
3.3.2	Análise DEA (Análise Envolvente de Dados) do programa combate à pobreza em Cabinda	74
CAPÍTULO IV- CONCLUSÃO.....		89
4.1	Principais Conclusões.....	89
4.2	Limitações do Estudo	91
4.3	Perspectivas de Futuras Pesquisas	92
Referências Bibliográficas		93
Apêndices		

Índice de Quadros

Quadro 1: Alargamento dos hiatos entre ricos e pobres desde o início do século XX.....	10
Quadro 2: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)	11
Quadro 3: Resumo dos factores e causas da Pobreza.....	15
Quadro 4: Comportamento das economias avançadas	31
Quadro 5: Comportamento das economias dos principais parceiros de Angola.....	33
Quadro 6: Indicadores Macroeconómicos	35
Quadro 7: Estrutura percentual do Produto Interno Bruto (PIB).....	36
Quadro 8: Indicadores sociais de Angola, 2011-2014.....	42
Quadro 9: Comparação de IDH entre países e a média anual de Crescimento de IDH	43
Quadro 10: Comparação das diferentes taxas nos três países	44
Quadro 11: Divisão administrativa da província de Cabinda.....	45
Quadro 12: Distribuição da capacidade instalada e efectiva por município.....	50
Quadro 13: Estabelecimento de ensino por municípios	54
Quadro 14: Distribuição da rede hospitalar	55
Quadro 15: Formas de captação de água	57
Quadro 16: Mercado de trabalho de Cabinda em 2013	61
Quadro 17: Análise SWOT do plano de acção do governo no programa combate à pobreza.....	74
Quadro 18: Critérios de atribuição de notas	76
Quadro 19: IDH e seus componentes	77
Quadro 20: (X_1) – Rendimento – Estimação de fronteira de produção para o programa combate à pobreza pelo método DEA (vrs) <i>input oriented</i>	79
Quadro 21: (X_2) – Educação – Estimação de fronteira de produção para o programa combate à pobreza pelo método DEA (vrs) <i>input oriented</i>	80
Quadro 22: (X_3) – Saúde – Estimação de fronteira de produção para o programa combate à pobreza pelo método DEA (vrs) <i>input oriented</i>	80
Quadro 23: (Y) – IDH-Geral – Estimação de fronteira de produção para o programa combate à pobreza pelo método DEA (vrs) <i>output oriented</i>	81
Quadro 24: Análise de IDH Intra-Regiões (vrs <i>input</i> e <i>output</i>) no período 2013-2015.....	82
Quadro 25: Índice resumo das médias Malmquist anuais (crs e vrs)	88
Quadro 26: Índice de resumo das médias Malmquist das regiões (crs e vrs).....	88

Índice de Figuras

Figura 1: Curva em forma de S e a armadilha de pobreza.....	8
Figura 2: Os três pilares para se alcançar o Desenvolvimento sustentável	29
Figura 3: Mapa da Província de Cabinda	46

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Taxa de Crescimento Mundial anual em % do PIB real	32
Gráfico 2: Evolução do preço de petróleo	34
Gráfico 3: Taxa da Pobreza monetária em Angola.....	40
Gráfico 4: Pobreza não monetária para os indivíduos.....	41
Gráfico 5: Evolução do IDH nas últimas 3 décadas.....	44
Gráfico 6: Variação Média Anual de Crescimento de IDH.....	44
Gráfico 7: Taxa da Pobreza monetária na região norte de Angola.....	53
Gráfico 8: Rede escolar por município.....	54

INTRODUÇÃO

No mundo actual é crescente a situação da pobreza nas cidades e territórios. A luta contra a pobreza faz hoje parte do imperativo da humanidade na salvaguarda do seu futuro. Assim, superar a pobreza continua a ser desafio premente para a maioria dos países no mundo.

A paz conquistada em Angola, em Abril de 2002, abriu as portas para o crescimento do país. A economia regista taxas de crescimento razoáveis e as projecções para os próximos anos são optimistas, mas é necessário garantir a sustentabilidade do crescimento económico para que haja melhoria das condições de vida das populações. Sabe-se que o desenvolvimento é um processo multifacetado, isto envolve mudanças em vários sectores e, que não devem ser apenas quantitativas mas também qualitativas. É necessário ainda que os benefícios do crescimento da economia sejam investidos na melhoria dos indicadores sociais como garantir o acesso e a qualidade dos cuidados de saúde, reforçar os sistemas de educação e formação profissional, acesso à alimentação, água potável e serviços adequados de saneamento básico, distribuição e o atendimento às necessidades de habitação e energia, criação de emprego digno e auto-sustentável e na melhoria dos serviços de transporte e vias de comunicação.

A problemática da pobreza, presente em todas as regiões do mundo, tem sido ao longo dos séculos, um dos mais marcantes problemas da sociedade. É portanto, o sintoma mais saliente duma deficiente distribuição do rendimento, dum *stock* reduzido de capital social e da fraqueza dos sistemas nacionais de previdência e segurança social (Graça, 2012). Esta situação da pobreza que corrompe o sentido de vivência em sociedade é uma realidade sobretudo em África, onde a sua abundância cria, nos indivíduos, consequências graves, como é caso da fome, da baixa esperança média de vida, das doenças, ou até mesmo da discriminação. Em Angola apesar de se verificar um crescimento económico considerável nos últimos anos, continuam a existir situações de pobreza em todos extremos do país sobretudo nas zonas rurais apesar dos esforços que se têm empreendido por parte do estado na luta contra a pobreza.

A escolha deste tema “Contributos para o estudo da Redução de Pobreza como Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento Local. O caso de Cabinda (Angola)” deve-se ao facto nos últimos anos a economia Angolana ter registado taxas de crescimento consideráveis e em contrapartida continua-se assistir a situações de miséria, fome e de exclusão social. Com esta constatação levou-me a reflectir no seguinte - para haja um

crescimento económico sustentável e considerável em todas as regiões do país é necessário olhar para a pobreza verificar as suas causas e consequências e definir estratégias para a sua redução, permitindo assim o desenvolvimento do país. Portanto pode-se assumir que Pobreza tem sido um dos grandes problemas que impede o desenvolvimento de Angola de modo particular a província de Cabinda. Partindo desta reflexão, levanta-se a seguinte questão: **Quais são as estratégias necessárias para a Redução da Pobreza e o alcance do Crescimento e Desenvolvimento em Cabinda?**

A pobreza é um fenómeno complexo e em processo de intensificação. Mais complexas se tornam assim as prioridades das políticas sociais destinadas a combater esse fenómeno (Capucha, 1998, p. 234). Tendo em conta a questão levantada, e para fazer face a esta situação, é necessário a elaboração de estratégias que visam o combate à pobreza e o alcance do Crescimento e Desenvolvimento da província, isto é, procurando melhorar os sectores que constituem a esfera económica e social.

Objectivos

O objectivo geral deste trabalho visa contribuir e definir estratégias de Redução da Pobreza e promoção do Crescimento e Desenvolvimento de Cabinda.

São objectivos específicos:

- Compreender a dimensão económica, social e cultural da pobreza em Cabinda;
- Identificar a nível sectorial (económico e social) as estratégias que visam a redução da pobreza;
- Averiguar os planos do Governo na redução da pobreza e na promoção de crescimento e desenvolvimento local.

Metodologia

A investigação científica depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” (Gil, 1999, p.26) para que seus objectivos sejam atingidos: os métodos científicos.

O método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que se devem empregar na investigação. É a linha de raciocínio adoptada no processo de pesquisa. Para responder à questão de investigação e, assim, alcançar os objectivos definidos utilizou-se uma metodologia que assenta no princípio de que os fenómenos Pobreza, Crescimento e desenvolvimento económico em Angola e de forma particular em Cabinda, devem ser analisados tendo como base uma compreensão das transformações económicas, sociais e culturais a que a sociedade foi sujeita nos últimos anos. Para tal, utilizou-se a pesquisa

bibliográfica e documental a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos científicos conceituados sobre a área de investigação, teses, dissertações e material disponibilizado na Internet, que permitiu buscar diferentes abordagens sobre o tema em estudo.

Utilizou-se igualmente a técnica de observação e o método dedutivo que permitiu identificar o problema, formulação da hipótese e dos objectivos, tendo em conta que, se partiu do geral para o restrito. O raciocínio dedutivo tem o objectivo de explicar o conteúdo das premissas. Por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular, chega-se a uma conclusão (Gil, 1999; Lakatos e Marconi, 1993). O estudo é voltado a análise qualitativa, mais também utilizou-se análise quantitativa (gráficos e quadros) com aplicação do método DEA - Análise Envolvente de dados.

Estrutura do trabalho

Para a concretização dos objectivos, a dissertação é formada por quatro capítulos, antecedidos de uma introdução.

O primeiro capítulo é constituído pelo enquadramento teórico, onde se aborda os aspectos ligados a pobreza nos seus mais variados conceitos na visão de diferentes autores, medidas e armadilha da pobreza, bem como pobreza no mundo e em África nas últimas décadas, factores e causas da Pobreza; e uma breve abordagem sobre o crescimento e desenvolvimento económico e sustentável.

O segundo capítulo aborda o contexto socioeconómico, onde se subdivide em quatro (4) partes. Sendo a 1ª parte, a contextualização da economia mundial, da África Subsariana e Angolana. A 2ª parte fez-se referência da situação da pobreza em Angola. A 3ª parte, o estudo centra-se na província de Cabinda que começa com a caracterização geográfica, climática e socioeconómica de Cabinda. E a 4ª parte fez-se uma resenha da situação da pobreza em Cabinda tendo como base de análise o sector social.

O terceiro capítulo aborda da estratégia da redução da pobreza na província de Cabinda desde análise na esfera económica e social nos seus mais variados sectores, bem como as responsabilidades do Estado (governo local) e o sector privado (as empresas) nas suas acções voltadas a responsabilidade social. Fez-se também análise do plano acções do governo da província no programa combate à pobreza.

O quarto capítulo apresenta as principais conclusões bem como as limitações do estudo culminando com as perspectivas de futuras pesquisas.

CAPÍTULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1- Conceito da Pobreza

A problemática da pobreza, presente em todas as regiões do mundo, tem sido ao longo dos séculos, um dos mais marcantes problemas da sociedade. Os debates em torno dessa problemática têm dado origem, ao longo dos anos, as definições que se enquadram em diferentes dimensões.

Segundo Sen (1999), a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como um rendimento inferior a um patamar pré-estabelecido.

De acordo com Fátima Roque (2005, p. 72), esta autora define a pobreza como uma insuficiência de recursos para a satisfação das necessidades básicas. Bruto da Costa (1998, p. 27) defende que a pobreza é a situação de privação resultante da falta de recursos. Tendo em conta estas definições, Roque Amaro (2003, p. 16) define a pobreza como a incapacidade de desenvolver uma vida longa, saudável e criativa e de usufruir de um nível decente de vida, com liberdade, dignidade, respeito por si próprio e respeito pelos outros.

Por outro lado, o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) analisa a questão da pobreza não apenas no sentido de privação de rendimentos mas a pobreza numa perspectiva do desenvolvimento humano «a pobreza como uma negação de escolhas e oportunidades para viver uma vida longa e aceitável» (PNUD 1997, p. 10). Esta perspectiva mais recente de conceituar a pobreza realça a sua natureza social, apesar de consistir na falta de alguma coisa essencial para a mera sobrevivência. É preciso ter em conta a situação de pobreza em que as pessoas se encontram, isto porque, dependendo do local, podemos estar perante uma situação de pobreza absoluta ou relativa.

1.1.1- Pobreza Absoluta e Relativa

A Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social de Copenhaga, realizada em 1995, definiu a pobreza absoluta como «a condição caracterizada por uma privação severa de necessidades humanas básicas, incluindo saúde, comida, habitação, educação e informação». Para Fátima Roque (2005, p.161) a pobreza absoluta, ocorre quando existe total dependência.

Deste modo, perante a situação que a maioria da população africana residente na África Subsariana vive pode se considerar como sendo condições de pobreza absoluta ou extrema. Por outro lado, a mesma autora afirma ser pobreza relativa, «quando as pessoas

têm algumas privações que as podem levar a ser dentro dos pobres, menos pobres que outros». Sachs (2006) apud Sílvia de Oliveira (2012, p. 31) diz que vivem em condições de pobreza relativa aqueles cujo “nível do rendimento familiar está abaixo de uma determinada proporção do rendimento nacional médio”.

Partindo desses conceitos há que ter em conta a linha híbrida da pobreza que é uma ponderação entre as pobrezas absoluta e relativa, onde os pesos relativos de cada uma dependem da elasticidade-rendimento da linha de pobreza absoluta. A elasticidade-rendimento depende, obviamente, das condições estruturais particulares de cada economia.

A pobreza absoluta representa o custo da compra de um cabaz de itens essenciais que permitem a uma pessoa alcançar o patamar absoluto mínimo de satisfação de certas necessidades básicas. Ou ainda aquele valor constante em termos reais atrelado a algum critério fixo. Por linha de pobreza relativa entende-se aquele valor fixado em relação ao rendimento médio ou mediana da população.

A necessidade de saber o porquê da pobreza e quais as suas causas e consequências, Óscar Lewis apud Sílvia de Oliveira (2012, p. 30), destaca duas perspectivas explicativas: A perspectiva culturalista e a perspectiva socioeconómica.

A perspectiva culturalista assenta no conceito da cultura da pobreza. Segundo o mesmo, existe uma série de características que enfatizam a cultura da pobreza:

- *Características económicas: desemprego, subemprego, salários baixos, trabalho infantil, em suma, uma luta pela sobrevivência;*
- *Características sociais: residência em bairros degradados e superlotados, espírito gregário, iniciação precoce na vida sexual, solidariedade familiar muito forte;*
- *Características psicológicas: índice elevado de alcoolismo, recurso à violência física não só na resolução de conflitos como na educação das crianças, abandono precoce do lar por parte das mães e dos filhos.*

Quanto à perspectiva socioeconómica, que põe em destaque a falta de recursos económicos como a principal causa da pobreza.

A justificação das dificuldades económicas, como sendo a causa principal da pobreza, deve-se a Seebohm Rowntree, que, em 1901, realizou um estudo sobre a pobreza em York. Rowntree definiu as famílias em duas grandes situações de pobreza: pobreza primária e secundária. Sendo estas as duas subdivisões da pobreza absoluta.

Se os seus rendimentos totais forem insuficientes para satisfazer as necessidades mínimas para a manutenção da eficiência meramente física, neste caso estamos perante

situação de pobreza primária (Sen, 1999, p. 27). Estariam em situação de pobreza secundária as famílias com rendimento em princípio suficiente para as colocar acima da pobreza primária, mas que, em resultado de uma distribuição menos óptima das despesas, vivem em estado de carência (Bruto da Costa, 1984, p. 277).

O fenómeno pobreza está associado ao pobre. Segundo Sen (1999, p. 27) defende que o conceito do pobre está ligado a pobreza primária «São pobres aqueles cujos rendimentos totais são insuficientes para satisfazer as necessidades mínimas para a manutenção da eficiência meramente física». Fátima Roque (2005, p.160) define o pobre como um ser dependente e desprotegido sem capacidade para exprimir as suas vontades. Capucha (1998, p. 212), diz-nos que são pobres as pessoas, as famílias e os grupos cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão escassos que os excluem dos modos de vida minimamente aceitáveis segundo a norma nos países em que vivem, aqueles que são privados de, pelo menos, uma das seguintes necessidades: alimentação, cuidados de saúde, alojamento condigno, rendimento, vestuário e falta de acesso à vida social do país (exercício do direito de voto, liberdade de direitos, etc.).

1.1.2- Características da Pobreza

De acordo Graça (2012, p.102), identifica as seguintes características da pobreza:

- a)- As famílias pobres tendem a ser maiores do que a família média e têm uma alta taxa de dependência demográfica (essencialmente influenciada por crianças, cujo o número por família está altamente correlacionado com a pobreza);*
- b)- Famílias chefiadas por mulheres são uma grande proporção das famílias pobres;*
- c)- A pobreza é significativamente maior nas zonas rurais do que nas zonas urbanas;*
- d)- A pobreza está altamente correlacionada com a ausência de propriedade sobre activos fixos e baixos stocks de capital humano (do ponto de vista ocupacional, os pobres podem ser auto-empregados ou trabalhadores assalariados) e com a falta de acesso a mercados de trabalho, crédito e de seguro;*
- e)- Existe uma relação estreita entre pobreza e subnutrição.*

1.1.3- Medidas da Pobreza

A pobreza pode ser medida segundo o nível de consumo ou de rendimento do indivíduo ou de agregado familiar. A partir de um cabaz de necessidade pré-definido como básico, estabelece-se o nível de consumo e/ou de rendimento necessário para satisfazer essas necessidades. Esse nível define-se como linha da pobreza, que corresponde ao valor

do consumo de alimentos e outros bens, que é necessário para uma vida saudável e abaixo desta linha não é possível satisfazer as necessidades definidas como essenciais (Ministério do Planeamento-Estratégia de Combate a Pobreza, 2005, p.17).

Tendo por referência a linha da pobreza, quantificada pelo valor do consumo ou rendimento (habitualmente mensal), podem-se calcular três indicadores de síntese, ou índices, que servem para medir a pobreza na população:

- **Índice de incidência de pobreza:** mede a proporção da população definida como pobre, isto é, as pessoas cujo consumo (ou outro indicador alternativo utilizado para medir o padrão de vida) se encontra abaixo da linha de pobreza definida. Quanto maior for o índice, maior a proporção de indivíduos que são pobres.
- **Índice de pobreza diferencial ou de profundidade da pobreza:** Mede a distância média do nível de consumo do indivíduo à linha da pobreza, e expressa esta distância em proporção do valor da linha da pobreza. Com esta segunda medida é possível observar mudanças de rendimento dos pobres (aproximação ou afastamento da linha da pobreza), mesmo quando o índice de incidência da pobreza permanece inalterado.
- **Índice de severidade da pobreza:** Mede a desigualdade da pobreza e é definido como a média do quadrado dos défices proporcionais da pobreza. Este índice é sensível à distância à linha da pobreza, dando um peso maior aos indivíduos mais pobres. Quanto mais indivíduos estiverem distantes da linha da pobreza, maior será o índice de severidade da pobreza (Ibidem, p.17).

1.1.4- Armadilha da Pobreza

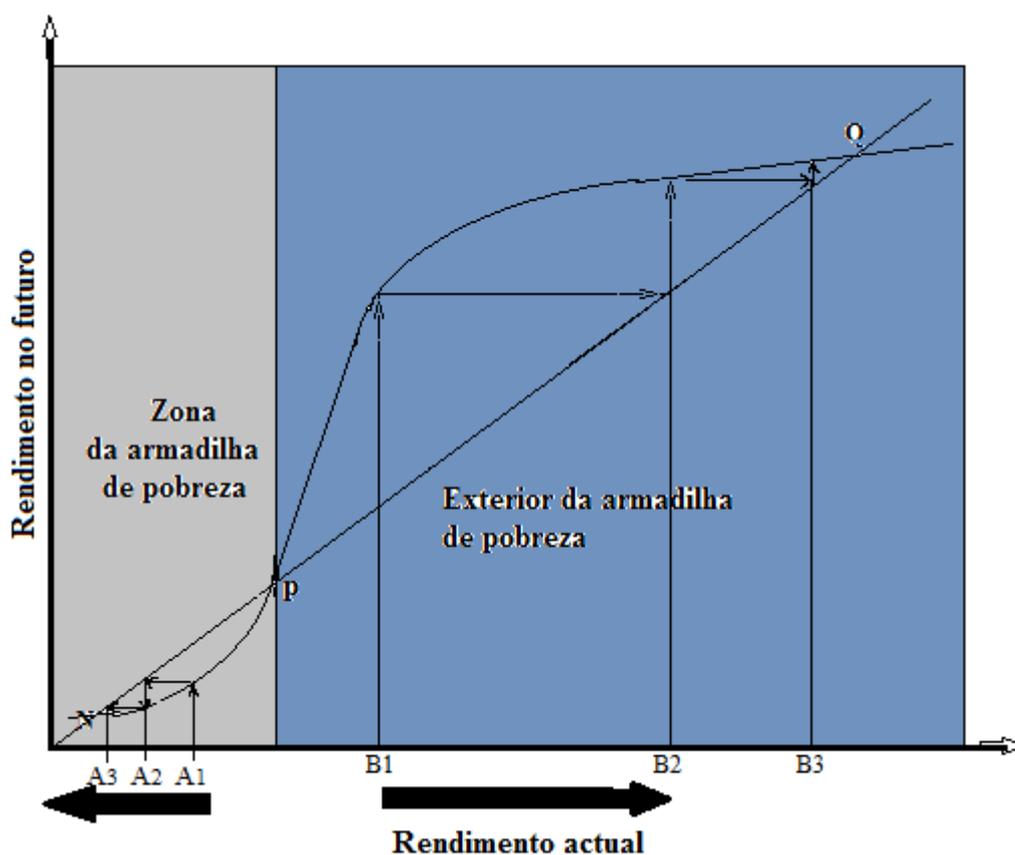
A pobreza há algum tempo atrás, era entendida em termos de rendimento ou da falta deste. Ser pobre significava que não se dispunha de meios económicos para pagar uma dieta alimentar ou uma habitação adequadas. Mas a pobreza não consiste apenas em rendimentos ou numa ração calórica insuficientes. Tem também que ver com a recusa de oportunidades e de escolhas que são de um modo geral consideradas essenciais para ter uma existência longa, saudável e criativa e gozar de um nível de vida razoável, de liberdade, de dignidade, de auto-estima e do respeito dos outros.

A armadilha da pobreza é criada quando um sistema económico requer uma quantidade significativa de diversas formas de capital, a fim de ganhar o suficiente para sair da pobreza. Quando as pessoas não têm esse capital, eles também podem ter dificuldade em adquiri-lo, criando um ciclo de auto-reforço da pobreza.

Para Banerjee, A. V. & Duflo, E. (2012, p.27), haverá uma armadilha de pobreza sempre que o âmbito do crescimento de proventos ou riqueza a uma taxa muito rápida é limitado para aqueles que têm muito pouco para investir, mas expande-se espectacularmente para aqueles que podem investir um pouco mais. Acrescentam que «se o potencial para um rápido crescimento é alto entre os pobres e, em seguida, se desvanece à medida que se enriquece, não há armadilha da pobreza».

A figura abaixo ilustra as possíveis formas da armadilha da pobreza tendo em conta o rendimento actual e o rendimento no futuro.

Figura 1: A curva em forma de S e a armadilha de pobreza



Fonte: Elaboração própria baseada no livro de Banerjee & Duflo (2012, p. 28)

Para análise desta figura é fundamental que se tenha em conta a forma da curva. É plana no início e depois sobe rapidamente, antes de endireitar de novo. A este comportamento da curva é denominado por curva em forma de S [Curva Sigmóide].

De acordo Banerjee & Duflo (2012, p. 28) a forma em S desta curva é a fonte da armadilha da pobreza. Na linha diagonal, o rendimento de hoje é igual ao rendimento de amanhã, logo o rendimento está num estado estacionário, é o ponto de equilíbrio. A zona da armadilha de pobreza, o rendimento no futuro será inferior ao rendimento de hoje: a

curva encontra-se abaixo da linha diagonal, o que significa que, com o tempo, aqueles que estão nesta zona ficarão cada vez mais pobres e acabarão presos na pobreza, no ponto **N**. Nesta zona a trajectória possível começa no ponto **A1** para **A2** e, depois **A3**.

Para aqueles que começam fora da zona da armadilha de pobreza, (ponto **P**), o rendimento de amanhã é superior ao de hoje: com o tempo, tornam-se cada vez mais ricos, pelo menos até certo ponto (ponto **Q**). Este destino mais alegre é representado pela seta que começa no ponto **B1**, que vai para **B2** e depois **B3** (Banerjee & Duflo, 2012, p. 29).

1.2- Pobreza no mundo e em África nas últimas décadas

Durante muito tempo, a pobreza não esteve no centro de atenções de políticos e de teóricos, porque, considerada uma «anomalia» na evolução normal de uma sociedade moderna, não necessitava de intervenções sistematizadas por parte da sociedade no seu todo, nomeadamente através do Estado, nem de teorias específicas (Roque Amaro, 2003, p. 9).

O mesmo autor acrescenta, tinha-se como certo que o crescimento económico associado (e muitas vezes confundido) com a ideia de desenvolvimento, que constitui uma das imagens de marca e um dos sucessos atribuídos às sociedades industriais dos últimos 200 anos, teria como consequência inevitável e automática a redução da pobreza, pelas maiores oportunidades de emprego, consumo e riqueza criadas.

Nesse sentido, a pobreza era vista como uma ausência de riqueza, com as consequentes privações, resolvida, em condições normais, pelo crescimento económico ou, pontualmente, por acções compensatórias de tipo assistencialista (aos mais pobres).

Por essa razão, julgava-se que os países ditos ricos estavam livres desse «problema», ou que, pelo menos, o tinham feito recuar para níveis «civilizados», como consequência dos seus processos de desenvolvimento, sendo então a pobreza a imagem de marca dos países subdesenvolvidos (Ibidem, p. 9).

Ao longo das últimas décadas (sobretudo desde meados da década de 70 até hoje) vieram contudo desmentir, de forma chocante, estes autênticos mitos.

Diversos relatórios das mais variadas organizações internacionais, como o Banco Mundial, a Comissão da União Europeia, a FAO, a OCDE, a OIT, a OMS, o PNUD e a Unicef, entre outras, bem como diversos estudos e obras científicas entretanto publicadas, dão conta de um mal-estar crescente, associado à constatação de que os problemas de pobreza e exclusão social se têm agravado nas últimas décadas, não só com a persistência e agravamento de formas tradicionais, como também com novas manifestações e

modalidades, para além do alargamento das desigualdades entre os países, entre as classes sociais e entre os indivíduos (Roque Amaro, 2003, p. 10). A título de exemplo o quadro abaixo retirado no relatório do PNUD (1999, p. 38) demonstra o agravamento da situação nos últimos tempos.

Quadro 1: Alargamento dos hiatos entre ricos e pobres desde o início do século XX

“As desigualdades mundiais têm estado a crescer constantemente durante quase dois séculos. Uma análise das tendências de longo prazo na distribuição mundial do rendimento (entre países) mostra que a distância entre os países mais ricos e os mais pobres era de cerca de três para um em 1820, de 11 para um em 1913, de 35 para um em 1950, de 44 para um em 1973 e de 72 para um em 1992. O mais surpreendente é que os Britânicos tinham, em 1820, um rendimento quase seis vezes maior do que o dos etíopes em 1992! Estas tendências encobrem o facto de muitos países terem alcançado os mais avançados. O Japão, por exemplo, tinha apenas 20 por cento dos rendimentos dos EUA em 1950, mas 90 por cento em 1992! A Europa meridional experimentou uma tendência semelhante – com 26 por cento do rendimento dos EUA em 1950 e 53 por cento em 1992. Alguns países árabes também observaram crescimentos significativos dos rendimentos.” (PNUD 1999, p. 38)

Os países mais ricos e mais pobres, 1820-1992 PIB per capita (dólares EUA de 1990)					
Mais Ricos					
1820		1900		1992	
Reino Unido	1756	Reino Unido	4593	Estados Unidos	21558
Holanda	1561	Nova Zelândia	4320	Suíça	21036
Austrália	1528	Austrália	4299	Japão	19425
Áustria	1295	Estados Unidos	4096	Alemanha	19351
Bélgica	1291	Bélgica	3652	Dinamarca	18293
Mais pobres					
1820		1900		1992	
Indonésia	614	Myanmar	647	Myanmar	748
Índia	531	Índia	625	Bangladesh	720
Bangladesh	531	Bangladesh	581	Tanzânia	601
Paquistão	531	Egipto	509	Congo Democrático	353
China	523	Gana	462	Etiópia	300

Fonte: Elaboração própria baseado no relatório de PNUD (1999, p. 38)

Nos últimos anos tem-se posto em análise temas ligados à pobreza quer por parte dos responsáveis dos organismos internacionais, quer os governantes de diversos países e não só, que procuram no terreno enfrentar e minimizar essas situações. Com efeito, uma série de eventos sobre o tema da pobreza têm vindo a ser realizados ao nível mundial. Com maior destaque a Conferência Mundial para o Desenvolvimento Social, realizada em 1995, e a Cimeira do Milénio realizada em 2000. Esta última fixou oito objectivos principais para o desenvolvimento humano, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), conforme o quadro abaixo.

Quadro 2: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Nº	Objectivos de Desenvolvimento de Milénio
	<ul style="list-style-type: none">1- Erradicação da Pobreza e da Fome;2- Acesso Universal ao ensino Primário;3- Promoção de a Igualdade de Género e capacitação da Mulher;4- Redução da Mortalidade Infantil;5- Melhoria da Saúde Materna;6- Combate ao VIH/SIDA, a Malária e Outras Doenças;7- Promoção de um Ambiente Sustentável;8- Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Fonte: MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO (MINPLAN), 2010, Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Associados a estes objectivos foram também estabelecidos metas a atingir até 2015, das quais se destaca mais para este trabalho as metas do primeiro objectivo a que estabelece o compromisso de reduzir para metade o número de pessoas que sofrem da fome e cujo rendimento é inferior a 1dolar diário.

Em Copenhaga (1995), na cerimónia final da declaração e programas de acção sobre o Desenvolvimento Social, mais de 180 chefes de estado e governo declaram a erradicação da pobreza como imperativo ético, social, político e económico.

Nesta mesma cerimónia concordaram em «tomar medidas imediatas para assegurar às populações que vivem em condições de pobreza que tenham acesso aos recursos produtivos, incluindo créditos, propriedade da terra, educação e formação, tecnologia, conhecimento e informação e serviços públicos» Fátima Roque (2005, p. 59). Garantiram formular ou reforçar políticas nacionais vocacionadas para acelerar o desenvolvimento económico, social e de recursos humanos em África, sobretudo, na promoção do desenvolvimento de instituições democráticas e da procura de soluções efectivas para problemas, como dívida externa, a reforma económica, segurança alimentar e a diversidade produtiva de bens (Relatório do Desenvolvimento Africano, 1998, apud Fátima Roque 2005, p. 66). Mas, tal como se passou com outras conferências (sobre o Ambiente, no Rio de Janeiro, em 1992; a População e o Desenvolvimento, no Cairo, em 1994; as Mulheres e o Desenvolvimento, em Pequim, em 1995; as Cidades, em Istambul, em 1996; entre muitas outras), as acções e os resultados ficaram muito aquém das intenções e das declarações.

Contudo, na conferência de Helsínquia (Junho 2001) sobre o crescimento económico e a pobreza nos países subdesenvolvidos discutiu-se novamente a urgência de encontrar uma abordagem que permita à população dos países mais pobres beneficiar do crescimento económico mundial. Na sequência das conferências, teve lugar em Monterrey,

no México em Março de 2002, a Conferência Internacional sobre o Financiamento ao Desenvolvimento como principal meta mobilizar recursos para concretização dos objectivos do milénio definidos pela ONU em Setembro de 2000.

Foram, contudo, dados e largos passos importantes para a definição de estratégias de desenvolvimento em condições sustentáveis, nas vertentes social, económica e ambiental.

Para Fátima Roque (2005, p. 59), quanto a erradicação da pobreza em África, «a verdadeira batalha por uma nova visão de valores e princípios que sirvam de sustentáculo para a definição de uma estratégia africana de desenvolvimento sustentado, em que a erradicação da pobreza é explicitamente um dos objectivos principais a longo prazo, começou somente em 2000». A mesma autora afirma que, «a crescente marginalização da África – consequência das inúmeras crises políticas, económicas de segurança e de qualidade de governação – tem motivado a procura de respostas através da definição de abordagens normativas para a resolução dos principais problemas de que o continente sofre».

Inúmeras conferências foram organizadas em África para se pôr fim a este grande problema «pobreza», mas quase que não houve progresso. Com a criação da (NEPAD) *Nova Parceria para o desenvolvimento de África*¹ em Outubro de 2001, os objectivos centraram-se numa visão comum a longo prazo de todos líderes africanos numa obrigatoriedade e urgência, trabalharem activamente para reduzir a pobreza dos seus países e colocar o continente no caminho do desenvolvimento sustentado, no contexto de uma economia mundial e globalizada. A NEPAD reitera que só os africanos podem inverter o empobrecimento contínuo do continente e reduzir o fosso que separa a África dos países desenvolvidos.

Para que possa beneficiar um maior número de africanos, o actual crescimento económico do continente terá de ser complementado com políticas que favoreçam o emprego, a justiça social e a equidade. Como refere o relatório *Africa Progress Report 2012*:

“Os correntes padrões de crescimento económico que se verificam nos países africanos, não estão a beneficiar a grande maioria da população, que ainda vive em extrema pobreza e miséria. 29% dos pobres do mundo vivem em África. Este é o continente com as maiores desigualdades relativamente ao acesso à saúde, educação, água e saneamento. O

¹ New Economic Partnership for Africa's Development.

crescimento económico por si só não é suficiente, e os seus efeitos têm sido tímidos na diminuição da fome, da pobreza, ou da sobrevivência infantil.”

Enquanto as taxas de crescimento continuam a subir, tornando a região cada vez mais atraente para o investimento e o turismo, *Africa's Pulse* (O Pulsar de África)² destaca a atenção para que a pobreza e a desigualdade se mantêm inadmissivelmente elevadas e o ritmo da sua redução demasiado lento. Quase um em cada dois africanos vive actualmente em pobreza extrema.

A ficha de informação das Nações Unidas sobre os objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), afirma:

“O mundo está a avançar em direcção à realização dos ODM, mas esses avanços não são uniformes e, por outro lado, são demasiado lentos. Uma grande maioria de nações só alcançará os ODM se receber do exterior um apoio substancial em matéria de promoção de causas, de conhecimentos especializados e de recursos. Os grandes desafios que se apresentam à comunidade global, (...), consistem em mobilizar o apoio financeiro e a vontade política, reforçar as capacidades e chegar a parceiros da sociedade civil e do sector privado.”

O ano 2015 está na sua recta final, e os objectivos de milénio ainda longe de serem alcançados conforme o seu propósito inicial, pese embora ter-se verificado melhorias consideráveis em muitos países. De modos a dar continuidade dos objectivos traçados, foram concluídas em Agosto de 2015 as negociações que culminarão em Setembro, na aprovação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Processo iniciado em 2013, que vem da Conferência Rio+20, os ODS deverão orientar as políticas nacionais e as actividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo e actualizando os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). No total, são 17 objectivos³ e 169 metas sobre questões de desenvolvimento sustentável apresentados no documento, que irão pautar a nova agenda de desenvolvimento das Nações Unidas.

1.3- Factores e causas da Pobreza

A pobreza a uma escala mundial tem muitas causas históricas: colonialismo, escravatura, guerra e conquista. Existe uma diferença importante entre essas causas e aquilo que chamamos factores que contribuem para manter as condições da pobreza. A diferença está em termos daquilo que nós, hoje, podemos fazer acerca do assunto. Não

² www.worldbank.org 2013 /africa-continues-grow-strongly-poverty - WASHINGTON, 7 de Outubro 2013 – O crescimento económico na África de acordo com a nova edição de *Africa's Pulse* (O Pulsar de África)

³ Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (em Apêndice A1)

podemos regressar no tempo e mudar o passado. A pobreza existe. A pobreza não se dá apenas por uma causa e sim por uma conjugação de vários factores. Aquilo que pode ser potencialmente influenciado são os factores que perpetuam a pobreza.

A pobreza existe em muitos dos países industrializados e caracteriza regiões inteiras do mundo em desenvolvimento. As causas da pobreza residem numa complicada teia de situações locais conjugadas com circunstâncias nacionais e internacionais. É o produto de processos económicos que se registam a diversos níveis, bem como de uma série de condições sociais e económicas que parecem estruturar as possibilidades das pessoas.

Para Roque Amaro (2003, p. 21), para efeitos de análise são considerados três conjuntos de factores: *Factores macro (globais)*; *Factores meso (locais ou sectoriais)* e *Factores micro (pessoais e familiares)*.

Segundo o autor os factores macros são geralmente associados com «as configurações económicas mundiais, os modelos económicos, os planos de desenvolvimento, a globalização da economia».

Quanto aos factores meso, são considerados a título de exemplo como «políticas regionais ou locais, discriminação contra imigrantes, toxicodependentes, portadores de doenças, etc., existência de culturas locais fechadas, entre outras». O autor acrescenta que:

“Trata-se de factores que enquadram os grupos sociais e os indivíduos nas suas vivências quotidianas, podendo, em relação aos factores macro, filtrá-los, atenuando-os ou amortecendo-os, ou, pelo contrário, amplificando-os ou reforçando-os.”

Ao passo que factores micro, de acordo o autor «se destacam a dimensão e estatuto da família, o acesso aos serviços básicos de saúde e educação, a situação dos idosos, entre outros».

Quadro 3: Resumo dos factores e causas da Pobreza

Tipos de Factores	Descrição
Factores Macro	Os tipos de modelos económicos, os planos de desenvolvimento; a globalização da economia; degradação das condições ambientais (tais como desertificação, contaminação das águas subterrâneas, esgotamento de recursos naturais, extinção de espécies animais e vegetais, poluição do ar, aumento dos lixos e dificuldades do seu tratamento, deficientes condições de saneamento básico, etc.), levando à fragilização das condições de vida, sobretudo das populações mais desprotegidas.
Factores Meso	Políticas regionais ou locais; atitudes culturais, preconceitos e comportamentos sociais de discriminação de base local; práticas institucionais (de serviços públicos, organizações privadas, associações religiosas, etc.) que excluam, por acção ou omissão, os mais fragilizados nas suas relações de atendimento, prestação de serviços, informação, etc.
Factores Micro	Dimensão e estatuto da família - as condições de vida da família condicionam desde muito cedo o futuro das crianças nascidas em agregados pobres, quer através dos recursos materiais disponíveis, quer dos aspectos sociais e culturais; o acesso aos serviços básicos de saúde e educação; a situação dos idosos - Com a idade avançada está geralmente associada ao aumento de cuidados de saúde, o número de anos pode funcionar como um mecanismo de vulnerabilidade a essas situações, sobretudo à exclusão social (no que se refere, em particular, ao isolamento e abandono social), especialmente no que concerne à sua intensidade.

Fonte: Elaboração própria baseado em Roque Amaro (2003, p. 21-25)

Todos estes factores formam um ambiente propício à propagação e instalação da pobreza, apresentando consequências difíceis de serem eliminadas, como é o caso da fome, baixa esperança de vida, doenças, falta de oportunidade de emprego, maiores riscos de instabilidade política e violência, emigrações, existências de discriminação social contra grupos vulneráveis, etc.

Jeffrey Sachs (2006) no seu livro intitulado “O Fim da pobreza” apresenta um conjunto de situações de pobreza nos países subdesenvolvidos e recomenda uma série de intervenções e princípios para os ajudar a ultrapassar as suas dificuldades. As intervenções por ele apresentadas são essencialmente de cinco tipos:

- Na área da agricultura: propondo que se subsidiem os preços de fertilizantes e sementes, que se criem infra-estruturas para irrigação e armazenamento e que seja feita formação em práticas modernas de cultivo nas comunidades rurais;
- Investimentos em saúde pública: propondo a construção de clínicas, a distribuição de medicamentos a baixo custo, especialmente para doenças altamente debilitantes

como a malária e a SIDA; e outras formas de combate à pobreza, uma desparasitação infantil, a distribuição de redes mosquiteiras às famílias e a resposta a casos agudos de má nutrição;

- Investimentos em educação: construindo escolas e proporcionando refeições às crianças com o objectivo de promover a assiduidade, combater o abandono escolar e melhorar os resultados obtidos pelos alunos;
- Investimentos em água potável e saneamento básico;
- Investimentos em transportes e comunicações: para que os habitantes das comunidades rurais tenham acesso a mercados e a cuidados de saúde distantes.

1.4- Breve abordagem sobre o Crescimento e Desenvolvimento Económico

1.4.1- Crescimento Económico e sua evolução histórica

a)- Evolução histórica

Ao longo da história, o crescimento económico sempre foi um dos temas estudado pelos economistas. A razão fundamental para isso é que, sendo o crescimento económico o aumento na produção de bens e serviços ao longo do tempo, pode estabelecer-se uma relação directa entre crescimento económico e melhoria da qualidade de vida, sendo este a razão última de qualquer política económica. Em termos cronológicos, resumidamente, a teoria do crescimento económico evoluiu como segue:

Começa com o Mercantilismo - que é acumulação de riqueza pelo monarca (Estado) como medida do crescimento económico isto é nos séculos XV a XVII.

A Economia Clássica surge nos dois séculos subsequentes (XVIII e XIX), que tinha como propósito estudar os factores que determinavam a riqueza das nações e, assim, o crescimento económico, a longo prazo. Com a grande preocupação com o Capitalismo Monopolista e com a concentração do poder económico das firmas, surge no final do século XIX e início do século XX, a teoria dos ciclos económicos que consistia em determinar os factores que desviavam a economia de sua tendência de crescimento de longo prazo.

A partir dos anos 1920, segundo Rodrigues (2013), surgem os modelos de crescimento óptimo de Ramsey (1928) e von Neumann (1925). O elemento fundamental deste modelo é a determinação do caminho de crescimento óptimo com utilização de instrumentos matemáticos que o sistema económico deve seguir, uma vez definidos os objectivos de longo prazo a alcançar.

O modelo de Crescimento Harrod-Domar surge anos 1930 e 1940. Este modelo é fortemente influenciados pelos impactos da Grande Depressão. A partir do mesmo modelo demonstram grande pessimismo quanto à possibilidade de haver um processo de crescimento económico forte e estável a longo prazo.

Com o auge da teoria do Crescimento Económico (anos 1950 e 1960) surgem os modelos neoclássicos de crescimento de Robert Solow e de Kenneth Arrow.

Figueiredo et al (2005, p.49), fazem referência a dois modelos de crescimento económico baseados na sequência do contributo dado pelos Keynesianos.

“A referência aos contributos Keynesianos será assegurada pela apresentação de dois modelos, o de Harrod e o de Kaldor. Com a sua apresentação, pretende-se sobretudo minimizar as consequências do primado do modelo de Solow tender a desvalorizar o papel dos modelos explicativos de crescimento económico baseados na dinâmica da procura.”

Nos anos 1970, o começo das preocupações com os impactos do crescimento económico sobre o meio ambiente. E no período 1973-1985 - Período caracterizado pelo enfraquecer da teoria do crescimento económico, dada em função da incapacidade dos modelos neoclássicos explicarem a grande instabilidade que caracterizou o período, em particular o problema da estagnação económica com a inflação elevada; primeiras crises do petróleo; modelos de crescimento liderado pelas exportações (export-led growth) e o modelo de Thirwall de dois sectores (o agrícola e o outro industrial).

A nova teoria do Crescimento Económico Endógeno surge nos anos 1980, tendo como referência o modelo de Romer (1986), onde é clara a importância do conceito dos retornos ou rendimentos crescentes à escala. O modelo de crescimento endógeno para além do Romer foi igualmente estudado por R. Lucas (1988), G. Grossman e E. Helpman (1991).

Para Figueiredo, et al (2005, p.54), o termo **crescimento endógeno** refere-se,

“À explicação do aumento sustentado do produto per capita através de mecanismos endógenos à economia, já que nos modelos de Harrod ou de Solow esse aumento, no longo prazo, apenas podia resultar de um progresso técnico exógeno e inexplicado.”

b)- Conceito de Crescimento Económico

Crescimento económico é caracterizado como sendo a capacidade das nações oferecerem, a longo prazo, às suas populações uma maior quantidade e diversidade de bens e serviços (Kuznets 1971).

Para Soares, (2010, p.65) o crescimento económico traduz o aspecto quantitativo de uma economia e que corresponde ao aumento da produção total de um país durante um certo período. Esse crescimento é usualmente avaliado e quantificado pela taxa de crescimento anual do PNB e/ou do produto *per capita*.

1.4.2- Factores de Crescimento Económico

Segundo Todaro, (1981, p.180), os principais factores, ou componentes do crescimento económico em qualquer sociedade são: *1-acumulação de capital, 2-crescimento da população e da força de trabalho e 3-progresso tecnológico*.

Resumidamente, de acordo o autor, acumulação de capital (incluindo todos os investimentos novos em terra e recursos humanos) «ocorre quando certa proporção do rendimento presente é poupada e investida de forma a aumentar o produto e o rendimento futuro». Assim, o investimento em recurso humanos pode melhorar sua qualidade e por isso ter o mesmo efeito ou até um efeito mais poderoso sobre a produção do que um aumento quantitativo. O autor ainda faz menção (p.181).

“Escolas formais, profissionais e programas de treinamento ligados ao trabalho e outros tipos de educação informal, como a educação de adultos podem se tornar todos mais efectivos para aumentar os recursos e qualificações humanas como resultado de investimento directo em instalações equipamento e materiais (livros projectores, equipamento científico, ferramentas profissionais e maquinaria)”

O segundo factor “crescimento da população e da força de trabalho” tem sido, tradicionalmente, considerado um factor positivo para estimular o crescimento económico. Uma força de trabalho maior implica em mais mão-de-obra produtiva, enquanto que uma população total maior aumenta o tamanho potencial dos mercados internos (ibidem, p. 181).

Todaro considera o progresso tecnológico como sendo o terceiro factor, e este é resultado de métodos novos e aperfeiçoamento de se executar tarefas tradicionais.

De modo geral de acordo autor, os investimentos que melhoram a qualidade dos recursos físicos e humanos existentes, que aumentam a quantidade destes mesmos recursos produtivos e que elevam a produtividade de todos ou de alguns recursos específicos através da invenção, inovação e progresso tecnológico, têm sido e continuarão a ser os principais factores a estimular o crescimento económico e qualquer sociedade.

1.4.2.1- Variáveis teóricas explicativas do Crescimento Económico

A partir dos modelos de crescimento económico pode-se identificar as variáveis teóricas mais importantes na explicação do crescimento económico de longo prazo, as quais são apresentadas a seguir:

- **Taxa de poupança:** Espera-se uma relação directa entre a taxa de poupança e a taxa de crescimento económico. Sociedades que poupam mais e consomem menos no presente podem investir mais na capacidade de produção, permitindo maior produção de bens e serviços no futuro e, portanto, maior crescimento económico.
- **Relação capital-produto:** Economias com menor relação capital-produto precisariam passar por longos períodos de investimentos em capital (máquinas, equipamentos, construções), o que promoveria maiores taxas de crescimento económico.
- **Taxa de Crescimento da produtividade:** Sociedades mais produtivas são mais capazes de gerar rendimento e, portanto, maior crescimento económico.
- **Progresso tecnológico:** O desenvolvimento tecnológico levaria a maior produtividade do capital e da força de trabalho, estimulando o crescimento económico.
- **Taxa de Crescimento da força de trabalho:** Maior disponibilidade do factor de produção trabalho permite a expansão do sistema económico.
- **Taxa de investimento:** A expansão contínua do *stock* de capital (máquinas, equipamentos, construções), gera efeitos positivos sobre a capacidade de produção de bens e serviços e, assim, sobre a capacidade de crescimento económico.
- **Capital humano:** Espera-se uma relação directa entre o aperfeiçoamento do capital humano, mediante o crescimento dos investimentos em educação, saúde e capacidade (habilidades), e a taxa de crescimento económico.⁴

1.4.3- Características do Crescimento Económico

Simon Kuznets (1971) definiu o crescimento económico de um país como sendo «o aumento de longo prazo na capacidade de produzir bens económicos progressivamente mais diversificados a sua população, baseando-se esta capacidade crescente nos avanços tecnológicos e nos ajustamentos institucionais e ideológicos que a mesma requer».

⁴ Rodrigues (2013), Crescimento e Desenvolvimento Económico.

A partir desta definição encontraram-se três principais componentes de grande importância: aumento sustentado do produto nacional, a tecnologia avançada e ajustamentos institucionais, de atitudes e ideológicos.

Seis aspectos característicos do processo de crescimento de quase todas as nações desenvolvidas contemporâneas descritas pelo Kuznets apud Todaro (1981, p.186):

“1-Altas taxas de crescimento do produto per capita e da população; 2-Altas taxas de elevação na produtividade total dos factores, especialmente na produtividade da mão-de-obra; 3-Altas taxas de transformação estrutural da economia; 4-Altas taxas de transformação social e ideológica; 5-A propensão dos países economicamente desenvolvidos para estenderem-se pelo resto do mundo, na busca de mercados e matérias-primas; 6-A difusão limitada deste crescimento económico, atingido apenas um terço da população mundial.”

Todas as seis características estão inter-relacionadas e se reforçam mutuamente assim sendo, altas taxas de crescimento do produto *per capita* resulta de níveis rapidamente crescente de produtividade de mão-de-obra. Altas rendas *per capita*, em troca geram altos níveis de consumo per capita, proporcionando, assim, o incentivo para mudanças na estrutura de produção, uma vez que a elevação do rendimento aumenta a procura dos bens manufacturados e serviços.

1.4.4- Implicação do Crescimento para os países em Desenvolvimento

O crescimento económico não resulta somente de um crescimento em quantidade e qualidade dos recursos e de aperfeiçoamento da tecnologia, mas também de uma estrutura social e política que conduza a tal mudança. O crescimento económico requer uma estrutura política e social estável, porém flexível, seja capaz de adaptar e mesmo encorajar uma rápida mudança estrutural. Requer igualmente de acordo com Todaro, (1981, p.192) um meio ambiente social capaz de resolver os inevitáveis conflitos sectoriais e dos grupos de interesses que acompanham tal mudança estrutural.

1.4.5- Os principais benefícios e custos de Crescimento Económico

Arthur Lewis (1955) apud Todaro (1981, p.201) afirma que o crescimento económico beneficia a sociedade não porque a riqueza necessariamente aumenta a felicidade, mas porque aumenta a gama de opções humanas a chamada a liberdade de escolha.

O crescimento económico dá ao homem maior controlo sobre o ambiente físico e social e portanto aumenta a sua liberdade. O autor faz menção ainda que «o crescimento

económico permite que o homem se liberte da escravidão da fome, das más condições de saúde e doenças, incluindo os assassinos naturais tais como a cólera, a varíola, a malária febre-amarela, a lepra e a tuberculose».

O crescimento económico, admitindo-se no momento que seus benefícios são amplamente distribuídos, torna possível, entre outras, liberdade de escolher mais lazer bem como maior qualidade de bens; a disponibilidade de mais serviços (hospitais, escolas, teatros, etc.) bem como bens e lazer.

Todaro afirma que, em quase todas actividades que afectam o bem-estar humano, o crescimento económico não proporciona benefícios para a sociedade, principalmente no que toca a liberdade, mas traz consigo certos custos sociais que o autor classifica em dois grupos:

“1-os efeitos negativos do crescimento sobre as condições de vida; 2- a natureza indesejável dos valores e instituições que são necessários para o crescimento económico, isto é, os aspectos culturais negativos dos chamados ideais “modernização” (Todaro, 1981, p.202).”

No primeiro grupo encontra-se a rápida transformação da estrutura económica que é típica do processo de crescimento. O mais que se destaca neste custo é o fenómeno da urbanização, causando em grande parte pelo êxodo das áreas rurais. Esta saída traz consigo custos psicológicos associados, e que envolve o facto de se arrancar raízes tradicionais e adaptar-se ao anonimato e aos mais altos custos de vida urbana. Outro aspecto que está ligado às qualificações tradicionais dos artesãos e artífices pois estes perdem o seu valor e são substituídos pela fastidiosa repetição da linha de produção. Um outro aspecto não menos importante, surgem cidades pobres na periferia das cidades modernas, trazendo consigo as condições de vida doentias e congestionamento, etc.

O segundo grupo refere-se às mudanças estruturais necessárias nas atitudes e instituições. Neste o autor faz referência que «muitos consideram as mudanças para o que tem sido chamado de ideais de modernização como inimigas do bem-estar global de pessoas que vivem mergulhadas em estilos de vida cultural e espiritual antigas e tradicionais (Ibidem, p.203).

1.4.6- Relação entre Crescimento Económico e a Redução da Pobreza

O crescimento económico deve ser entendido como um meio para atingir o bem-estar e para reduzir a pobreza. Os países com maior taxa de crescimento económico *per capita* registaram os melhores resultados no combate à pobreza. Embora mais crescimento económico signifique mais rendimento, não implica forçosamente a redução da pobreza, embora seja uma condição necessária (Soares, 2010, p 66).

Para Vieira, (2005, p.25) com um crescimento rápido da economia, abre-se a possibilidade de duplicar os recursos afectados aos serviços públicos essenciais. Em termos breves, o autor considera que o «crescimento pode contribuir para proporcionar benefícios materiais e serviços públicos para os pobres, que de outro modo seriam inatingíveis».

No entanto, Vieira ressalta ainda que os progressos em matéria de redução da pobreza nunca são automáticos: o crescimento económico não traz benefícios automáticos para as camadas mais carenciadas. São necessárias políticas e reformas para estimular o crescimento, a par de medidas directas visando providenciar melhores oportunidades para os segmentos sociais pobres (Ibidem, p. 25).

1.4.7- Desenvolvimento Económico e a sua evolução histórica

a)- Evolução histórica

O desenvolvimento económico tal como o crescimento económico já estavam presentes, de certo modo, na análise dos economistas clássicos e também nos trabalhos de Joseph Schumpeter (1883-1950) no início do século XX. Todavia, o desenvolvimento económico, como um amplo e disseminado campo de interesse intelectual, surgiu apenas após a Segunda Guerra Mundial, relacionado com as preocupações que o mundo capitalista desenvolvido tinha com os impactos da descolonização e da expansão dos regimes socialistas sobre os países em desenvolvimento da América Latina, África e Ásia, que, em média, apresentavam baixo padrão de desenvolvimento (Rodrigues 2013). De acordo com o autor «os países capitalistas avançados procuravam, na verdade, meios de impedir que os países em desenvolvimento pudessem ser atraídos pela ideologia do socialismo ou do comunismo».

A teoria do desenvolvimento económico teve o seu início nos Século XIX com economistas clássicos, que procuraram determinar as causas da riqueza das nações. E

seguidamente nos anos 1910 surge a teoria do desenvolvimento económico de Schumpeter (com o conceito da Destruição Criadora⁵).

De acordo Rodrigues (2013), surge no contexto dos países em desenvolvimento, o ramo do desenvolvimento económico nos anos 1940, com aplicação de técnicas de planeamento económico. E nos anos 1950, segundo o autor, deu-se o surgimento de teorias do Desenvolvimento Económico (teoria da Industrialização Retardatária; teoria da Análise Estruturalista; O círculo vicioso da Pobreza). E nesta mesma época, surgem novas contribuições ao conceito de teoria do Crescimento Desequilibrado.

Desenvolveram-se nos anos 1960 muitas novas teorias do desenvolvimento económico, nomeadamente: teoria da dependência; teoria dos Estágios de Crescimento; Paradigma Neomarxista (teoria dos sistemas mundiais). Surgiram igualmente teoria dos choques adversos; teoria do Desenvolvimento e do Subdesenvolvimento e teoria da mudança estrutural.

Nos anos 1990 e anos 2000 foram desenvolvidos os seguintes índices: Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, Indicadores de Pobreza (Privação) Humana – IPH, Coeficiente de Gini aplicado à medição da desigualdade de rendimento, Desenvolvimento Sustentável - preocupação com os impactos do crescimento sobre o meio ambiente. Preocupação com um conceito abrangente de desenvolvimento humano e com a redução das desigualdades de renda mundiais (Rodrigues 2013).

b)- Conceitos de Desenvolvimento

Desenvolvimento é um processo complexo que engloba aspectos económicos, sociológicos, psicológicos e políticos da vida em sociedade. A exigência do crescimento económico não induz nem se confunde com ele, porque pressupõe a transformação profunda das estruturas económicas e sociais. Deve ser entendido, por conseguinte, como um progresso económico da sociedade como um todo (Diniz, 2010, p. 38).

Desenvolvimento económico é uma medida qualitativa do processo económico e relaciona-se com um amplo conjunto de indicadores, levando em conta uma melhor distribuição de rendimento e a redução absoluta e relativa de pobreza, tanto a nível mundial, quanto a nível regional ou de países, medindo a melhoria do padrão de vida de uma sociedade (Rodrigues, 2013).

⁵ Destruição Criadora: Processo onde cada inovação cria novo conhecimento tecnológico e avança nossas possibilidades materiais, mas ao mesmo tempo torna obsoleto alguns dos conhecimentos tecnológicos que foram criados pelas inovações prévias.

O objectivo final de qualquer país é, na realidade, o desenvolvimento económico, e o crescimento é um meio para o alcançar (Soares, 2010, p.84).

1.4.7.1- Desenvolvimento integral do homem

A encíclica de Papa Paulo VI sobre o desenvolvimento dos povos (ponto 6) faz referência as aspirações dos homens:

“Ser libertos da miséria, encontrar com mais segurança a subsistência, um emprego estável; ter maior participação nas responsabilidades, excluindo qualquer opressão e situação que ofenda a sua dignidade de homens; ter maior instrução; numa palavra, realizar, conhecer e possuir mais: tal é a aspiração dos homens de hoje, quando grande número dentre eles estão condenados a viver em condições que tornam ilusório este legítimo desejo.

O libertar da miséria é sair das condições menos humanas para as mais humanas, eliminando qualquer formas de privação de liberdade do homem.”

Assim, Sen, (2000), diz que o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente.

Entre as privações de liberdade o autor destaca a pobreza e tirania, carência de oportunidades económicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência exercida dos Estados repressivos.

Associado a este pensamento Michael P. Todaro (1994, p 17-18) considera serem três valores de base do desenvolvimento. O primeiro valor reside na «possibilidade do homem ver satisfeitas as suas necessidades básicas em termos de níveis aceitáveis no respeitante à dieta alimentar, às condições de alojamento e de saúde e ao acesso à formação, ao emprego e a uma série de serviços essenciais, como água potável e saneamento básico».

O segundo valor, «a valorização do ser humano como pessoa, isto é, a possibilidade de desenvolver a auto estima, o respeito por si próprio, o que significa o mesmo que o respeito pela identidade e pela dignidade de cada um».

O terceiro valor, desenvolvimento deve libertar o ser humano das diversas formas de servidão, sendo a primeira das quais a ausência de liberdade individual.

Num processo de desenvolvimento que pretenda respeitar este valor, deverá ser dada particular atenção à diversidade cultural e, portanto, também à diversidade de caminhos pelos quais o desenvolvimento pode enveredar.

1.5- Nova abordagem de Desenvolvimento Económico e humano

Com trabalhos desenvolvidos nos anos 1990 por economista indiano Amartya Sen (1933-), vencedor Prémio Nobel de Economia de 1998, novas abordagens foram introduzidas ao desenvolvimento económico, colocando grande ênfase em variáveis como estabilidade política, ausência de barreiras ao comércio, sistemas judiciais justos, distribuição do rendimento (medida pelo Coeficiente de Gini), educação (elementar, secundária e superior), saúde (disponibilidade de serviços médicos, cuidados pré-natais), níveis de rendimento, acesso a água potável, infra-estrutura económica e social e tecnologia.

1.5.1- Índice Desenvolvimento Humano

Uma dessa nova abordagem de desenvolvimento económico e humano, faz referência ao **IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano que foi desenvolvido pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq nos anos 1990, que vem sendo usado desde 1993 pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento) no seu relatório anual, que publica a classificação dos países em uma variedade de indicadores económico-sociais.

Para se obter o resultado do índice eram usados os seguintes critérios: Índice de educação; Longevidade e Rendimento. A partir do relatório de 2010, o IDH combina três dimensões:

- Uma vida longa e saudável: Expectativa de vida ao nascer;
- O acesso ao conhecimento: Anos médios de estudos e anos esperados de escolaridade;
- Um padrão de vida decente: PIB (PPC) *per capita*.

Cada uma destas dimensões depende de: $I_j = \frac{V_{\text{país } j} - V_{\text{min}}}{V_{\text{max}} - V_{\text{min}}}$

No entanto, para se obter IDH é necessário a combinação destas dimensões como é da Saúde (esperança de vida à nascer), Educação (Media dos anos de escolaridade, Anos esperados de escolaridade), Padrão de vida (Rendimento Nacional Bruto *per capita*).

$$\text{IDH} = \frac{\text{IEV} + \text{IED} + \text{IRE}}{3}$$

O Desenvolvimento de cada país depende de suas características próprias, tais como: situação geográfica, extensão territorial, passado histórico, cultura, população e riquezas naturais. A Organização das Nações Unidas (ONU) usa os seguintes indicadores para classificar os países, segundo o grau de desenvolvimento: índice de mortalidade

infantil esperança de vida média, nível de industrialização, grau de dependência externa, potencial científico e tecnológico, grau de alfabetização, instrução e condições sanitárias.

1.6- Desenvolvimento Económico regional

O desenvolvimento económico regional inclui factores relacionados ao campo económico, social, político e cultura e esta é definida em âmbito institucional e social e caracteriza-se por contribuir para o desenvolvimento regional de forma única em cada região.

Costa & Nijkamp (2009, p.287-288) afirmam que o desenvolvimento regional abrange um vasto leque de questões de política económica relacionada com a necessidade de explorar recursos produtivos adequados que possam contribuir – ou constituir um entrave – para o bem-estar da população da região, tanto em sentido absoluto como relativo. Os autores fazem referência ainda que o desenvolvimento regional está associado quer a objectivos de eficiência (como utilização óptima de factores de produção escassos), quer a objectivos de equidade (como a coesão social e a distribuição de riqueza).

O desenvolvimento sempre foi visto como processo que chega a uma região ou desce de esferas superiores, sob a forma de investimentos públicos ou instalação de empresas privadas. A modernização, no sentido amplo de geração de emprego e renda, valorização da pequena e média empresa, combate à pobreza, redução das desigualdades, provimento de políticas públicas de qualidade, tende a ser vista como dinâmica que vem de fora e que a comunidade espera de forma passiva.

Décadas de experiências com projectos de desenvolvimento comprovam, no entanto, que a capacidade de auto-organização local, a riqueza do capital social, a participação cidadã e o sentimento de apropriação do processo pela comunidade são elementos vitais em sua consolidação.

O processo de desenvolvimento local implica uma visão comum, articulando as iniciativas de dimensões económica, social, cultural, política e ambiental. “O desenvolvimento local (DL) é antes de mais uma vontade comum de melhorar o quotidiano; essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para a construção de um melhor futuro” (Alberto Melo, 1998, p.5).

É importante sublinhar que não há desenvolvimento sem que as colectividades locais manifestem a vontade de assumir o seu próprio futuro (Cepeda, 1993, p. 308).

1.7- Desenvolvimento Sustentável

O termo “desenvolvimento sustentável” surgiu a partir de estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, como uma resposta da humanidade perante a crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX. Na Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), também conhecida como Comissão de Brundtland, presidida pela norueguesa Gro Haalen Brundtland, no processo preparatório a Conferência das Nações Unidas – também chamada de “Rio 92” foi desenvolvido um relatório que ficou conhecido como “Nosso Futuro Comum” (Gisele Barbosa, 2008).

As propostas iniciais deste relatório partiam do princípio de que era possível conciliar o crescimento económico com a conservação ambiental. Neste relatório está exposta uma das definições mais difundidas do conceito:

Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que possa assegurar às futuras gerações uma qualidade de vida igual ou superior à existente no presente, compatibilizando crescimento económico com a preservação do meio ambiente (Rodrigues, 2013).

Assim, o desenvolvimento sustentável segundo o mesmo autor, diz respeito à preservação dos recursos para uso das futuras gerações. Desse modo, qualquer actividade económica predatória que leve à exaustão dos recursos naturais é a própria negação do conceito de sustentabilidade.

De uma forma simples e didáctica, os estudiosos da matéria fixaram como metas, alguns aspectos prioritários para o desenvolvimento sustentável:

- A satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, entre outras);
- A solidariedade para com as gerações futuras (preservação do meio ambiente para que elas tenham oportunidade de viver);
- A participação da população envolvida. Todos se devem consciencializar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal;
- A preservação dos recursos naturais, como água, oxigénio, entre outros;
- A elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas. Erradicação da miséria, do preconceito, do massacre de populações oprimidas; e a efectivação dos programas educativos (CMMAD, 1988, 1991).

O economista Amartya Sen afirma que «para alcançarmos o desenvolvimento devemos ver a realidade como um todo, como um sistema». Acrescenta ainda que «é preciso considerar as questões económicas e mais: as sociais, a conservação do meio ambiente, a equidade social e também os valores, desejos e necessidades, interesses das pessoas e a cultura local» (Sen, 2000).

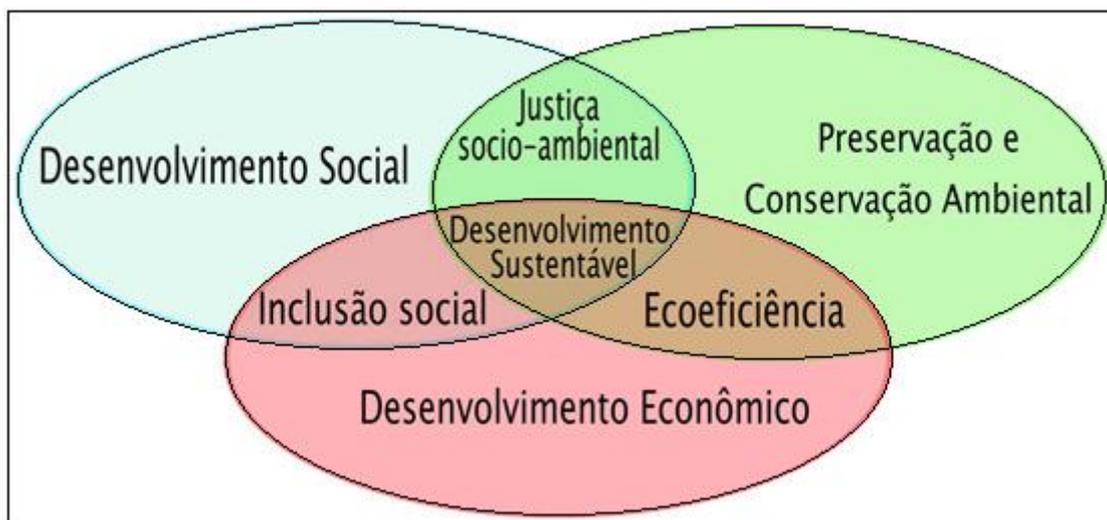
O plano de sustentabilidade da Agenda 21, apresentado na ECO-92, fixava três áreas de desenvolvimento sustentável: a dimensão económica, social e ambiental.

A mesma ideia é partilhada por Scharf apud Estender e Pitta (2008), que também defende que o desenvolvimento sustentável estaria apoiado no tripé formado pelas dimensões ambientais, económicas e sociais, ou seja, a sustentabilidade estaria condicionada ao desenvolvimento simultâneo dos três pilares.

Diante das considerações acima, pode-se perceber que o conceito de desenvolvimento sustentável evoluiu até que se chegasse à composição de três pilares: Social, Económico e Ambiental.

- **Pilar Social:** Refere-se ao desenvolvimento e tem por objectivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de inclusão social, implica a adopção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social.
- **Pilar Económico:** É a capacidade de produção, distribuição e utilização equitativa das riquezas produzidas pelo homem.
- **Pilar Ambiental:** Consiste na manutenção das funções e componentes do ecossistema, de modo sustentável. Ou ainda a capacidade que o ambiente natural tem de manter as condições de vida para as pessoas e para outras espécies e a qualidade de vida para as pessoas, tendo em conta a habitabilidade, a beleza do ambiente e a sua função como fonte de energias renováveis.

Figura 2 – Os três pilares para se alcançar o Desenvolvimento sustentável.



Fonte: Imagem retirado nos modelos de desenvolvimento sustentável. pt.wikipedia.org/wiki/Sustentabilidade_ambiental

Conforme a figura a cima, existe uma interligação entre os três pilares que formam a ecoeficiência, a inclusão social e a justiça socio-ambiental e que resultam em Desenvolvimento Sustentável.

Para que uma ação seja considerada ecoeficiente é preciso que tenha um preço competitivo, satisfaça as necessidades humanas, proporcione qualidade de vida, consuma recursos naturais de forma reduzida e respeite a capacidade de sustentação do planeta (Conselho Mundial de Negócio-1992).

A justiça socio-ambiental é baseada em princípios e normas específicas, que têm como premissa buscar uma relação equilibrada entre o homem e a natureza ao regular todas as atividades que possam afectar o meio ambiente.

Inclusão social, o processo que garante as pessoas em risco de pobreza e exclusão social acessem às oportunidade e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas económicas, social e cultural e beneficiem um nível de vida e bem-estar considerado normal na sociedade em que vivem (CCE, 2003).

CAPITULO II- CONTEXTO SOCIOECONÓMICO

2.1- Contextualização da Economia Mundial e Angolana

2.1.1- Economia Mundial

O contexto externo geral da economia angolana, de acordo CEIC/UCAN - Relatório Económico de Angola-2012, (p. 19), foi influenciado pela ainda prevalente crise económica da economia mundial, que não se conseguiu refazer dos abalos de 2008 e 2009. O panorama geral da economia mundial em 2012 foi o de uma dinâmica relativamente fraca de crescimento, com uma quebra, face a 2011, de 7,9% e a 2010 de 25,5%. As economias avançadas foram e continuam a ser a principal parte deste problema de crescimento mundial e embora tenham anotado registos positivos de crescimento dos respectivos PIB's, as quebras face à boa situação ocorrida em 2010 foram importantes.

O mesmo Relatório faz referência que «durante os dois ou três últimos anos assistiu-se a um comportamento da economia mundial a duas velocidades: a dos países em desenvolvimento (em especial as economias emergentes) e a dos países desenvolvidos».

“A dinâmica de crescimento dos primeiros – que apresentaram capacidades desconhecidas para resistir aos efeitos da crise financeira e económica de 2008/2009 – foi superior à dos segundos, com destaque para China, Índia e a África subsariana” (CEIC/UCAN - Relatório Económico de Angola - 2012, p. 211).

No seu relatório sobre as Perspectivas da Economia Mundial de Janeiro de 2013, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que, em termos reais, a economia mundial tenha registado um crescimento de 3,20% em 2012, inferior ao registado em 2011 (3,90%). As economias desenvolvidas terão crescido apenas 1,30%, menos 0,30 pontos percentuais (p.p.), comparativamente ao ano de 2011. As economias emergentes e em desenvolvimento terão desacelerado o seu ritmo económico anual em cerca de 1,20 p.p., seja de 6,30% no fim de 2011, para 5,10% em igual período de 2012. ⁶

O quadro abaixo ilustra os diferentes comportamentos das economias avançadas tendo em conta as diferentes taxas de crescimento do PIB durante 2011 a 2014.

⁶IMF WEO Update, Janeiro 2013 apud relatório e contas BNA.

Quadro 4: Comportamento das economias avançadas (taxa de crescimento real anual do PIB em %)

	2011	2012	2013	2014
MUNDO	4,0	3,2	3,3	4,0
Economias avançadas	1,6	1,2	1,2	2,2
Estados Unidos da América	1,8	2,2	1,9	3,0
Euro Área	1,4	- 0,6	- 0,3	1,1
Alemanha	3,1	0,9	0,6	1,5
França	1,7	0,0	- 0,1	0,9
Itália	0,4	- 2,4	- 1,5	0,5
Espanha	0,4	- 1,4	- 1,6	0,7
Japão	- 0,6	2,0	1,6	1,4

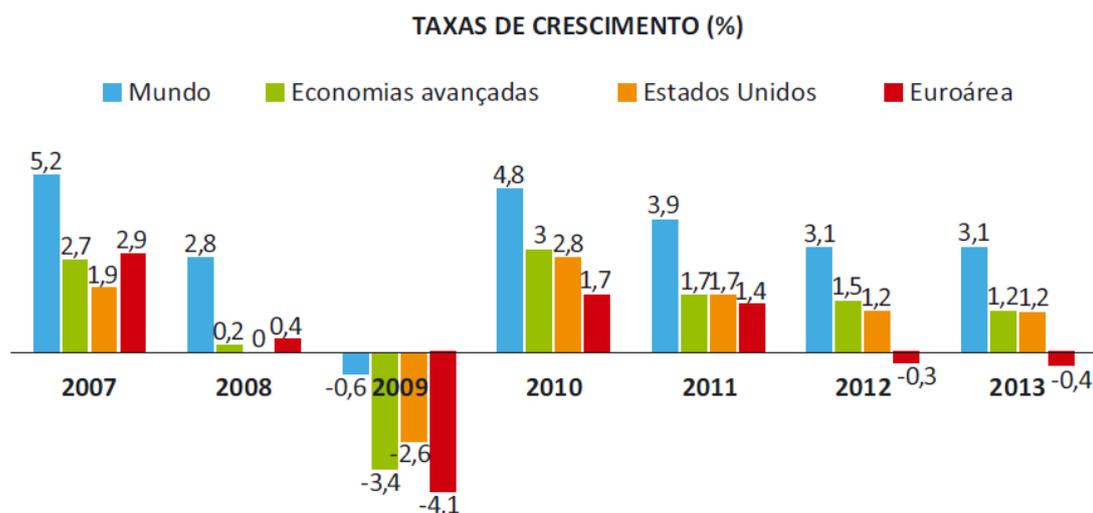
Fonte: International Monetary fund – World Economic Outlook, April 2013 apud CEIC/UCAN - Relatório Económico de Angola -2012, p. 211

O FMI aponta para uma contínua degradação do crescimento do PIB mundial entre 2011 e 2013 – de 3,9% para 2,9% – com destaque para as economias mais desenvolvidas, ainda a braços com as consequências das suas crises financeiras.

Os Estados Unidos, depois de uma recuperação em 2012 (2,8%), voltaram a apresentar registos menos estimuladores (1,6% em 2013).

A Zona Euro é, no contexto da economia mundial, a mais exposta às consequências negativas das reformas estruturais em curso, com implicações importantes sobre as procuras agregadas dos países e da própria zona. É nesta parte do globo onde se registam as mais elevadas taxas de desemprego, em alguns países com níveis históricos, como na Grécia, em Espanha e em Portugal, debatendo-se com índices de desutilização da força activa de cerca de 25%, com especial incidência sobre a população jovem letrada, que tem optado pela emigração (FMI, World Economic Outlook, November 2013 apud CEIC/UCAN - Relatório Económico de Angola -2012, p. 21).

Gráfico 1: Taxas de Crescimento Mundial anual em % do PIB real



Fonte: IMF, *World Economic Outlook*, November 2013. Apud CEIC/UCAN - Relatório Económico de Angola -2013, p. 23

2.1.2- África Subsariana

O crescimento económico da zona subsariana de África tem sido afectado pela crise financeira internacional que abalou o mundo em 2008/2009, embora alguns países tenham resistido aos efeitos mais nefastos, sobretudo os não-petrolíferos e na base de comportamento positivo dos preços das matérias-primas e dos termos de troca.

De acordo com o relatório e contas de BNA (2012, p.14), o FMI estima que em 2012 as economias da África Subsariana cresceram 4,80%, o que face a 2011 (5,30%) representa um decréscimo de 0,50 p.p. (pontos percentuais). Apesar da evolução positiva do preço do barril do petróleo ter contribuído para o desempenho positivo de várias economias africanas, o desempenho da economia sul-africana levou a que o continente africano registasse um nível de crescimento abaixo da sua média (5%).

Segundo o mesmo relatório, SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), a África do Sul - maior economia do continente africano - terá crescido a um ritmo de 2,50% em 2012, contra 3,50% no ano anterior conforme o quadro abaixo.

É de salientar ainda que mais especificamente, a nível da região da SADC também se observou:

“Uma desaceleração das taxas de crescimento do PIB, tendo a média da região passado de 5,36% em 2011, para 4,75% em 2012. Em 2012, o crescimento da região foi penalizado pelo desempenho de vários países: o Zimbabwe desacelerou em 5,00 p.p., o Botswana em 1,90 p.p., o Malawi em

2,40 p.p., as Seychelles em 2,20 p.p., a África do Sul e a Swazilândia em 1,00 p.p., relativamente ao ano anterior” (Relatório e contas de BNA 2012).

Quanto aos principais parceiros de Angola (África Subsariana, África do sul, China, Brasil e Portugal) as perspectivas de crescimento de 2011 a 2014 constam no quadro que se segue:

Quadro 5: Comportamento das economias dos principais parceiros de Angola.

COMPORTAMENTO DAS ECONOMIAS AVANÇADAS (taxas de crescimento do PIB em %)				
	2011	2012	2013	2014
África Subsariana	5,3	4,8	5,6	6,1
China	9,3	7,8	8,0	8,2
Brasil	2,7	0,9	3,0	4,0
África do sul	3,5	2,5	2,8	3,0
Portugal	- 3,2	- 2,3	0,6	2,8

Fonte: international Monetary fund – World Economic Outlook, April 2013 apud CEIC/UCAN - Relatório Económico de Angola -2012, p. 211

2.1.3- Economia Angolana

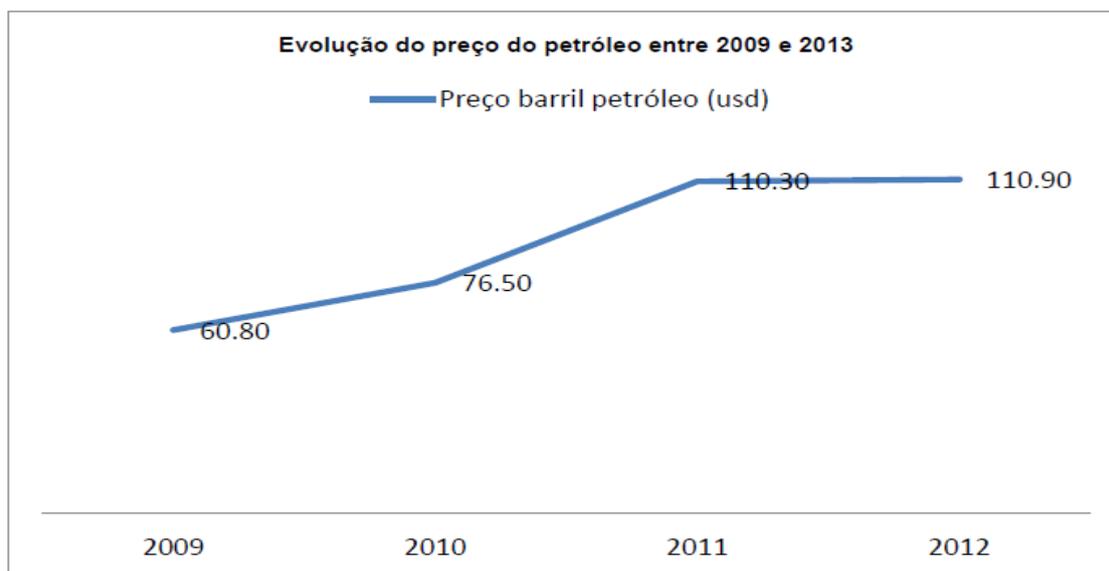
A economia Angolana foi bastante afectada pela guerra civil que durou quase trinta anos, colocando o país entre os mais pobres do planeta. Todavia, Angola apresenta boas taxas de crescimento apoiadas principalmente pelas suas exportações de petróleo. Para uma melhor compreensão das diferentes etapas de crescimento da economia angolana, Alves da Rocha no seu artigo sobre as perspectivas de crescimento económico de Angola até 2020 considera três (3) etapas depois dos acordos de paz em 2002:

1ª Etapa (2003-2008), período durante o qual a procura mundial de petróleo e os preços cresceram bastante e que proporcionaram receitas significativas ao país. Foi então possível investir na reconstrução/modernização das infra-estruturas materiais da economia e dar assim início a uma fase em que, a par das exportações de petróleo, o investimento público apresentou-se como o segundo maior factor de crescimento do PIB. O crescimento médio anual foi de 9,8% em 2008.

2ª Etapa (2009-2012), em que a grande crise financeira internacional dominou os comportamentos de todas as economias – numas mais do que noutras, mas que ainda permanecem indeléveis no momento actual e provavelmente ainda com alguma influência para o futuro – e em Angola determinou uma quebra no investimento público de mais de 21% entre 2008 (11,9 mil milhões de dólares) e 2009 (9,4 mil milhões de dólares), só se retomando o seu nível anterior em 2012. O principal factor deste ajustamento orçamental em Angola foi a quebra significativa do preço do petróleo no mercado internacional,

avaliada em 35,3% de 2008 para 2009. O outro factor de crescimento, as exportações de petróleo, também diminuíram de uma forma significativa no período em referência, tendo passado de 65,3 mil milhões de dólares, para 40,1 mil milhões de dólares.

Gráfico 2: Evolução do preço Petróleo



Fonte: international Monetary Fund – Angola 2014 Article IV Consultation, September 2014 apud Alves da Rocha, perspectivas de crescimento económico de angola até 2020, p.6

3ª Etapa (2013-2014), em que a grande aposta do Governo está ser o lançamento das bases para a diversificação da economia, assentes no investimento público em infra-estruturas (Alves da Rocha 2014, p.5-6).

A recuperação da economia angolana considerou-se ao longo de 2012 e dos primeiros meses de 2013, evidenciando assim a ultrapassagem do choque provocado em 2009 pela crise internacional – devido sobretudo à quebra inicial nas receitas petrolíferas, cujo impacto não foi possível acomodar de imediato. O esforço de ajustamento então empreendido (no quadro de um programa apoiado pelo FMI) e o regresso das receitas petrolíferas a patamares elevados permitiram, porém, uma substancial correcção dos desequilíbrios, que culminou no período em análise. Realçar que o crescimento no sector petrolífero em 2012 foi de 4,30%. Este resultado foi impulsionado também pela performance favorável do sector não petrolífero com um crescimento de 9,10%.

Ainda neste sector não petrolífero, no que respeita à taxa de crescimento segundo BNA, (2012, pág. 20), apesar da ligeira desaceleração de 0,64 p.p. (pontos percentuais) face ao ano de 2011, «esta tem apresentado uma performance favorável nos últimos quatro

anos. O crescimento do sector não petrolífero em 2012 foi estimulado principalmente pelos sectores Mineral não Petrolífero, Energia e Agricultura».

O quadro abaixo descreve os indicadores macroeconómicos do país.

Quadro 6: Indicadores Macroeconómicos de Angola

	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Crescimento real do PIB	5,2	5,1	7,9	8,8
Crescimento real do PIB <i>Per capita</i>	2,1	2,0	4,9	5,8
Inflação medida pelo IPC	10,3	9,3	8,3	7,8
Saldo orçamental, em % do PIB	8,7	2,4	-5,0	-6,9
Conta corrente em % do PIB	9,9	5,7	4,3	4,0

Fonte: African economic outlook - Perspectiva Económica de África 2014, p.3

O aumento do crescimento económico que se previa para 2014 e 2015 baseava-se no pressuposto de que as exportações de petróleo atingiriam 62.9 mil milhões de USD em 2014 e 67.4 mil milhões de USD em 2015. Todavia, tal situação não se verificou devido à queda do preço médio do petróleo no final de 2014 e princípio de 2015, provocando desequilíbrios orçamentais e na balança de pagamentos.

A continuada queda do preço do petróleo fez com que o Governo apresentasse um orçamento 2015, revisto e mais austero, em fins de Fevereiro, o qual foi aprovado pela Assembleia Nacional em 19 de Março. Este tem por base um preço de referência do petróleo de USD 40/barris, em vez dos 81 dólares/barril, considerados nas medidas originais para 2015, e estabelece uma série de acções concebidas para reduzir a despesa, num cenário de baixo preço do petróleo.

Angola é rica em vários recursos naturais, incluindo petróleo, diamantes, ferro e outros minerais. Em 2008, Angola tornou-se no maior exportador de petróleo de África, tendo a sua produção de petróleo e actividades de apoio contribuído para cerca de metade do PIB do país e aproximadamente 90% das exportações.

«Apesar dos esforços que têm sido desenvolvidos, a estrutura económica de Angola mantém-se pouco diversificada». Ou seja a economia angolana continua centrada no petróleo. «Com efeito, o sector petrolífero representa ainda cerca de 45% na estrutura do PIB, 60% das receitas fiscais e ultrapassa os 90% das exportações, revelando a natureza vulnerável da economia em relação aos choques externos» (PND 2013-2017, pág. 62).

Para reversão da situação antes descrita, o desejo se persegue no quadro do actual Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017, através da promoção da diversificação da estrutura económica, permitindo deste modo, o alargamento da base de

crescimento e conseqüente aumento de emprego gerado em sectores intensivos de força de trabalho (Ibidem, p. 62).

A agricultura de subsistência continua a ser a principal fonte de rendimento da maioria da população, sendo o trigo, o sorgo, o painço, as bananas, a cana-de-açúcar, o café e trigo os cultivos mais comuns. Apesar disto, este sector já tem dando sinais de crescente dinamismo, não só beneficiando de condições meteorológicas favoráveis, mas também beneficiando do esforço de reabilitação das infra-estruturas de apoio e escoamento.

A sustentabilidade da economia angolana e o seu principal desafio passa precisamente pela capacidade de desenvolvimento de sectores não petrolíferos e pela criação de emprego, garantindo uma melhor distribuição da riqueza e proporcionando o alívio sustentado da pobreza (Jornal de Negócios, 2008, p.4).

No que respeita à estrutura percentual do PIB, os sectores dos Serviços Mercantis e Agricultura, que nos últimos anos têm aumentado a sua quota na composição do PIB não petrolífero, terão sido os motores do crescimento da economia nacional com taxas de 21,68% e 10,50%, respectivamente conforme o quadro abaixo.

Quadro 7: Estrutura percentual do Produto Interno Bruto (PIB)

Estrutura Percentual (%)						
Sectores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sector Primário (%)	65,6	65,81	56,94	57,00	59,05	56,08
Agricultura	7,7	6,58	10,21	9,86	9,28	10,50
Pescas e Derivados	0,3	0,23	0,25	0,23	0,23	0,25
Diamantes e Outros	1,8	1,07	0,92	0,96	0,93	0,84
Petróleo	55,8	57,92	45,56	45,94	48,60	44,49
Sector Secundário (%)	10,3	10,18	14,05	14,55	14,09	14,99
Indústria Transformadora	5,3	4,92	6,23	6,28	6,12	6,47
Construção	4,9	5,17	7,70	8,14	7,86	8,39
Energia	0,1	0,09	0,13	0,13	0,11	0,14
Sector Terciário (%)	24,1	24,02	29,01	28,46	26,86	28,93
Serviços Mercantis	16,9	17,92	21,23	21,04	19,86	21,68
Outros	7,2	6,10	7,77	7,42	7,01	7,25

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados Ministério do Planeamento 2012 apud BNA-Relatórios e Contas

2.1.3.1- Evolução da Inflação

O conhecimento do comportamento dos preços em qualquer economia é essencial para que as políticas públicas incorporem medidas capazes de controlar a inflação e manter o poder de compra dos salários e outros rendimentos em níveis compatíveis com as

expectativas dos cidadãos. Por esta razão é que existe uma quase que obsessão da política económica pela manutenção da estabilidade dos preços (CEIC 2013, p. 251).

A inflação torna mais difícil o cálculo económico (taxas de retorno reais dos investimentos), diminui a competitividade interna e externa das economias, aumenta o risco do investimento, acresce os custos de produção, fomenta o desemprego, faz com que os agentes tenham preferências por actividades especulativa e acentua as desigualdades na distribuição dos rendimentos. Manter a estabilidade dos preços tornou-se, a partir de uns anos a esta parte, uma das funções mais importantes da intervenção do Estado na economia.

De acordo CEIC, «a estabilidade dos preços das economias é medida pelo intervalo de variação dos preços, sendo a norma convencionalmente aceite a do intervalo 1,5% – 2,5%. Ou seja, uma economia onde a taxa de inflação anual se situe no intervalo anterior é uma economia estável, do que se espera resultados concretos em termos de crescimento económico, aumento do emprego e melhoria das condições de bem-estar da população» (CEIC, 2013, p. 251).

Em Angola a inflação anual em 2012 e 2013 manteve-se a níveis de um (1) dígito. Em Agosto de 2012 a taxa de inflação homóloga foi de 9,87% e em 2013 com uma inflação a rondar os 7,68 %, isto é, já na casa de 1 dígito, o que para a meta de combate a inflação representa um ganho muito significativo, o que pode levar a presumir que a estabilidade de preços em Angola começa a ser alcançada. No passado ano de 2014, registou-se a taxa de inflação mais baixa, fixando-se em 7,48%, cuja meta é reduzir para números inferiores (Ibidem, p. 251).

Mas com os últimos acontecimentos relacionados com a queda do preço do petróleo no final de 2014, a taxa de inflação tende a subir dado que, ao reduzir-se a subvenção dos derivados do petróleo acaba afectando a cadeia de valor de produção nacional, dado os novos custos que as empresas terão na produção da mesma quantidade de bens, cujos efeitos são já visíveis.

2.1.3.2- Contexto Político

Durante três décadas a vida pública de Angola foi marcada essencialmente pela persistência da instabilidade política, económica e social, particularmente no que se refere a modo de vida da população. O país não foi capaz de superar as consequências políticas, económicas e sociais geradas pelo conflito político-militar de 1975-2002 (CEIC-UCAN-Relatório Social de Angola 2012, p.13).

Com o término da guerra em Angola em 4 Abril de 2002, o país ganhou a estabilidade política que permitiu maior confiança dos investidores estrangeiros a investirem no país.

As eleições legislativas de 2008 contribuíram para a consolidação da democracia em Angola. Nestas eleições registou-se uma vitória esmagadora do partido no poder (MPLA) com cerca de 82% dos votos e a conquista de 191 dos 220 assentos do parlamento, permitindo-lhe mudar a Constituição à sua feição. Desde a aprovação da nova Constituição em 2010, foram tomadas uma série de medidas para aumentar a eficiência do Parlamento, incluindo a criação de um serviço de pesquisa especializado destinado a analisar os processos legislativos.

As eleições de 31 de Agosto de 2012, sendo as primeiras eleições ditas “eleições gerais”, após a revisão constitucional de 2010, deram um outro passo significativo na consolidação da democracia, culminando com a eleição do Presidente e Vice-Presidente da República (Ibidem, p.13).

Todavia, de acordo com *African economic Outlook* 2014, a segurança nacional de Angola tem melhorado significativamente e a classificação de Angola no que se refere à segurança e Estado de direito no Índice *Ibrahim* de Governação Africana melhorou em 8.7 pontos percentuais entre 2007 e 2013, apesar de se situar em 2013 no que se refere a índice de democracia 132 (regime autoritário) e 2014 nas posições: 44 do índice de boa governação (entre 52 países africanos); índice de corrupção 153 (38º entre 48 países africanos); índice de transparência 167 (entre 177). Em geral, Angola é um dos países que mais melhorou no índice, com a sua classificação a subir 18.5 pontos percentuais desde que o índice foi lançado em 2000.⁷

2.2- Pobreza em Angola

“No pacto internacional sobre os direitos económicos, sociais e culturais, adoptados pela ONU em 1966 e ratificado por Angola em 1991, os estados membros deliberaram o direito de todos a um nível de vida adequado para si próprio e para as suas famílias, incluindo alimentação, vestuário e habitação condigna. A cimeira do Milénio, realizada em 2000, estabeleceu como meta, a atingir até 2015 a redução em 50% da incidência da pobreza, isto é da população mundial com rendimento inferior a um dólar por dia” (Ministério do Planeamento-Estratégia de Combate a Pobreza, 2005, p.18).

⁷ African economic Outlook 2014; Index Democracy 2012 apud CEIC-UCAN - Relatório Social de Angola 2012

Principal documento de orientação para a redução da pobreza em Angola é a *Estratégia de Combate à Pobreza - Crescimento e Estabilização Económica*, aprovado em 2010.

De acordo com este documento (p.17), as principais causas da pobreza em Angola são: «*o conflito armado, A forte pressão demográfica, A destruição e degradação das infra-estruturas económicas e sociais, O funcionamento débil dos serviços de educação saúde e protecção social, Desqualificação e desvalorização do capital humano e a ineficiência das políticas macroeconómicas*».

De acordo com dados do Banco Mundial, o índice de incidência da pobreza em linha nacional da pobreza (% da população) é de 37%; sendo o hiato da pobreza de USD 1,25 por dia (PPP) (%) de 16,5% e com USD 2 por dia 31,5%.

Tendo com referência das últimas estimativas do IBEP - Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (2011), o agregado familiar chefiado por mulheres corresponde a 23% e a proporção de crianças com 5-14 anos de idade envolvidos em actividades de trabalho infantil é de 20,4%.

Segundo Relatório Multidimensional da Pobreza em Angola, define a pobreza como sendo «A insuficiência de recursos para garantir as condições básicas de subsistência e bem-estar, de acordo com as normas da sociedade, incluindo as condições de vida material tais como: alimentação, vestuário, habitação, acesso aos cuidados de saúde e emprego».

Esta definição reconhece, em certa medida, a natureza multidimensional do que significa viver na pobreza e o facto de o rendimento não conseguir abarcar a complexidade deste fenómeno. O mesmo relatório acrescenta que «o foco no nível de rendimento e consumo das famílias mede apenas o aspecto monetário da pobreza vivida pelos membros da família. Uma série de privações, como a falta de acesso aos serviços básicos e à informação ou a uma nutrição debilitada, são igualmente importantes, ainda que não seja registada pelas avaliações da pobreza com base no rendimento».

Uma breve análise da situação da pobreza em Angola recorrendo a duas abordagens: Abordagem monetária baseada no rendimento e baseada nas privações.

2.2.1- Pobreza monetária baseada no rendimento

Segundo Relatório Multidimensional da Pobreza em Angola (2015), «a pobreza monetária é medida através da definição de um cabaz básico de bens alimentares e não alimentares, tido como suficiente para satisfazer as necessidades básicas. O valor deste

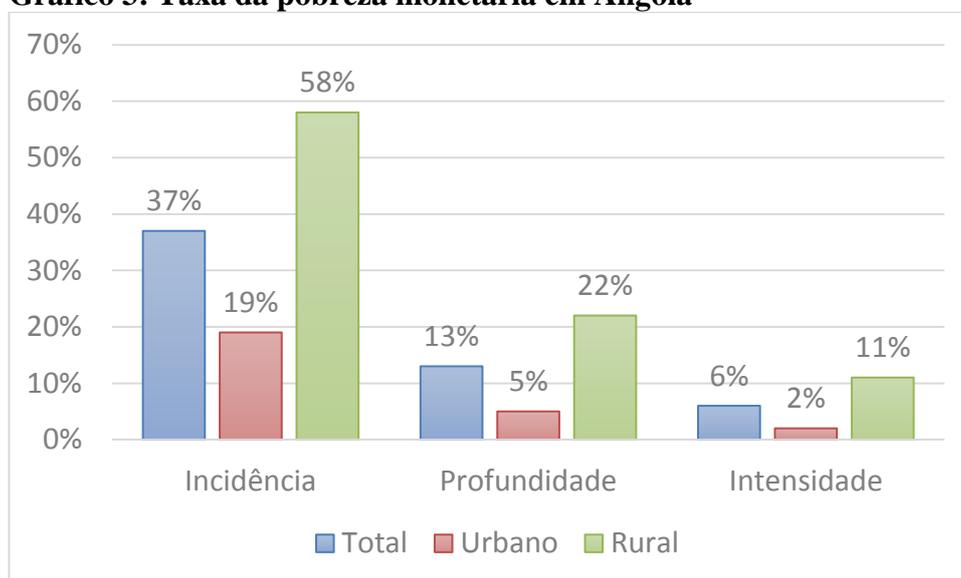
cabaz representa a linha de pobreza». Em Angola, a linha de pobreza nacional é de 4.973 Kwanzas (Kz) por mês.

Tendo em conta os estudos realizados em 2008-2009 pelo IBEP, a população, segundo o índice de pobreza estão subdivididas em três índices a saber: Índice de incidência, profundidade e de intensidade.

De acordo com as últimas estimativas disponíveis no IBEP, 37% dos angolanos são pobres (índice de incidência), registando um consumo mensal abaixo da linha de pobreza nacional. A pobreza monetária é muito mais elevada nas áreas rurais, onde 58% das pessoas vive na pobreza, em comparação com 19% da população urbana.

O gráfico abaixo ilustra as diferentes percentagem tendo em conta os tipos de índices de pobreza estudado pelo IBEP.

Gráfico 3: Taxa da pobreza monetária em Angola



Fonte: Elaboração própria baseado nos dados de Relatório Multidimensional da Pobreza em Angola, 2015

O mesmo relatório faz referência que o índice de profundidade da pobreza nacional em Angola é de 13%, o que significa que o consumo médio das pessoas abaixo da linha de pobreza é apenas de 4.327 Kz por mês (ou seja, 13% inferior ao da linha de pobreza). Este índice indica o valor que deveria ser transferido para um indivíduo pobre médio, a fim de que o seu nível de despesas atingisse a linha de pobreza. No caso de Angola, este valor seria de apenas 646 Kz por mês.

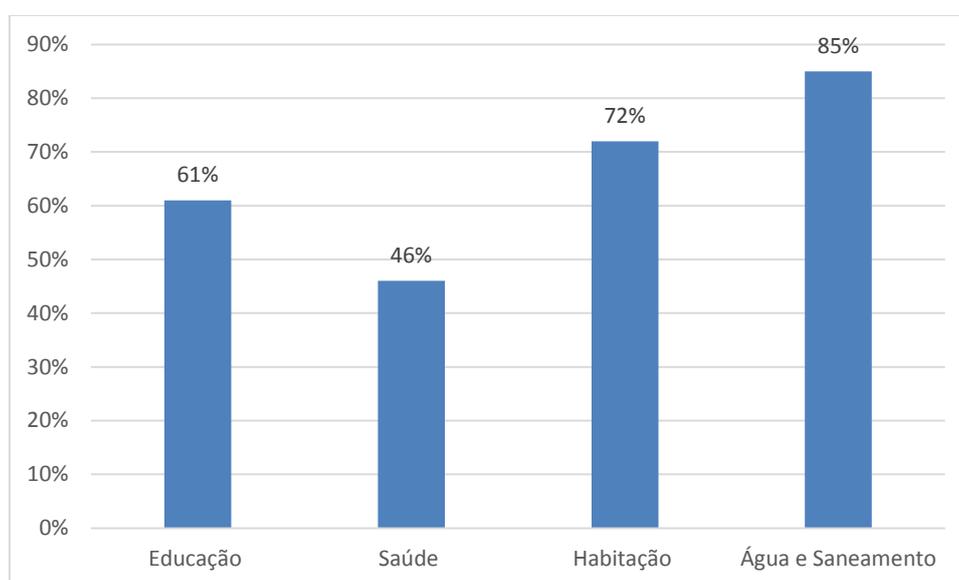
2.2.2- Pobreza não-monetária em Angola

Medidas de pobreza não-monetárias, também conhecidas como “privações” ganharam mais reconhecimento nos últimos anos. Segundo Relatório Multidimensional da Pobreza em Angola (2015), estas medidas destinam-se a complementar e não a substituir

as medidas monetárias, sendo estimadas através da construção de variáveis relacionadas com os principais aspectos do bem-estar como educação, saúde, habitação e água e saneamento.

Das duas formas de pobreza, a que mais prevalece é a pobreza não-monetária e dentro desta, estima-se que 61% dos angolanos tem algumas privações de ordem educacional e cerca de metade da população carecem de saúde. E quanto acesso à água potável e ao saneamento, os estudos feito estimam que 85% dos angolanos privados de acesso a ambos conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 4: Pobreza não-monetária para os indivíduos



Fonte: Elaboração própria baseado nos dados de IBEP (2011) e no Relatório Multidimensional da Pobreza em Angola (2015)

2.2.3- A desigualdade no rendimento

A desigualdade no rendimento é um dos principais motores da pobreza. Sociedades altamente desiguais tendem a ter menos sucesso na sustentação do crescimento. Há provas de que sociedades desiguais tendem a não funcionar de forma eficiente (Relatório Multidimensional da Pobreza em Angola 2015). Wilkinson e Pickett (2009) apud Relatório Multidimensional da Pobreza em Angola 2015, constataram que a desigualdade afecta negativamente uma ampla gama de factores sociais, como a coesão social, a expectativa de vida, o desempenho escolar, entre outros.

Em Angola, Apesar das conquistas económicas da última década o nível de desigualdade de rendimento continua ter um valor alto. O coeficiente de Gini, um indicador da desigualdade do rendimento foi estimado de 58,6 % no período 2000 a 2010.

2.2.4- Índice de Desenvolvimento Humano em Angola

Segundo Carvalho (2002, p.115) «a qualidade de vida em Angola é muito baixa». De acordo com dados dos relatórios do desenvolvimento humano tem apresentado um baixo nível de desenvolvimento humano ao longo da última década. Para o ano 2010, Angola apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,403, ocupando a posição 146^a, uma classificação considerada pelo PNUD baixa. No entanto, esses valores no ano 2011 voltaram a registar uma diminuição ocupando a posição 148^a com um IDH de 0,486. Em 2012 ocupando a mesma posição e uma alteração pouco significativa de IDH de 0,508. Em 2013 passou a ocupar a posição 149^a com IDH de 0,526.

Para o nosso país registaram-se as alterações seguintes: Esperança de vida de 51,1 anos para 52,5 anos; taxa de analfabetismo dos adultos de 65,6% para 68,5%; acesso à água potável de 42% para 47%; acesso a saneamento de 59,6% para 63%; taxa de escolarização de 77,2% para 80%, entre 2011 a 2014 respectivamente. O quadro abaixo apresenta alguns indicadores sociais.

Quadro 8: Indicadores sociais de Angola, 2011-2014

Indicadores Sociais	Anos (%)			
	2011	2012	2013	2014
PIB <i>per capita</i> em USD	5358	5732	6469	7398
Taxa de Crescimento do PIB	3,9	6,8	7,1	3,9
Índice de Pobreza	37	37	35	34
Taxa de alfabetização dos adultos (15 ou mais anos)	65,6	66	67	68,5
Taxa líquida de escolaridade	77,2	77,4	79	80
Esperança de vida à Nascer	51,1	51,4	52	52,5
Taxa de Natalidade	42,9	39,36	39,16	38,97
Taxa de Mortalidade (%)	23,4	12,06	11,86	11,67
Taxa de Mortalidade Infantil (%) Permilagem	175,9	83,53	81,75	79,99
Taxa Geral de Emprego	72,5	72,5	72,5	73
Taxa de acesso a água potável	42	42	45	47
Taxa de acesso ao saneamento básico apropriado	59,6	60	62	63
Taxa de acesso à electricidade	40,2	41	42	45
Taxa de acesso à rede móvel de telefone	32,2	34	40	45
Coeficiente de Gini	42,7	42,7	42,7	-

Fonte: Elaboração própria baseado nos dados de relatório de PUND 2014, p.168; Banco Mundial e BIC 2014, p.34-38

Os quadros abaixo, estabelecem comparações de IDH e diferentes taxas em três países. O quadro 9 estabelece uma comparação das diferentes IDH e a sua evolução nas últimas três décadas. África do Sul apresenta-se com uma evolução satisfatória nas últimas décadas, comparando com Angola, Moçambique, o resto da África Subsariana e os países de Desenvolvimento Humano Baixo. Isto demonstra certas melhorias na saúde, educação e nos padrões de vida, sendo estes os indicadores que constituem o IDH. Em termos de ranking África do Sul ocupa uma posição satisfatória em relação a Angola e a Moçambique. Em termos de média anual de crescimento de IDH, Moçambique teve maior crescimento a partir da década de 1990, 2000 e 2013, tal como se observa nos quadros e gráficos abaixo.

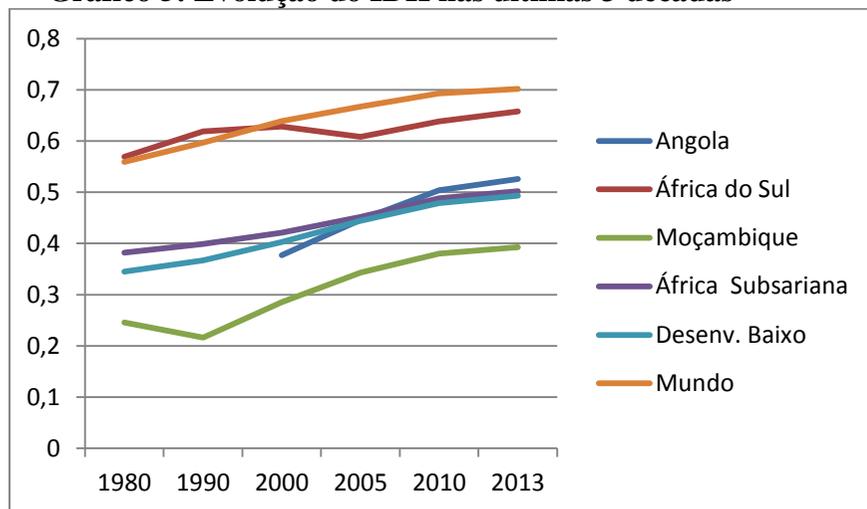
O quadro 10 estabelece uma comparação de diferentes indicadores da condição de vida da população entre os três países da região da SADC o resto da África Subsariana, Desenvolvimento Baixo e o Mundo. A partir do deste quadro, pode-se observar que muito ainda deve ser feito no sentido de se inverter a situação actual. Portanto, deve-se tomar medidas rápidas que partem desde a redução das altas taxa de mortalidade infantil e materna, aumentar a taxa de alfabetização, isto é, melhor o sistema de saúde e Educação como também reduzir as desigualdades na distribuição do rendimento, permitindo uma redução gradual da pobreza.

Quadro 9: Comparação de IDH entre países e a Média Anual de Crescimento de IDH

Países	Anos	IDH (valor)					Ranking IDH (2013)	Média Anual de Crescimento de IDH (%)			
		1980	1990	2000	2005	2010		2013	1980-1990	1990-2000	2000-2013
Angola		-	-	0,377	0,446	0,504	0,526	149	-	-	2,60
África do Sul		0,569	0,619	0,628	0,608	0,638	0,658	118	0,86	0,14	0,36
Moçambique		0,246	0,216	0,285	0,343	0,380	0,393	178	-1,31	2,84	2,49
África Subsariana		0,382	0,399	0,421	0,452	0,488	0,502	-	0,44	0,52	1,37
Desenvolvimento Humano Baixo		0,345	0,367	0,403	0,444	0,479	0,493	-	0,64	0,95	1,56
Mundo		0,559	0,597	0,639	0,667	0,693	0,702	-	0,66	0,67	0,73

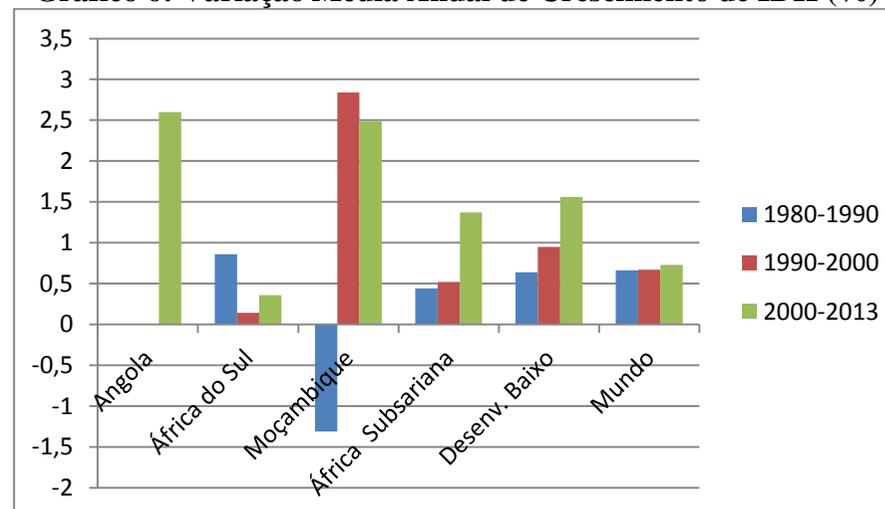
Fonte: Elaboração própria baseado nos dados de relatório de PNUD 2014

Gráfico 5: Evolução do IDH nas últimas 3 décadas



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados de relatório de PNUD 2014

Gráfico 6: Variação Média Anual de Crescimento de IDH (%)



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados de relatório de PNUD 2014

Quadro 10: Comparação das diferentes taxas nos três países

	Desiguald. Rendimento		Taxa de Mortalidade Materna (Mort por 100.000 nados vivos) 2010	Taxa de Mortalidade Infantil (Mortos por 1000 nasc.)	Taxa de Mortalidade em Adulto por 1000 pessoas (2011)		Esperança de vida à nascer (2013) (anos)	Média de anos de Escolaridade (2012)	Anos de escolaridades esperados (2012)	Taxa de Alfabetização (2005-2011) (%)	Índice de Pobreza (2002-2012) (%)
	Rácio por quintil (valor)	Coef. GINI [2002-2012] (%)			F	M					
Angola	9,0	42,7	300	79,9	331	383	51,9	4,7	11,4	70,4	37
África do Sul	25,3	63,1	450	41,61	407	474	56,9	9,9	13,1	93,0	23
Moçambique	9,8	45,7	490	72,42	421	457	50,3	3,2	9,5	50,6	54,70
África Subs	-	-	474	-	327	372	56,8	4,8	9,7	58,9	-
Des.H.Baixo	-	-	427	-	270	313	59,4	4,2	9,0	58,2	-
Mundo	-	-	145	-	127	188	70,8	7,7	12,2	81,2	-

Fonte: Elaboração própria baseado nos dados de relatório de PNUD 2014

2.3- Caracterização Geográfica, Climática e Socio-económica de Cabinda

2.3.1- Localização

Cabinda é uma das 18 províncias de Angola, situada na costa atlântica africana, com cerca de 7.283 Km², entre os paralelos 4° 25' e 5° 45' no hemisfério Sul e entre os meridianos 12° e 13° de longitude Este, tendo como fronteiras terrestres, a Norte, a República do Congo (Brazzaville), numa extensão de 196 km, a Nordeste, Leste e Sul a República Democrática do Congo, com 153 Km respectivamente, e a oeste o Oceano Atlântico com 103 Km.

A população ronda actualmente 688.285 mil habitantes, distribuídos em quatro (4) Municípios e dose (12) Comunas conforme o quadro abaixo.⁸

Quadro 11: Divisão administrativa da província de Cabinda

Municípios	Comunas	Nº de habitantes	Área (km ²)
CABINDA	Cabinda; Malembo; Tando-Zinze	598210	2.340
CACONGO	Lândana; Massabi; Dinge	36778	1.732
BUCO-ZAU	Buco-Zau; Inhuca; Necuto	33843	2.115
BELIZE	Belize; Luali; Miconje	19454	1.096

Fonte: INE, RGPH 2014, Resultados Preliminares

A primeira e mais óbvia característica de Cabinda é a separação geográfica do território da Província face ao restante território nacional. Com efeito, a descontinuidade territorial de Cabinda é um facto incontornável, sobretudo pelas consequências sociais, económicas e até culturais que impõe, não só à escala local, como também à escala nacional e regional (CESO – Estudo de mercado sobre a Província de Cabinda). O mesmo estudo explica que;

“Independentemente das causas histórico-políticas que assistiram à criação desta descontinuidade territorial, a província manifesta os efeitos de isolamento característicos dos territórios de pequena dimensão que, por barreiras físicas, naturais e /ou político administrativas, são votados à condição de territórios social e economicamente periféricos, com tendência para a formação de sistemas fechados, incapazes de auto-subsistir e cujos efeitos, à escala nacional, são traduzidos no aprofundamento de disparidades regionais.”

Contudo, a condição da insularidade imposta a Cabinda, reveste-se de um carácter especial: a província é uma “ilha” continental, afastada territorialmente do centro de

⁸ INE, RGPH 2014, Resultados Preliminares p.23

Revista Ngonje informação trimestral de Cabinda. Nº 10, Ano 05, p.36, Abril-Junho 2007

interior) registam as temperaturas médias mais elevadas, rondando os 27°. É na estação seca, durante os meses de Julho e Agosto, que se registam as temperaturas mais baixas, rondando os 21°».

“Os valores da quantidade de pluviosidade vão aumentando do litoral para o interior da província, acompanhando o aumento de altitude. Deste modo, na cidade de Cabinda (litoral), onde a altitude ronda os 20 metros, a pluviosidade média anual é de 844 mm, enquanto que no interior, no município do Buco-Zau, com altitudes de 350 metros, os valores são superiores a 1.350 mm e no Belize chegam a ser ultrapassados os 1.800 mm. Durante a estação seca (cacimbo), a pluviosidade é praticamente nula, aumentando o número de dias com névoa e diminuindo a quantidade de insolação directa” (Ibidem, p.5-6).

2.3.3- Contexto Socioeconómico de Cabinda

Um dos desafios que se coloca à definição de um modelo operacional de desenvolvimento da Província de Cabinda sob a formulação "Apostar nos recursos produtivos endógenos" está directamente associado ao reconhecimento do potencial económico que reside na exploração sustentada dos recursos naturais de Cabinda que assinalam as especificidades da Província. O factor económico mais importante desta província assenta na exploração de petróleo. No entanto, é este importante recurso que mais constitui a atracção económica estrangeira em Cabinda, cuja exploração está avaliada em aproximadamente 1.000.000 de barris/dia, e contribui mais de 60% da actual produção total do petróleo de Angola.

Além deste, (o petróleo) outros dos principais recursos naturais da região são fosfato, ouro, manganés, quartzo, urânio e potássio.

Apesar disto, Cabinda, o principal produtor do petróleo comercializado por Angola é apenas atribuído cerca de 10% das receitas anuais das explorações do seu petróleo, que por ironia nem sequer chega a Cabinda e gerido de forma desastrosa.⁹

Ainda no contexto Socio-económico da Província, enquadra-se um leque de actividades económicas distribuídas nos seguintes sectores.

⁹ Informações baseadas no portal de terra cabinda, disponível aqui: www.terracabinda.com/home/index.php?option=com_content (acedido a 14/05/2015).

2.3.3.1- Sector Agrícola e Pesca

A agricultura e a pesca enquadram-se no conjunto das actividades económicas desenvolvidas na província. É de salientar que, nenhum destes sectores de actividade tem condições, a breve trecho, para atingir os níveis de produção e o peso relativo na economia local e nacional. Dos sectores referidos, é consensual o papel que jogam na normalização da vida das comunidades locais, apresentando potencialidades de desenvolvimento empresarial no futuro de médio e longo prazo (CESO – Estudo de mercado sobre a Província de Cabinda, p. 9).

Agricultura desenvolvida na província não é muito mecanizada ou industrial, caracterizada por uma actividade de subsistência desenvolvida pelas famílias agrícolas e em pequena escala pelas empresas agrícolas ligadas ao sector, tendo como principais cultivos: mandioca, banana, ananás, amendoim, feijão, batata-doce, inhame, milho, hortícolas e fruteiras tropicais diversas.¹⁰

Porém, para o desenvolvimento deste sector, assume particular relevância a emergência de capacidades para adopção de técnicas e tecnologias de produção e para a normalização e desenvolvimento dos circuitos de distribuição e comercialização dos bens agrícolas, factores que dependem, em grande parte, do esforço de investimento dos agentes privados. Daí que numa primeira fase do processo de desenvolvimento, a agricultura em Cabinda deve ser sobretudo de carácter familiar, vocacionada para a auto-suficiência alimentar, contribuindo no entanto para a reanimação dos mercados locais e das trocas mercantis e, conseqüentemente, para a revitalização das economias de base local.

Quanto ao sector das pescas, de acordo com CESO, «a extensão de costa da Província constitui um potencial evidente para o desenvolvimento da actividade. Este sector de actividade é ainda dominado pela pesca artesanal. A predominância do sector artesanal deve-se sobretudo à ausência de infra-estruturas de apoio à actividade».

Os dois sectores (agricultura e a pesca) na actual fase do processo de desenvolvimento da Província ocupam uma posição de destaque ao nível da normalização da vida das comunidades locais e da reanimação das actividades económicas de base local. O seu desenvolvimento numa perspectiva empresarial, vocacionada para o mercado é determinado pela capacidade de investimento dos agentes privados (onde a adequação do sistema de crédito joga um papel essencial) e pelo esforço de formação e qualificação dos

¹⁰ MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO, Perfil do Município de Cabinda Província de Cabinda Esboço - Julho 2007

gestores nacionais, bem como pela adopção de políticas de incentivo à produção e iniciativa nacional (Ibidem, p. 11).

2.3.3.2- Fileira Florestal

A floresta do Maiombe constitui um recurso de grande importância para a revitalização da economia da Província, sustentada na diversidade dos tipos de madeira com valor económico reconhecido (CESO – Estudo de mercado sobre a Província de Cabinda, p. 12). A procura nos mercados nacional e internacional dos tipos de madeira existentes no Maiombe constitui, efectivamente, uma oportunidade de desenvolvimento da fileira florestal que importa aproveitar de forma equilibrada e sustentada.

A seguir ao petróleo, os recursos florestais são os mais explorados, constituindo uma das principais receitas das exportações realizadas pela província. Cabinda tem um potencial de produção na ordem dos 150.000 m³/ano. A parte do Maiombe que pertence a Cabinda abrange cerca de 200.000 hectares, dos quais tem interesse real 175.000 hectares – o chamado Alto e Médio – Maiombe (Ibidem, p. 12).

2.3.3.3- Sector Industrial, Hoteleiro e Comercial

No estudo realizado pelo CESO, p. 14, descreve que a Província de Cabinda apresenta um tecido empresarial débil, pouco diversificado e com grandes dificuldades de reacção para uma economia competitiva. No que toca à indústria transformadora, o estudo descreve ainda que «Os ramos de actividade que se destacam, pelo número de empresas em funcionamento, são o Alimentar (Panificação, Pastelarias e Geladarias), as Confecções, a Madeireira, a Metalomecânica e os Materiais de Construção».

A indústria extractiva na Província tem pouca expressão, à excepção da indústria petrolífera e da extracção de inertes para a construção civil. Há ainda outras pequenas actividades desenvolvidas de forma esporádica (extracção de ouro).

No domínio da actividade hoteleira e do turismo, a Província conta 4 hotéis, 4 complexos turísticos, 1 centro turístico, 15 pensões, 8 hospedarias e 1 aldeamento turístico. A capacidade geral instalada é de 622 quartos, correspondendo a 908 camas, 13 restaurantes, 3 cervejarias, 5 Snack bares, 2 Pizzarias, 3 discotecas e 1 bar-dancing.

O sector hoteleiro, apesar da relevância relativa dos investimentos nela realizados, ainda está a baixo do desejável, especialmente no que respeita à qualidade e diversidade de serviços que coloca no mercado (GPC-Plano de Desenvolvimento da Província de Cabinda 2013-2017, p.63).

No que respeita à actividade comercial, no sector formal a Província contínua dependente das importações destacando-se, de entre os principais produtos importados, os bens alimentares, as bebidas, os materiais de construção, os electrodomésticos e as matérias-primas. No que se refere ao mercado informal existe uma tendência de crescimento da actividade, facto que conduziu ao aumento da fiscalização das autoridades competentes no sentido de evitar a prática ilícita de venda de produtos sem cumprimento das regras vigentes (CESO – Estudo de mercado sobre a Província de Cabinda, p. 14).

O município de Cabinda conta com 87 estabelecimento de comércio por grosso, 117 de comércio a retalho, 192 de comércio geral, 10 de comércio precário, 131 de pequena prestação de serviços. O município de Cacongo tem apenas 3 estabelecimentos de comércio geral, 3 de comércio precário e 2 de pequena prestação de serviços. No município de Buco-Zau existe apenas 1 estabelecimento de comércio geral e 1 comércio precário (GPC-Plano de Desenvolvimento da Província de Cabinda 2013-2017, p.63).

2.3.3.4- Sector de Energia

A geração, transporte e distribuição de energia eléctrica na Província de Cabinda é assegurada por duas entidades, Empresa Nacional de Energia (ENE) e a Secretaria Provincial de Energia e Águas (SPEA).

O tipo de energia eléctrica produzida na Província é de origem térmica, existindo centros electroprodutores em todas as sedes municipais, e vários geradores de pequena potência, associados a pequenos sistemas eléctricos isolados, nas sedes comunais e algumas aldeias, conforme o quadro seguinte:

Quadro 12: Distribuição da capacidade instalada e efectiva por município

Designação	Capacidade Instalada (mw)	Capacidade efectiva (mw)
Sob controlo da ENE (70 Malembo, 30 Chibodo, 10 Santa Catarina 21 Malongo)	131	110
Fora do controlo da ENE: Cabinda	3,19	2,51
Cacongo	1,58	1,00
Buco-Zau	4,34	2,65
Belize	4,90	3,29
Total	145,01	119,45

Fonte: Elaboração própria baseada na apresentação da Secretaria Provincial de Energia e Águas, 2014.

Tendo em conta a capacidade instalada e efectivamente fornecida, em termos de cobertura actual da Província, considerando os sistemas actualmente em operação e exploração, estão ainda longe de superar as expectativas reflectidas no Plano Director 2012 - 2021 do MINEA de electrificação da província de Cabinda.

Os constrangimentos surgem com aumento do parque de produção de energia eléctrica, não acompanhado pelo necessário alargamento das redes de distribuição em Média e Baixa Tensão, resulta num considerável incremento dos investimentos sem o equivalente benefício social, promovendo a proliferação do recurso à energia eléctrica através de ligações anárquicas.

Observa-se igualmente o inadequado quadro técnico das Instituições a operar no sector compromete a qualidade dos projectos apresentados, por falta de formação científica e técnica, bem como a sua correcta execução tornando indispensável continuar a apostar na formação contínua dos funcionários, e a desenvolver esforços no sentido de aperfeiçoar os procedimentos que tendam para a elevação dos níveis de eficácia e dos parâmetros de qualidade, em conformidade com os objectivos superiormente definidos (Secretaria Provincial de Energia e Águas, 2014).

Como é evidente, o deficiente abastecimento de energia eléctrica condiciona de forma definitiva a diversificação da economia da província e, principalmente, a afirmação do sector industrial.

Importa sublinhar que no sentido de responder de forma efectiva aos desafios importantes que o sector enfrenta, o Governo Provincial tem feito um esforço nos últimos anos no sentido de melhorar o sistema de fornecimento de energia eléctrica às populações, dispondo-se de cinco importantes instrumentos de planeamento estratégico que são: O Plano de Segurança Energética; O Plano Director de Electrificação da Província de Cabinda; Projecto da Hyundai na Província de Cabinda; Plano Nacional da Água; Programa de Água para Todos; Plano de Monitorização da Qualidade da Água.

2.3.3.5- Sectores de Transportes e Telecomunicações

A distribuição de frotas corresponde à distribuição da população, pois cerca de 80% da frota rodoviária encontra-se no município de Cabinda, 10% no município de Cacongo e 5% nos municípios de Buco-Zau e Belize respectivamente (GPC-Plano de Desenvolvimento da Província de Cabinda 2013-2017, p.64).

O transporte colectivo urbano está concentrado na cidade de Cabinda onde é apoiado basicamente pelos serviços de táxis colectivos, para além da existência em

operação de uma empresa privada, em concorrência com o parque de táxis privados colectivos, que na verdade, predominam neste tipo de serviço.

A província dispõe de uma empresa pública de transportes terrestres que assegura as ligações entre todos os municípios e comunas, que actualmente funcionam com muitas limitações devido de certas avarias que apresentam os mesmos meios (autocarros), dificultando assim o transporte de pessoas e bens.

Para a satisfação desta necessidade, as populações recorrem aos serviços de táxis vulgos candongueiro e não só, que permite o transporte de pessoas e bens nesta parcela do país.

Relativamente aos transportes marítimos e de acordo CESO, o Porto de Cabinda, apesar de algumas melhorias em termos de infra-estruturas e equipamentos, depara-se ainda com grandes dificuldades para dar resposta à dinâmica económica que caracteriza a província e que se reflecte na crescente procura dos seus serviços, provocando, por vezes, estrangulamentos ao normal funcionamento da actividade económica (CESO, p. 19).

Quanto ao transporte aéreo, a Província de Cabinda tem um aeroporto local que tem assistido a um crescimento significativo desta actividade, que se reflecte quer em número de passageiros transportados quer em número de voos realizados semanalmente (Ibidem, p.19).

No que se refere a telecomunicações a Província conta com três (3) principais operadores de telecomunicações: Angola Telecom, para a rede fixa, e a UNITEL e a MOVICEL para a rede móvel, sendo estas operadoras que cobrem a rede de telecomunicações a nível de toda a extensão do país e da província em particular.

2.4- Situação da Pobreza em Cabinda

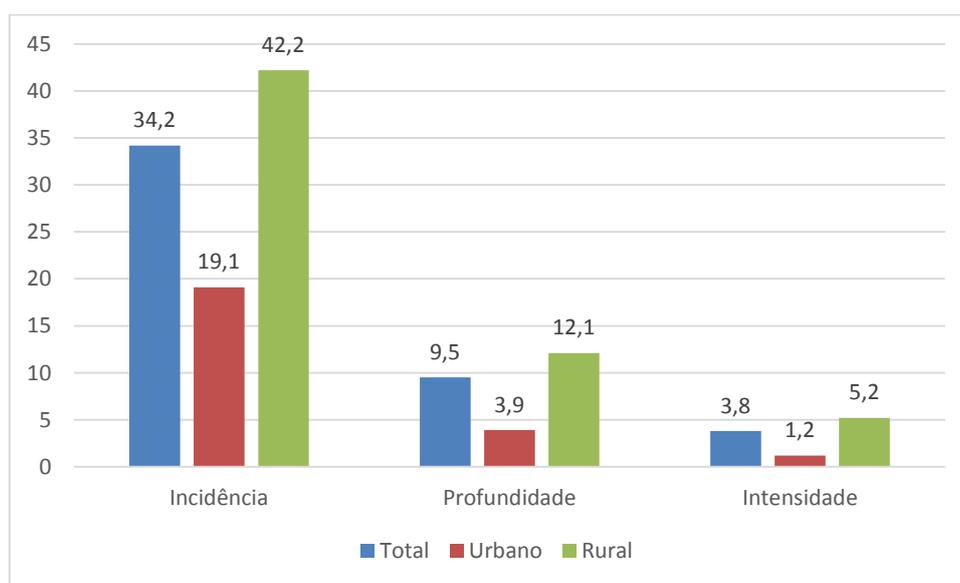
O quadro de pobreza existente em Angola é consequência de um número complexo de factores, entre os quais se destaca a guerra civil. Este factor para além de destruir as infra-estruturas de transportes, ensino e saúde, também provocou um deslocamento significativa de grande parte da população para outras áreas fora das suas zonas de origem. A guerra levou ainda à ruptura do tecido social, pela distribuição dos valores morais e éticos tradicionais baseado na confiança e solidariedade comunitárias e fez emergir o fenómeno da exclusão e destruição social.

Em relação a Província de Cabinda, o cenário não se apresenta muito diferente daquela que caracteriza o país. A guerra civil que assolou o país e de forma particular a

Província, conduziu uma deterioração das condições de vida da sua população e ao aumento rápido da pobreza extrema.

De acordo com os últimos resultados fornecidos pelo Inquérito de Bem-Estar à População (IBEP) 34,2 % da população da região norte de Angola onde se localiza a província de Cabinda encontra-se a viver em condições de pobreza, no qual 19,1% se localiza nas zonas urbanas e 42,2% nas zonas rurais (IBEP, 2011, p.267).

Gráfico 7: Taxa da pobreza monetária na região norte de Angola



Fonte: Elaboração própria baseado nos dados de IBEP (2011)

Esses dados revelam que a incidência da pobreza no meio rural é maior em relação ao meio urbano. Os pobres estão, portanto, concentrados nas áreas rurais de modo desproporcional. O combate a pobreza deve ser intensificado nessas áreas, sem que se abrandam as acções em curso nos centros urbanos.

2.4.1- Análise dos Sectores Sociais em Cabinda

2.4.1.1- Educação

Neste momento o principal constrangimento no sector de Educação na província coloca-se ao nível das infra-estruturas adequadas à formação, continuando a existir turmas a funcionar em capelas ou ao ar livre.

O ensino geral ministrado em Cabinda é caracterizado por uma cobertura do primária (pré-escolar) e uma cobertura do I ciclo (ensino de base) em todos Municípios, Comunas e em algumas aldeias e II ciclo (ensino médio) ministrados apenas nas sedes municipais e comunais.

Quanto ao ensino superior, existe na região uma Universidade pública e dois institutos Superiores Politécnicos privados, que funcionam apenas no município Cabinda. A pública, que compõe a região académica III as Províncias de Cabinda e Zaire com a sede em Cabinda é a Universidade 11 de Novembro e os institutos privados são Instituto Superior politécnico Lusíada de Cabinda (ISPLC) e Instituto Superior Politécnico de Cabinda (ISPC).

Quadro 13: Estabelecimentos de ensino por municípios

Município	Primária		I Ciclo		II Ciclo		Superior		Total	
	Nº Esc.	Salas	Nº Esc.	Salas	Nº Esc.	Salas	Nº Esc.	Salas	Nº Esc.	Salas
Cabinda	103	594	6	116	7	118	3	59	119	887
Cacongo	42	183	3	23	2	14	-	-	47	220
Buco-Zau	56	139	2	18	1	6	-	-	59	163
Belize	32	193	2	12	1	5	-	-	35	156
PROVÍNCIA DE CABINDA	233	1055	13	169	11	143	3	59	260	1418

Fonte: Elaboração própria baseado CESO – Estudo de mercado sobre a Província de Cabinda

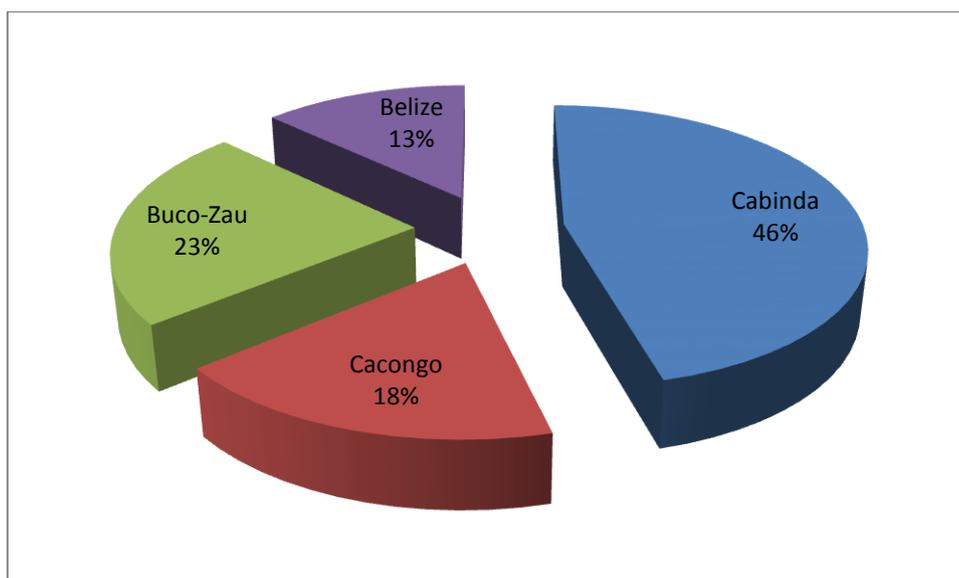
Quanto à situação de número de escolas e das salas de aulas, como se pode verificar no quadro acima, nos Municípios de Cacongo, Buco-Zau e Belize existe um défice de salas de aulas para o I ciclo. A mesma situação verifica-se no II ciclo.

Como o número de crianças em idade escolar tem estado a aumentar, verifica-se uma insuficiência de sala de aulas no I e II ciclos, levando as crianças a percorrer longas distâncias para estudarem. Também se verifica a mesma insuficiência de salas de aulas a nível de ensino superior provocando uma redução na admissão de novos alunos que terminam o II ciclo.

Outro constrangimento que se verifica é dificuldade das escolas em albergar um elevado número de alunos, sobretudo no município de Cabinda, a falta de um corpo docentes não só em quantidade como também em qualidade, assim como programas adequados para o desenvolvimento das capacidades dos alunos.

Em termos percentuais, a rede escolar por municípios apresenta os seguintes dados:

Gráfico 8: Rede escolar por municípios



Fonte: CESO – Estudo de mercado sobre a Província de Cabinda, baseado nos dados do Governo Provincial de Cabinda, Plano Provincial de Médio-Prazo 2009-2013

2.4.1.2- Saúde

O sector da saúde é caracterizado pela deficiência das infra-estruturas apesar de ter registar algumas melhorias na reabilitação e na construção de novos de hospitais e centros de saúde em municípios, comunas e em algumas aldeias. Um esforço empreendido pelo governo provincial no sentido de melhorar a situação sanitário da província. O quadro abaixo apresenta a distribuição da rede hospitalar que compõe a província.

Quadro 14: Distribuição da rede hospitalar

Municípios	Unidades Hospitalares	Total
Cabinda	1 Hospital Regional, 2 hospitais de especialidades, 1 hospital materno, 1 dispensário materno infantil, 1 hospital para doenças infecto-contagiosas, 1 hospital municipal, 9 centros de saúde com internamento, 3 centros de saúde sem internamento, 27 postos de saúde.	46
Cacongo	1 Hospital municipal, 1 centro de saúde com internamento, 1 centro de saúde sem internamento e 12 postos de saúde.	15
Buco-Zau	1 Hospital regional, 1 hospital municipal, 2 centros de saúde com internamento, 17 posto de saúde.	21
Belize	1 Hospital municipal, 1 centro de saúde com internamento e 10 posto de saúde.	12

Fonte: Elaboração própria baseado nos dados Governo da Província de Cabinda-Plano de Desenvolvimento da Província de Cabinda 2013-2017, p.87

Como se pode observar no quadro acima, é bastante baixo ainda o nível de cobertura de rede hospitalar na Província totalizando 94 hospitais. Há ainda necessidade aumento de unidades hospitalares e as já existentes melhorarem a oferta dos seus serviços.

Segundo as normas da OMS, estipula que deve existir um posto de saúde para cada 5.000 habitantes e 1 centro de saúde para 20.000 habitantes. Um dado em que muito ainda deve ser feito para ser alcançado na sua íntegra.

A secretária Provincial da Saúde controla 151 médicos nas diferentes especialidades, sendo 50 nacionais, 42 Cubanos, 45 Coreanos, 5 Russos e 9 de nacionalidade Vietnamita. Existe também uma cobertura 1.334 de enfermeiros.

No que se refere a assistência médica, ainda se observa a falta de médicos, enfermeiros e técnicos de saúde como analistas, radiologistas, terapeutas, fisioterapeutas especializado nas unidades sanitárias. Observa-se igualmente dificuldade nos diagnósticos das doenças por falta de laboratório, sobretudo nas comunas do interior, poucas condições de trabalho para os prestadores de serviços (escassez de material gastável, insuficiência de residência para os enfermeiros), escassez de medicamentos nas unidades hospitalares e pouco acompanhamento dos médicos aos postos de saúde, tornando assim um quadro de saúde muito débil e na qual a população recorre nos países vizinhos (República do Congo e Democrática do Congo) em busca da solução (tratamento) das patologias que sofrem.

No que toca a assistência medicamentosa a Província conta com um programa de medicamentos essenciais. Uma parte do medicamento é adquirida trimestralmente a partir da Direcção Nacional da Saúde, e uma outra é adquirida localmente através de financiamentos. O fornecimento de alguns medicamentos à população é gratuito no caso de anti-palúdicos e Retrovirais. No entanto a sua distribuição para os postos é irregular, devido às dificuldades de transporte de Luanda para Cabinda.¹¹

Segundo MINPLAN (2010, p.58) em Angola, a malária é de longe a primeira causa de mortalidade e morbidez nas crianças e nas mulheres, representando 35 % de procura de cuidados curativos, 20 % de internamentos hospitalares, 40 % das mortes perinatais e 25 % de mortalidade maternas. E a Província de Cabinda não foge a regra, tendo igualmente a malária com principal causador de mortes juntamente com outras doenças como: doenças diarreicas agudas, respiratórias agudas, parasitoses intestinais, febre tifóide, cólera e sida.

Muito destas doenças são resultado de uma rede de saneamento básico precária como também más práticas de higiene, do tratamento das fezes e consumo de água imprópria.

¹¹ MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO - Perfil do Município de Cabinda Província de Cabinda Esboço - Julho 2007

2.4.1.3- Acesso à água

O estado operacional dos sistemas de abastecimento, estão contabilizados 84 sistemas, com água potável captada em vários tipos de origem (captações superficiais em rios e lagos, captações subterrâneas por poços profundos e poços escavados), com caudais de ponta que vão de 5 m³/h a 400 m³/h, distribuídas conforme o quadro seguinte:

Quadro 15: Formas de captação de água

Tipo de captação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Superficial em Rios	8	9	9	9	10	10	10
Superficial em lagoas	2	2	2	2	2	2	2
Superficial por gravidade	3	3	3	4	4	4	4
Poços profundos (furos)	23	26	33	37	40	45	49
Poços escavados	12	18	18	18	18	18	19
Total	48	58	65	70	74	79	84

Fonte: Elaboração própria baseada na apresentação da Secretaria Provincial de Energia e Águas (2014).

Apar deste quadro estão abaixo os elementos caracterizadores da situação actual no sector de águas nos quatro (4) municípios que compõem a Província.

Para o Município de Cabinda, a população urbana é abastecida por 18 sistemas: 5 ETAs (Estação de Tratamento de Água) e 13 furos subterrâneos. O casco urbano é abastecido a partir de duas ETAs, 1 e 2. A sua produção é insuficiente para as necessidades, e, mesmo com um funcionamento contínuo (24h/dia), os serviços são forçados a manobras diárias de isolamento dos principais reservatórios em períodos parciais, para que os consumos se possam adaptar às possibilidades de produção.

As restantes três ETAs são para abastecimentos das zonas peri-urbanas (Caio, Simindele e Fortaleza). Este último, não funciona em horário integral (24 h/dia) por motivos de falta contante de luz eléctrica da rede pública na zona em que está instalado.

Segundo Secretaria Provincial de Energia e Águas (2014), as captações subterrâneas (furos) foram instaladas em diversos locais da periferia, para minimizar a resolução pontual de necessidades de abastecimento de água à população. A cobertura da rede pública é de cerca de 45 % da zona habitada. Devido às insuficiências de produção, cerca de 35 % tem o abastecimento activo (nos períodos em que os reservatórios estão a debitar para a rede) e os restantes 10% correspondem a zonas altas consideradas críticas, as quais são abastecidas intermitentemente.

Para o município de Cacongo, a vila de Lândana é abastecida a partir de três sistemas: ETA-M'Puli e ETA-Malembo (em que uma parte da produção é destinada à Comuna de Malembo - Município de Cabinda) e Sistema de Loango Pequeno (em que parte da produção se destina às aldeias de Loango Grande e Pequeno até à vila de Lândana).

O abastecimento através de chafarizes e ramais domiciliários, o sector das águas na província avalia que a taxa de cobertura da população com acesso à água potável para a vila de Lândana e zonas periféricas seja de cerca de 65%.

O município de Buco-Zau é abastecido a partir de dois sistemas: ETA de Buco-Zau, e Sistema de Cuidado, que é um pequeno sistema gravítico. Considerando o abastecimento através de chafarizes e ramais domiciliários, o sector avalia que a taxa de cobertura da população com acesso à água potável para a vila de Buco-Zau e zonas periféricas, ainda mantém na ordem de 70%.

A sede da vila do município de Belize é abastecida a partir de um furo, cuja produção não satisfaz a demanda. Para minimizar a situação, está em curso o programa de recuperação do sistema da sede, enquanto se aguarda o Projecto das Sedes Municipais sob a égide do MINEA.¹²

Na generalidade, a água utilizada pela maioria da população não apresenta os critérios mínimos de consumo. Nas zonas rurais, a maioria da água que é consumida pelos habitantes provém directamente dos rios e lagoas e sem o tratamento devido. Nas zonas urbanas a produção e o fornecimento deste bem precioso a população é insuficiente, 16,8 % possui torneira na residência ligada a rede (IBEP, 2011, p. 291) e a maior parte dos habitantes recorrem pequenas distancias até a fonte de abastecimento de água (torneiras próximas) ou poços escavados sem garantia de higiene.

2.4.1.4- Saneamento básico

Quanto ao saneamento básico, o governo da província tem um contrato com três empresas privadas que fazem a limpeza na cidade de Cabinda. Nos bairros periféricos do município de Cabinda e nos restantes municípios que compõem a província, a limpeza é feita pela administração local através dos serviços comunitários, que não tem equipamentos para o efeito, mas o trabalho tem sido assegurado recorrendo a equipamentos da Direcção das Obras Públicas. Por vezes a limpeza é realizada de forma

¹² Secretaria Provincial de Energia e Águas (2014).

individual pelos moradores, junto às suas residências. Nos locais públicos (hospitais, locais históricos, cemitérios e praias) a limpeza é feita através de campanhas de limpeza colectivas realizadas pelas associações juvenis, pelas comunidades religiosas e alunos.

Existe rede de esgotos de águas residuais nas partes urbanas dos municípios, porém esta encontra-se em mau estado e quase inoperante. O número reduzido de contentores e o deficiente tratamento do lixo têm contribuído para foco de doença na cidade.

Nas comunas e aldeias do interior não existe sistema de recolha de resíduos sólidos. O serviço de limpeza está a cargo das comunidades locais. O lixo é depositado, queimado ou enterrado (Perfil do Município de Cabinda Província de Cabinda Esboço - Julho 2007). No que se refere ao tipo de sanitário instalado na habitação, 75,8 % utilizam latrinas secas ou latrinas com descarga manual, 22,6 % utilizam sistema de esgoto (pia ou sanita) (IBEP, 2011, p.295)

2.4.1.5- Habitação

Segundo Sílvia de Oliveira no seu artigo sobre “Olhar a pobreza em Angola” descreve que «a partir das condições de habitabilidade pode-se identificar, de forma visível, a situação de pobreza em que vivem os angolanos, em geral, (...). Durante o período pós-independência, e até 1991 (liberalização da economia), não se registaram investimentos no sector habitacional, causando um problema de difícil solução».

E acrescenta que «para ultrapassar esta falta de investimento, as populações começaram a construir anarquicamente em todos os locais possíveis, sem ter em conta aspectos como o escoamento dos esgotos e do lixo e instalação de rede eléctrica ou de abastecimento de água, levando ao alargamento das cidades para zonas periféricas, bem como ao aumento dos *musseques* (Favelas)» (Sílvia de Oliveira 2012, p. 35-36).

Esta situação verifica-se também na Província de Cabinda, onde as construções contemplam apenas o básico sem grande qualidade e segurança de habitabilidade e em situações de chuvas fortes são destruídas facilmente, por se encontrarem em zonas montanhosas como também próximos de escoamento dos esgotos e de lixo.

O tipo de construção das residências é diversificado, varia de acordo com as zonas. Na área urbana, as casas são de bloco de cimento e adobe, cobertas de chapa de zinco. Nos bairros periféricos e nas aldeias, a maioria das habitações são de adobe e de madeira cobertas de chapas de zinco e palha. Essa qualidade de construção deve-se muitas vezes pelo fraco rendimento que auferem os chefes dos agregados familiares.

De acordo com o IBEP (2011, p.276), 95,7% das construções em Cabinda foram realizadas com material não apropriado, daí que as condições de habitabilidade sejam muito precárias.

Há um grande investimento no sector habitacional tem sido feito por parte do governo central e provinciais desde do alcance da paz no sentido de garantir habitação condigna as populações. Assim sendo, novas centralidades vão surgindo em algumas regiões do país e no caso concreto da província já existem os fogos habitacionais nos quattros (4) municípios. A título de exemplo, no município de Cabinda já existem projectos habitacionais como: aldeia olímpica, complexo residencial do Cabassango, Bucongoio, Santa Catarina e Zongolo, já na fase final os projectos de habitação de chibodo1 (4 Abril), Simindele (Vila Esperança), e Tenda (município de Cacongo).

2.4.1.6- Emprego e formação profissional

Emprego e formação profissional jogam um papel essencial na diminuição dos índices de pobreza dado que contribuem directamente para o exercício de actividades geradoras de rendimento, que contribuem para o sustento do individuo e da sua família, e promovem a valorização do capital humano nacional que é o sustento de um crescimento sustentável (MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO -Estratégia de Combate a Pobreza, 2005, p.7).

O objectivo principal em matéria de Emprego e Formação Profissional é o de valorizar a mão-de-obra nacional e assim promover o acesso a emprego e fomentar a criação do auto emprego, criando as condições para a redução da pobreza e para o desenvolvimento económico e social sustentado (MAPTSS, 1996).

No que se refere ao Emprego, de acordo com GPC-Plano de Desenvolvimento 2013-2017 (p.94), a Função Pública tem vinculado um total de 13.776 trabalhadores a nível da Província ou seja 40,3 % da massa trabalhadora, o sector económico enquadra uma cifra de 20.077 trabalhadores o que representa cerca de 59,3% dos quais 14.241 representam o secundário, ou seja cerca de 79,93%. O sector primário emprega um menor número de pessoas correspondente a 1,1%.

O fenómeno do desemprego continua a ser preocupante. Não obstante os programas de fomento do emprego e auto emprego que foram lançados, os índices continuam a crescer devido por um lado, às poucas oportunidades oferecidas pelo empresariado local e, por outro lado, ao regresso espontâneo de cidadãos que se encontravam nos países vizinhos

e ex-militares. O quadro abaixo ilustra a procura e a oferta de mercado de trabalho em 2013.

Quadro 16: Mercado de trabalho em Cabinda em 2013

Procura		Oferta		Colocações		Saldo	
H	M	H	M	H	M	Procura Total	Oferta Total
5.750	469	1.369	52	1.326	52	-	-
6.219		1.421		1.378		4.841	43

Fonte: Governo da Província de Cabinda-Plano de Desenvolvimento 2013-2017

Neste quadro verifica-se um aumento dos candidatos a procura de emprego, isto é, por existirem poucas oportunidades de emprego. As ofertas registadas tiveram como proveniência do sector empresarial privado, destacando o ramo económico com um total 59,3% de ofertas registadas ao longo do ano.

No capítulo da formação profissional, maioritariamente desenvolvida por iniciativa privada, existe na Província 12 centros Privados e 7 centros públicos tutelados pelo INEFOP-Instituto Nacional de Formação Profissional (Caio, Buco-Zau, três Pavilhões de Formação de Artes e Ofícios/Massabi, Necuto e Belize bem como em duas unidades móveis, nomeadamente de Massabi e da Povoação do Mbaca) (GPC-Relatório de Actividades anual 2013, p.221).

Para estes centros, candidataram-se 3.168 jovens, dos quais 1.326 para as instituições tuteladas pelo INEFOP. Nesta cifra há a destacar ainda que 1.821 são homens e 1.347 são mulheres e 25 portadores de deficiência sendo 14 homens e 11 mulheres. Até ao final do período formativo foram considerados aptos 2.424 formados, sendo 1.285 homens e 1.139 mulheres e 744 jovens sem possibilidade de ingressar (não aptos) (GPC-Relatório de Actividades anual 2013, p.220).

Para concluir esta análise, pode-se assumir que não se pode falar de desenvolvimento do território por mais que se verifica um crescimento económico da população a viver na pobreza. A situação de pobreza tem sido um dos grandes problemas que impede o desenvolvimento do país.

Na análise feita dos diferentes sectores económicos e sociais na Província, constatou-se existência de muitas situações que dificultam as populações. Estas situações enquadram se actualmente num patamar muito aquém das necessidades e dos anseios das populações e muito aquém das suas potencialidades. Apesar do esforço do executivo local na melhoria das condições das populações, pouco tem sido feito ainda para colocar

Cabinda na rota do progresso e desenvolvimento. Os recursos que tem sido possível ser afectados a esta região, embora aquém das necessidades, poderiam ter gerado um quadro actual diferente e melhor.

Para o crescimento e desenvolvimento local, a questão de combate à pobreza continua a ser relevante. Assim sendo, a questão das estratégias necessárias para redução da pobreza em Cabinda, é um assunto a tratar no capítulo que se segue.

CAPÍTULO III- ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DA POBREZA

Este capítulo tem como objectivo de contribuir para delinear as estratégias necessárias para a redução da pobreza e o alcance do desenvolvimento da Província, desde análise na esfera económica e social, bem como as responsabilidades do governo local e do sector privado (empresas), as associações e agências do desenvolvimento.

O capítulo visa ainda analisar os planos do governo e estimar a eficiência dos programas de combate à pobreza com base o método DEA.

3.1- Estratégias de melhoria de condições Económicas e Sociais

O relatório do Ministério do Planeamento sobre a Estratégia de Combate à Pobreza (2005, p.18) faz referência que «para garantir o sucesso de um programa de combate à pobreza num dado país é necessário saber adaptar esses Programas de referência às condições específicas do país». O mesmo relatório afirma:

“Embora se possa falar, em linhas gerais, de uma estratégia global de combate à pobreza, cada país requer uma estratégia própria, em função das suas especificidades e estágio de desenvolvimento económico e social. Da mesma forma, as diferentes regiões de um país requerem uma abordagem adaptada às condições locais” (Ministério do Planeamento-Estratégia de Combate à Pobreza, 2005, p.18).

A redução significativa da pobreza, constitui um dos maiores desafios que se colocam ao nível do país e a província de Cabinda em particular. E para fazer face a esta situação, urge a necessidade de elaborar estratégias que visam a redução da pobreza e o alcance de desenvolvimento local. Para tal, é necessário: Reforçar os sistemas de educação e formação profissional; Garantir o acesso e a qualidade dos cuidados de saúde; Acesso à alimentação, água potável e serviços adequados de saneamento Básico; Distribuição e o atendimento às necessidades de energia e habitação; Criar emprego digno e auto-sustentável; Potenciar os sectores de agricultura, pescas, indústria, comércio e hotelaria e turismo; melhoria dos serviços de transporte e vias de comunicação.

3.1.1- Melhoria de condições na esfera Económica

a)- Agricultura

Hoje, o desenvolvimento agrícola e rural é considerado como condições *sine qua non* para o desenvolvimento; sem aquele, o crescimento industrial seria ou neutralizado ou, se com êxito, geraria tais desequilíbrios que se acentuariam a pobreza, a desigualdade e o desemprego (Job Graça, 2012, p.169). O autor ainda faz referência que os elementos

básicos de uma estratégia de desenvolvimento assente na agricultura são: «Crescimento acelerado da produção, através de mudanças tecnológicas, institucionais e de preços, que aumentam a produtividade dos pequenos agricultores; Aumento da procura de produtos agrícolas, em resultados de uma estratégia de desenvolvimento urbano orientada para a criação de emprego».

Partindo das afirmações de Job Graça, 2012, e para que se tenha uma agricultura moderna e desenvolvida que possa fazer face a exigência actual é necessário que a agricultura de subsistência praticada em Cabinda se desenvolva e se torne uma agricultura do tipo mecanizada, isto é, a utilização de métodos e instrumentos modernos e eficientes (maquinaria, tractores, etc.), e a construção de estruturas para a conservação dos produtos agrícolas. É igualmente necessário que haja meios de escoamento de produtos das zonas rurais para urbanas ou ainda para os locais onde possam ser transformados (indústrias transformadoras) e comercializados; que haja mais cooperativas ou associações de agricultores e incentivá-las no aumento da produção agrícola; que haja também a participação do Governo na aquisição e distribuição de sementes, fertilizantes, pesticidas e insecticidas.

b)- Pesca

O ramo das pescas constitui um sector estratégico, com um elevado potencial que pode beneficiar o sector empresarial (investimentos dos agentes privados) e abastecer, através dos diversos produtos do mar, rios e lagoas, as populações. Em Cabinda, este sector apresenta potencialidades naturais para o desenvolvimento da cadeia de valor da pesca (desde a captura à transformação e comercialização), capaz de garantir a melhoria da dieta alimentar das populações e a geração de mais emprego. Para tal urge a necessidade de construção de infra-estruturas de apoio a actividade, melhoria dos meios utilizados na captação, distribuição e comercialização do pescado, principalmente as embarcações de pesca industrial e os locais de conservação.

c)- Indústria

Relativamente ao sector de indústria transformadora continua a ser crítica, devido principalmente a Parque industrial obsoleto e degradado, e ainda sem significativos investimentos de modernização; Escassa capacidade financeira do empresariado local; Deficiências em infra-estruturas de apoio à produção industrial (de abastecimento de água, fornecimento de energia eléctrica, da rede rodoviária, etc.); Política comercial virada para a importação, ao invés da promoção das trocas da produção interna.

Por estas razões, a política industrial – com os contornos sublinhados acima – tem de assumir todas as formas directas e indirectas de intervenção das autoridades da política económica (Ministério da Indústria) nas actividades e decisões das empresas e no funcionamento espontâneo do mercado.

Por isso, localmente, no sector da indústria é necessário a construção e reabilitação do parque industrial existente; Melhorar, substancialmente, a qualidade da produção e baixar os preços dos produtos industriais; Diversificar e fomentar a estrutura produtiva industrial; Aplicar os mecanismos financeiros de um apoio eficaz ao investimento privado nacional e estrangeiro, que visem o incremento da produtividade, da competitividade e do aumento do emprego.

d)- Hotelaria e Turismo

O sector da hotelaria e turismo apresenta-se como um dos mais promissores da economia local, disponibilizando um conjunto de produtos turísticos e experiências enriquecedoras aos seus visitantes, quer estes sejam oriundos do mercado interno, quer externo. Este sector, desempenha um papel chave na economia local devido aos efeitos de tracção sobre o emprego e noutros sectores produtivos e de serviços.

Em relação a província de Cabinda, pode-se considerar que a actividade turística ainda possui margem de evolução para contribuir para o desenvolvimento económico local, pese embora o turismo local continua a ser mais um sector de sobrevivência e, por enquanto, não contribui para o aumento do rendimento dos investidores, nem indirectamente para as camadas pobres associadas ao sector (os trabalhadores).

As preocupações mais urgentes em termos de necessidades cruciais para desenvolver o sector reside na intervenção do sector público e privado, na melhoria de infra-estruturas e serviços, isto é, a construção de mais hotéis, complexos turísticos, pensões, hospedarias e restaurantes principalmente nos municípios de interior; Apostar na formação de quadros; Recuperação de espaços turísticos e culturais; Criação de políticas de financiamentos junto das instituições bancárias (com taxas de juros reduzidas) e como também incentivos fiscais para todas as empresas que se disponibilizarem em operar neste sector; Há uma necessidade de criação e melhoria vias de acesso em condições para permitir uma maior mobilidade de pessoas e bens dentro e fora dos espaços urbanos e principalmente nas zonas de maior enfoque turístico.

e)- Comércio

O sector comercial em Cabinda vive dificuldades, tendo em conta a sua situação geográfica e capacidade de reposição logística, tem recorrido sistematicamente às importações nos principais produtos de base que tem uma certa influência na satisfação das necessidades básicas da população. Esta situação tem vindo agravar o preço dos bens e como também o custo de vida. Por isso, é necessário criar incentivos fiscais para actividades comerciais de modos encorajar os comerciantes locais; Pela especificidade geográfica da província é importante a redução das taxas cobradas aos importadores e o acelerar das obras de construção do porto de águas profundas.

f)- Energia

A melhoria do sector energético na província é fundamental para o seu desenvolvimento principalmente na indústria. Assim sendo, para que as indústrias e todos outros sectores dependentes deste funcionem plenamente é necessário o aumento da produção da energia com a instalação de novas centrais térmicas, a reabilitação e ampliação da rede de distribuição em média e baixa tensão e a rede de iluminação pública em toda extensão da província, garantir a formação permanente aos quadros que operam no sector.

g)- Vias de Comunicação

A Província de Cabinda principalmente no município de Cabinda regista um crescimento demográfico que se associa com o crescimento do tráfego automóvel. Isso revela a necessidade do alargamento da rede viária, tornando-a ordenada, confortável e segura. Nesta conformidade, é necessário a reabertura e reparação das vias secundária, terciária e as pontes em toda extensão da província permitindo a livre circulação de pessoas e bens e o fácil escoamento de produto das zonas rurais para urbanas.

h)- Transporte

Para os meios de transportes, é necessário que o governo local e o sector privado apostem nos sistemas de transporte colectivos de formas a permitir a circulação de pessoas e bens como também para o escoamento e comercialização de produtos agrícolas.

3.1.2- Melhoria de condições na esfera Social

a)- Educação

A Educação possui impacto em todas as áreas de nossa vida. Ela é um direito fundamental que ajuda não só no desenvolvimento de um país, mas também de cada

indivíduo. De acordo com o UNESCO – Órgão das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – «a educação ajuda a combater a pobreza e capacita as pessoas com o conhecimento, habilidades e a confiança que precisam para construir um futuro melhor».

Por meio da educação, garantimos nosso desenvolvimento social, económico e cultural. Quanto mais as pessoas estudarem, mais oportunidades terão no mercado de trabalho e a auferirem um rendimento condigno equilibrando a sua condição social.

Quanto a Província de Cabinda, o reforço das políticas educacionais contribuirá para erradicação do analfabetismo e a plena formação do cidadão de forma a capacitar a província de recursos humanos e de mão-de-obra qualificada como meio para seu desenvolvimento.

Para que isto possa ocorrer é necessário a construção, reabilitação e apetrechamento de escolas, garantindo uma cobertura razoável da rede escolar em todos os municípios e comunas, de forma a reduzir o número de crianças fora do sistema de ensino e a minimizar as distâncias percorridas; A formação permanente e actualização de professores para o ensino primário e para o 1º e 2º ciclos do ensino secundários em matérias pedagógica e no uso de novas tecnologias no processo de ensino; Fornecimento de livros e outros materiais escolares em função das carências e das necessidades adicionais decorrentes da expansão da rede escolar; Dinamização e actualização permanente dos programas de ensino a nível da província; Construção de bibliotecas, laboratórios e cantinas nas escolas de ensino secundários.

b)- Saúde

A Organização Mundial da Saúde – OMS, define a saúde como sendo o «estado de equilíbrio e completo bem-estar físico, mental e social». De acordo com a organização, «o ambiente social e económico, o ambiente físico e as características e comportamentos individuais da pessoa incluem nos principais determinantes da saúde».

No combate à pobreza é importante a análise dos aspectos ligados à saúde. Tendo em conta a realidade que se vive, o sistema de saúde de Angola e de Cabinda em particular, apresenta enormes deficiências de funcionamento, o que leva à baixa qualidade dos seus serviços.

Assim, para a inversão da situação e melhoria da qualidade de vida da população, considera-se importante um grande investimento público na construção de mais unidades hospitalares como também a reabilitação e instalação de novos equipamentos das unidades já existentes; De formas a melhorar o grau de atendimento, deve-se aumentar número de

médicos, enfermeiros e técnicos de saúde em diferentes especialidades nas unidades hospitalares, que possam fazer face às necessidades da província, e de formas a reduzir a procura de serviços de saúde nos países vizinhos; Abastecimento de fármacos em tempo regular nas unidades hospitalares; Intensificar campanhas de sensibilização das doenças como HIV, malária (distribuição e o uso de mosquiteiros) e outras doenças de forma a reduzir a mortalidade infantil e melhoria da saúde materna.

c)- Acesso à água

É importante lembrar que sem a água não haveria vida em nosso planeta. Ela é de extrema importância para a vida de todos os seres vivos na terra. Embora seja encontrada em abundância em nosso planeta, poucos habitantes possuem a água apropriada para o consumo.

Em Cabinda, dada importância deste bem (água), verifica-se ainda o uso de água não apropriada em maior parte da população suburbana e rural. Para se dar o fim a esta situação é necessário a construção e a reabilitação dos sistemas de captação e abastecimento de água, bem como a construção de outras as estações de tratamento (ETA) e distribuição de água, como também a construção de chafarizes nas zonas onde não existe água canalizada, permitindo que toda a população tenha acesso a água apropriada para o consumo.

O consumo de água potável com todas condições de higiénicas acauteladas faz com que se evite as doenças e que se tenha uma população saudável.

d)- Saneamento básico

Segundo a OMS - Organização Mundial da Saúde, «saneamento básico é o controlo de todos os factores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social. Sabe-se que sem o saneamento básico (sistema de água, de esgotos sanitários e de limpeza urbana) a saúde pública fica completamente prejudicada».

De acordo a mesma organização o saneamento básico está ligada a implantação de sistemas e modelos públicos que promovam o abastecimento de água, esgoto sanitário e destino correcto de lixo, com o objectivo de prevenção e controlo de doenças, promoção de hábitos higiénicos e saudáveis, melhorias da limpeza pública básica e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população.

Partindo desta ideia e tendo em conta o tipo sistema de saneamento básico existente na província de Cabinda há uma necessidade de aumentar o número de empresas ligados a limpeza, disponibilizando equipamentos apropriados para a recolha de lixo (camiões, tractores, vassouras, pás, enxadas, contentores de lixo, etc.) nas zonas urbanas, suburbanas e rurais; há uma necessidade de construção de latrinas públicas, sistemas de esgotos e estações para tratamento dos resíduos sólidos (aterro sanitário e incineradoras); Nas zonas suburbanas e rurais, é necessário a construção de latrinas e casas de banho condignas nas áreas residências.

e)- Habitação

As dinâmicas das sociedades contemporâneas determinam uma constante mudança no quotidiano das pessoas, destacando-se entre elas a questão da habitação, do ambiente urbano, do urbanismo e do ordenamento do território (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, p.12).

Num momento em que o país já vive um clima de paz, a luta contra a pobreza passa, a par da educação, saúde, e da criação de emprego, por melhorar as respostas nas questões de habitação.

De forma geral, o número de Projectos de habitação social construídas na província de Cabinda continuam insuficiente para responder às carências vivida pela população. Por isso, é necessário que haja mais investimento no sector privado na construção de mais projectos habitacionais que possa responder os anseios da população com as instalações de redes eléctricas, escoamentos de esgotos e águas residuais, locais apropriados para o lixo, estação de tratamento de água, postos de saúde, supermercados, locais de lazeres e desportivas e escolas. É igualmente necessário promover medidas de reconstituição das áreas urbanas e rurais mais carenciadas onde habitam as famílias cujos rendimentos não lhes permitem aceder uma habitação condigna no mercado e a erradicação do núcleo de alojamentos precários.

f)- Emprego e formação profissional

Sabe-se que o emprego influencia directamente na qualidade de vida de um indivíduo, nos aspectos económicos, pessoais e sociais. De acordo com a OIT – Organização Internacional do Trabalho, uma das vias fundamentais para superar a pobreza é o trabalho. E acrescenta que «não é qualquer trabalho que tem capacidade de superação da pobreza, mas deve ser um trabalho decente, associado a direitos, protecção social, níveis

adequados de remuneração, qualificação, jornada de trabalho, igualdade de oportunidade e eliminação da discriminação».

Em Cabinda, no que toca a emprego e formação profissional, apesar de existir uma preocupação por parte do governo local, verifica-se ainda situações de desemprego particularmente aos jovens. Para mitigar a situação, é necessário que o empresariado local seja potenciado de formas a criarem mais empregos; Apoiar os jovens e não só, com princípios de empreendedorismo; Continuar a implementar as políticas de formação profissional, isto é, aumentar o número de centro de formação profissional de formas que o número de indivíduos formados possa aumentar e implementar igualmente políticas de inserção no mercado de trabalho, isto é, por meio de programas de fomento do emprego e de auto-emprego (empreendedorismo), e com o fornecimento de *kits* de trabalho. Portanto, através de um emprego decente com uma remuneração adequada, o homem não apenas produz bens individuais e colectivos, os quais promovem o desenvolvimento pessoal, familiar e de uma nação, mas também passa a desempenhar influência plena sobre o indivíduo e sua relação com o meio em que vive.

É de realçar que, um funcionamento pleno dos sectores da esfera económica como social, contribuirá no aumento de receitas fiscais, na criação de mais emprego, na inclusão social, no combate à pobreza, e sobre tudo na melhoria qualidade de vida das populações.

3.2- Actores locais e as suas Responsabilidades

No seu artigo intitulado *a problemática e as políticas de desenvolvimento local*, o autor João Melo (2009, p. 501) faz referência que «olhar o desenvolvimento como um fenómeno essencialmente determinado “a partir de baixo” implica assumir a importância de factores como o envolvimento dos actores locais nos processos de análise e decisão, a mobilização local dos recursos produtivos do território, a valorização dos factores e dos bens e serviços produzidos localmente (...)».

Além dos recursos produtivos oferecidos pelo território, é imprescindível identificar os agentes ou actores locais e responsabiliza-los de formas que cada um assume a sua função no desenvolvimento local. O autor João Melo (2009, p. 507) identifica três grupos principais de agentes de desenvolvimento local: *1- Os empreendedores e as empresas; 2- As administrações públicas e 3- As associações e agências de desenvolvimento.*

Olhando para a província de Cabinda, os actores locais como estado representado pelo Governo da província; as empresas e associações têm desempenhado um papel muito importante no desenvolvimento da província.

3.2.1- Responsabilidades do Estado

De acordo Decreto-Lei sobre o Estatuto Especial 2008, o Governo da província tem como responsabilidade de «promover e orientar o desenvolvimento administrativo, económico e social da província mediante a realização de tarefas e programas de interesse local e nacional, com observância da Constituição, das deliberações da Assembleia Nacional e do Governo Central» (Artigo 10º e 11º do Decreto-Lei sobre o Estatuto Especial para a Província de Cabinda).

O mesmo Decreto-lei no seu artigo 14º alínea n, descreve que é da responsabilidade do governo «realizar, promover a construção de infra-estruturas susceptíveis de contribuir para o melhor funcionamento da administração do Estado, do desenvolvimento da economia local e da melhoria da qualidade de vida das populações»

É de salientar que as responsabilidades do governo não se esgotam aí. Em diferentes sectores da vida económica e social, o governo continua a desempenhar um papel de destaque.

No sector de agricultura, a par da construção infra-estrutura de apoio compete o governo a criação de condições que visam estimular a capacidade profissional dos trabalhadores rurais e a capacidade de intervenção dos empresários a investirem no sector; condições de transporte e escoamento de produtos agrícolas nas zonas rurais para urbanas. Compete ao governo «acompanhar e fiscalizar o cumprimento das normas estabelecidas para o comércio, procurando impedir a ocorrência de infracções que visem a dominação de mercado, a eliminação da concorrência, o aumento arbitrário de lucro e a especulação» (artigo 18º alínea g).

De acordo artigo 19º alínea a e b, é da responsabilidade do governo garantir o aumento da oferta da rede hoteleira e de pólos de atracção turística na província no sentido de promover o turismo, e desenvolver as potencialidades turísticas da província, explorando e valorizando os seus recursos ao nível da fauna e flora.

No que concerne a indústria, é de extrema importância que o governo diversifique, fomenta e promova o desenvolvimento da produção industrial, assegurando as condições que viabilizem as pequenas e médias empresas com vista ao incremento da produção de bens e serviços e aumento do emprego na província; Garantir a execução das obras de melhoramento e expansão de infra-estruturas de energia, águas, educação, saúde, saneamento básico e vias de comunicação da província de interesse para a economia e para a vida dos cidadãos.

3.2.2- Responsabilidades das Empresas

De acordo João Melo (2009, p. 502) «a capacidade de um território ser competitivo ou, pelo menos de minorar a sua falta de competitividade, reside no comportamento dinâmico das suas organizações e empresas». Nessa perspectiva, as empresas e os empreendedores desempenham um papel preponderante no desenvolvimento de um território.

As empresas tornam se portanto agentes de desenvolvimento que contribuem para o ambiente que a sua volta se gera, e esse ambiente é um factor de suporte fundamental para a sua existência. É no território envolvente que a empresa encontra a mão-de-obra e alguns dos fornecedores e clientes (Ibidem, p. 507).

É essencial que se mantenha uma cooperação e uma coordenação perfeita entre o sector público e privado na província, ao longo do processo de planeamento e implementação, de modo que o desenvolvimento seja coordenado e direccionado para o alcance de objectivos comuns. Sendo assim, tendo em conta as potencialidades que a província oferece em termos de recursos naturais, deve o governo criar condições que permite o sector privado (as empresas e empreendedores) criar investimentos capaz de desenvolver os sectores de agricultura e pesca, indústria, comércio, hotelaria e turismo e transporte, como também investimentos no sector social ligado a formação profissional, e a construção de fogos habitacionais. Com todos esses investimentos, gerariam mais postos de trabalho a população permitindo assim auferirem um rendimento que vai contribuir na melhoria da sua qualidade de vida e na redução da pobreza.

3.2.3- As associações e agências de Desenvolvimento

“Para além das empresas e das administrações públicas, é importante ainda destacar o papel das associações e agências de desenvolvimento que operam em cada território. É sinal de vitalidade que um território gere muitas iniciativas associativas, quer sejam de índole económica, sindical, cultural ou desportiva, e a actuação das autoridades económicas para favorecer este fervilhar de iniciativas é muito importante” (Ibidem, p.514).

Participam no processo de desenvolvimento da província um conjunto de associações e agentes de desenvolvimento como associações de agricultores (cooperativa covata) e desportivas (APF-Associação Provincial de Futebol), instituições sindicais (Unta, Sinprof, etc.), organizações de carácter religiosas, tradicionais bem como as universidades. Este último desempenha um papel preponderante no ensino e na investigação e sobretudo na discussão e solução dos problemas que a sociedade enfrenta no seu dia-a-dia.

3.3- Planos do governo na Redução da Pobreza e na promoção de Crescimento e Desenvolvimento Local

A redução da pobreza constitui um dos objectivos prioritários da política de desenvolvimento adoptado pelo governo angolano. Desde o surgimento da paz em 2002, as principais prioridades no combate à pobreza em Angola estão voltadas para a criação de emprego e formação de mão-de-obra, para o desenvolvimento da iniciativa privada e para o aumento significativo de investimentos públicos, em particular nos sectores sociais e de reabilitação de infra-estruturas, procurando, assim, diminuir a pobreza entre a população vulnerável.

Assim sendo, o Presidente da República criou uma Comissão Nacional de Luta Contra à Pobreza-CNLCP, como estrutura de coordenação, gestão e acompanhamento dos Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP) e do seu Plano de Investimento Municipal (PIM).

Para apoiar a CNLCP, foi criada Unidade Técnica Nacional de Luta Contra à Pobreza (UTNLCP) como um órgão de natureza participativa coordenada pelo Ministério do Planeamento (MINPLAN), coadjuvada pelo Ministério da Administração do Território (MAT). A nível das Províncias foram criadas as Unidades Técnicas Provinciais de Luta Contra à Pobreza (UTPLCP), com a responsabilidade de gerir e acompanhar os programas municipais ao nível de cada província.

A nível dos municípios foram criados igualmente os chamados Unidades Técnicas Municipais (UTMLCP) com a responsabilidade de organização dos planos de execução e capacitação, ligações institucionais e com os parceiros sociais ao nível de cada província.¹³

Na Província de Cabinda, o Programa Municipal Integrado em concordância com os objectivos traçados pelo governo central no âmbito de combate à pobreza, compreende um conjunto de acções prioritárias, nomeadamente nas áreas de educação, saúde, energia, água e saneamento básico, habitação e obra públicas, agricultura, assistência e reinserção social, família, promoção da mulher e crianças, bem como a adopção de acções de reforço da capacidade institucional para adequar o seu funcionamento aos novos instrumentos legais recentemente aprovados (PROVÍNCIA DE CABINDA-Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, Julho/2010, p.2-3).

O governo da província no seu plano de redução da pobreza e na promoção de Crescimento e Desenvolvimento Local tem desenvolvido um conjunto de acções

¹³ PROVÍNCIA DE CABINDA-Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, Julho/2010

constituídas essencialmente nas esferas económicas e sociais. Os quadros em apêndices (A2) representam as acções prioritárias desenvolvidas em 2013 à 2015 a nível dos quatro municípios que compõe a província no âmbito de combate à pobreza.

3.3.1- Análise do plano de acções do governo da província no programa combate à Pobreza

O quadro de resumo do plano de acções do governo da província no programa combate à pobreza (apêndices A2), espelha um conjunto de acções já desenvolvidas, constituídas basicamente no sector económica e social e que se enquadram no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Não se pode negar a importância dessas acções, principalmente no cenário de carências sociais que actualmente caracterizam a sociedade.

Como todo qualquer plano possui seus pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, este também não foge a regra. Assim sendo, o quadro que se segue visa a avaliar os factores internos (pontos fortes, fracos) e externos (oportunidades e ameaças).

Quadro 17: Análise SWOT do plano de acção do governo no programa combate à pobreza

<p>Pontos Fortes O programa abrange todos os municípios e comunas; Os projectos concluídos já beneficiam as comunidades locais;</p>	<p>Pontos Fracos O programa não apresenta em detalhe a situação financeira.</p>
<p>Ameaças A continuidade do programa (o regular funcionamento) devido situação financeira que o país vive com a queda do preço do petróleo.</p>	<p>Oportunidades Com a concretização das acções do plano, há maior probabilidade de saúde, educação, água para todos, habitação condigna, empregos e sobretudo mais qualidade de vida as populações;</p>

Fonte: Elaboração própria, 2015 (com base apêndice A2)

3.3.2- Análise DEA (Análise Envolverte de Dados) do programa combate à Pobreza em Cabinda

a)- Conceito da Análise Envolverte de Dados

A Análise de Envolverte de Dados do inglês “Data Envelopment Analysis – DEA” que foi introduzido pelo Charnes Cooper e Rhodes em 1978 no seu artigo de referência Charnes et al. (1978). DEA é um programa que permite estimar a eficiência dos dados na produção. Ou ainda visa medir a eficiência produtiva individual em grupo de unidades avaliadas, considerandos para esse fim, os resultados alcançados em relação aos *inputs* aplicados, onde é constituída uma fronteira de eficiência a partir das unidades mais

eficientes, e posteriormente é medida a eficiência alcançada pelas demais unidades que se encontram abaixo dessa fronteira.

De acordo com Emrouznejad (2005), essa técnica permite a comparação entre unidades produtivas que empregam múltiplas entradas (*inputs*) e múltiplas saídas (*outputs*). Esta técnica pode ser utilizada para avaliar qualquer tipo de organizações públicas ou privados, departamentos, sectores, municípios, estados, escolas, hospitais, filiais de bancos, etc., desde que as comparações entre unidades tomadoras de decisão sejam grupos homogêneos e pertencentes ao mesmo segmento de actividade. Sendo assim, podem-se identificar as causas da ineficiência de cada unidade, bem como obter o índice de eficiência. Além disso, as unidades de melhor desempenho, as eficientes, passam a formar o conjunto de referências para as demais unidades.

Segundo Fare et al (1994) apud Coelli, et al (1997), «o programa tem como propósito de estimar CRS e VRS (Retornos Constantes à Escala e Variáveis Retornos à Escala) que envolve o cálculo dos ganhos de eficiência técnica e de escala (quando aplicável), como também considera a extensão desses modelos para explicar a eficiência de custos alocados». O autor faz ainda referência que o programa aplica o método *Malmquist* para dados em painel, permitindo calcular os índices de produtividade total dos factores (TFP), eficiência técnica, transformação tecnológica, Variação pura de eficiência técnica e mudança de eficiência de escala

De acordo Coelli, et al (1998), a produtividade é definida como a relação entre os produtos e os *inputs* necessários, razão entre *output* produzido e input disponível.

Desta forma, entende-se por eficiência produtiva a característica de uma unidade produtiva em alcançar o melhor rendimento com o mínimo de erros e/ou de dispêndio de recursos. Ou ainda a eficiência expressa um relação óptima entre recursos consumidos e produtos gerados.

Outro conceito importante é a eficácia que é definida como a relação entre os resultados obtidos e os resultados desejados ou previstos, sem levar em conta os recursos utilizados (Figueiredo, 2005).

Segundo Belloni, (2000), tradicionalmente, a eficiência produtiva é decomposta em dois componentes: a eficiência de escala e a eficiência técnica.

- Eficiência de escala é o componente da eficiência produtiva associado às variações de produtividade decorrentes de mudanças na escala de operação.

- Eficiência técnica é o componente da eficiência produtiva que resulta quando são isolados os efeitos da eficiência de escala. A ineficiência técnica está associada à habilidade de gerir dos administradores.

Os modelos de DEA podem ser orientados de duas formas: *input* ou *output*. Os modelos orientados a *input* visam obter um menor uso de *inputs* dados os níveis de *outputs*, ou seja, quando a eficiência é atingida por uma redução proporcional de entradas, mantidas as saídas constantes. Já os modelos orientados a *outputs* buscam obter o máximo nível de *outputs* mantendo os *inputs* fixos. Assim, se deseja maximizar os resultados sem diminuir os recursos (Coelli, 1998; Thanassoulis, 2001).

b)- Análise do IDH e seus componentes aplicado DEA

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de "desenvolvimento humano" e para ajudar a classificar os países como desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano muito alto, médio e alto e baixo, respectivamente). O seu cálculo depende de três grandes indicadores: Saúde (esperança de vida à nascer), Educação (Media dos anos de escolaridade, Anos esperados de escolaridade) e Padrão de vida (Rendimento Nacional Bruta *per capita*). Uma medida importante permite avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento económico de uma população.

O quadro abaixo tem como objectivo de estabelecer uma comparação do IDH nos quatro municípios da província e o IDH do país (Angola), que é medido em termos qualitativos.

O cálculo do IDH para província de Cabinda, deve-se ao facto deste não existir. Assim sendo, em cada município atribuíram-se notas no intervalo de [1-5], nos três anos (2013 a 2015), tendo em conta os programas de combate à pobreza, grau de desenvolvimento que cada município e modo de vida da população, utilizando os seguintes critérios:

Quadro 18: Critérios de atribuição de notas

1	2	3	4	5
Péssimo	Regular	Bom	Muito Bom	Excelente

Fonte: Elaboração própria, 2015

O somatório dos valores atribuídos aos quatro municípios (regiões) é dividido por 4, obtendo assim os resultados correspondentes nos três sectores. O valor de Cabinda total

(em 100%) resulta da divisão do valor do intervalo [1-5] por 5. E a média por cada sector resulta do somatório dos valores atribuídos nos três anos divididos por 3.

O IDH é estimado pelo PNUD a partir dos indicadores do rendimento, da educação e da saúde. Assim sendo, os valores IDH Angola foram estimados com base os dados do PNUD. Os valores do IDH resultam do somatório dos valores de cada um dos três sectores, nos três anos dividindo por 3.

Em termos Comparativos, a média de Cabinda total que representa os quatro municípios supera em termos qualitativos a média do IDH Angola, o que demonstra um certo aumento na qualidade de vida da população nessas regiões. É de salientar que, por serem dados atribuídos aos quatro municípios, os seus resultados representam apenas uma estimativa, podendo aumentar ou diminuir a média qualitativa do IDH total, em caso modificarem as notas atribuídas às regiões.

Quadro 19: IDH e seus componentes

SECTORES	ANOS	IDH Angola	CABINDA Geral		Municípios (Regiões)			
			em 100%	[1-5]	Cabinda	Cacongo	Buco-Zau	Belize
RENDIMENTO	2013	0,4750	0,6	3	4	3	3	2
	2014	0,487	0,75	3,75	5	4	3	3
	2015	0,500	0,55	2,75	4	3	2	2
	Média	-	0,63	3,17	4,33	3,33	2,50	2,33
EDUCAÇÃO	2013	0,161	0,55	2,75	4	2	3	2
	2014	0,165	0,65	3,25	3	4	3	3
	2015	0,170	0,6	3	3	3	3	3
	Média	-	0,60	3,00	3,33	3,00	3,00	2,67
SAÚDE	2013	0,166	0,55	2,75	4	2	3	2
	2014	0,170	0,55	2,75	4	3	2	2
	2015	0,175	0,7	3,5	4	3	4	3
	Média	-	0,6	3	4	2,7	3	2,3
IDH-Total	2013	0,526	0,567	2,833	4	2,33	3	2
	2014	0,540	0,650	3,250	4	3,67	2,67	2,67
	2015	0,554	0,617	3,083	3,67	3	3	2,67
	Média	0,5398	0,611	3,056	3,889	3	2,889	2,444

Fonte: Elaboração própria, 2015

Partindo das notas atribuídas nos sectores (Rendimento, Educação, Saúde e IDH-Total) nas regiões (Cabinda, Cacongo, Buco-Zau, Belize, Cabinda-Geral e Angola) durante os três anos, aplicou-se uma função linear do tipo $Y = f(x_1, x_2, x_3)$. Onde Y representa o

IDH-Total (*output*) e a função (x_1, x_2, x_3) representam Rendimento, Educação e Saúde (*inputs*). Com base o método DEA (Análise Envolvente de Dados) começou-se por estimar os rendimentos constantes a escala (crs) de x_1 , x_2 e x_3 sobre a eficiência e de fronteira de produção do programa combate à pobreza, tendo em conta o IDH inter e intra-regiões (*inputs e outputs oriented*) durante os três anos (conforme o apêndice A3).

Estimou-se igualmente os rendimentos variáveis a escala (vrs) de IDH Inter-Regiões no período 2013-2015 (x_1 , x_2 e x_3) sobre a eficiência e de fronteira de produção do programa combate à pobreza, conforme os quadros abaixo.

É de salientar que na estimação do modelo DEA utilizou-se um total de 72 observações (3 anos, 6 municípios/regiões e 4 componentes. $3 * 6 * 4 = 72$).

Quadro 20: (X₁) – Rendimento – Estimação de fronteira de produção para o programa combate à pobreza pelo método DEA (vrs) *input oriented*

Regiões	Y	X1	<i>Input oriented</i> Ef. Técnica CRS (1)	<i>Ef Tecnica</i> VRS (2)	<i>Ef Escala</i> (1)/(2)	<i>Tipo de</i> <i>rendimentos</i> CRS, VRS, IRS	Sumário de pares ou vértices da fronteira					Sumário de Objectivo de Input.	Comp. IDH	
	IDH Geral						Contagem				Nº Y estimados a 100% ef.	Movto X1		
							Pares	Peso de pares	Peso de pares	de pares				
Cabinda	0,8	0,8	90,3%	100,0%	90,3%	drs	1	1	1			2	0,8	0
Caçongo	0,47	0,6	70,7%	73,6%	96,1%	irs	2	6	0,556	4	0,444	0	0,442	-0,158
Buco-Zau	0,6	0,6	90,3%	93,8%	96,3%	drs	3	1	0,27	6	0,73	0	0,563	-0,037
Belize	0,4	0,4	90,3%	100,0%	90,3%	irs	4	4	1			1	0,4	0
Cabinda Geral	0,567	0,6	85,3%	87,3%	97,8%	drs	5	1	0,15	6	0,85	0	0,524	-0,076
Angola	0,526	0,475	100,0%	100,0%	100,0%		6	6	1			3	0,475	0
Média			87,8%	92,4%	95,1%									

Fonte: Elaboração própria baseada na estimação de eficiência e de fronteira pelo modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli. Nº de observações: 72

O quadro (20) estabelece uma comparação do rendimento (x1) nas diferentes regiões, onde a região de Cabinda possui a maior rendimento com 80% e com uma eficiência técnica (crs) de 90,3%, eficiência técnica (vrs) de 100% em relação as demais regiões. Isto implica dizer que a região de cabinda tem programas mais eficiente do que o resto das regiões que compõe a província.

A região Caçongo e Buco-Zau encontram-se na mesma proporção, com um rendimento correspondente a 60%. Belize é a região mais baixa com 40%, e a média das quatro regiões representada por Cabinda-geral, corresponde a 60%. Isto implica dizer que, deve-se aumentar o nível de rendimento nas três (Caçongo, Buco-Zau e Belize) de modos a atingir a eficiência de 100% ou seja nestas regiões deve-se melhorar qualidade do rendimento disponível para o programa combate à pobreza de formas a aumentar intensificação deste programa.

Quadro 21: (X₂) Educação - Estimção de fronteira de produção para o programa combate pobreza pelo método DEA (vrs) *input oriented*

Regiões	Y	X2	<i>Input oriented</i> Ef. Técnica CRS (1)	Ef Técnica VRS(2)	Ef Escala (1)/(2)	Tipo de rendimentos CRS, VRS, IRS	Sumário de pares ou vértices da fronteira					Sumário de Objectivo de Input.	Comp. IDH	
	IDH Geral						Contagem				Nº Y estimados a 100% ef.	Movto X2		
							Pares	Peso de pares	Peso de pares	de pares				
Cabinda	0,8	0,8	90,3%	100,0%	90,3%	drs	1	1	1		2	0,8	0	
Caçongo	0,47	0,4	70,7%	73,6%	96,1%	irs	2	6	0,556	4	0,444	0	0,267	-0,133
Buco-Zau	0,6	0,6	90,3%	93,8%	96,3%	drs	3	1	0,27	6	0,73	0	0,334	-0,266
Belize	0,4	0,4	90,3%	100,0%	90,3%	irs	4	4	1			1	0,4	0
Cabinda Geral	0,567	0,55	85,3%	87,3%	97,8%	drs	5	1	0,15	6	0,85	0	0,257	-0,293
Angola	0,526	0,161	100,0%	100,0%	100,0%		6	6	1			3	0,161	0
Média			87,8%	92,4%	95,1%									

Fonte: Elaboração própria baseada na Estimção de eficiência e de fronteira pelo modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli. Nº de observações: 72

Quadro 22: (X₃) Saúde - Estimção de fronteira de produção para o programa combate à pobreza pelo método DEA (vrs) *input oriented*

Regiões	Y	X3	<i>Input oriented</i> Ef. Técnica CRS (1)	Ef Técnica VRS(2)	Ef Escala (1)/(2)	Tipo de rendimentos CRS, VRS, IRS	Sumário de pares ou vértices da fronteira					Sumário de Objectivo de Input.	Comp. IDH	
	IDH Geral						Contagem				Nº Y estimados a 100% ef.	Movto X3		
							Pares	Peso de pares	Peso de pares	de pares				
Cabinda	0,8	0,8	90,3%	100,0%	90,3%	drs	1	1	1		2	0,8	0	
Caçongo	0,47	0,4	70,7%	73,6%	96,1%	irs	2	6	0,556	4	0,444	0	0,27	-0,13
Buco-Zau	0,6	0,6	90,3%	93,8%	96,3%	drs	3	1	0,27	6	0,73	0	0,337	-0,263
Belize	0,4	0,4	90,3%	100,0%	90,3%	irs	4	4	1			1	0,4	0
Cabinda Geral	0,567	0,55	85,3%	87,3%	97,8%	drs	5	1	0,15	6	0,85	0	0,261	-0,289
Angola	0,526	0,166	100,0%	100,0%	100,0%		6	6	1			3	0,161	0
Média			87,8%	92,4%	95,1%									

Fonte: Elaboração própria baseada na Estimção de eficiência e de fronteira pelo modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli. Nº de observações: 72

Os quadros 21 e 22 estabelecem a comparação da educação (x2) e saúde (x3) nas diferentes regiões, onde a região de Cabinda tem a maior representação em termos percentuais na educação e saúde com 80% e com uma eficiência técnica (crs) de 90,3%, eficiência técnica (vrs) de 100% em relação as demais regiões. Isto implica dizer que a região de cabinda tem programas de combate à pobreza mais eficiente na educação e saúde do que o resto das regiões que compõe a província.

A região Cacongo e Belize encontram-se na mesma proporção, com uma percentagem em termos de educação e saúde equivalente a 40% os mais baixos constatados entre as regiões. Buco-Zau a nível de educação e saúde correspondem a 60%, e a média das quatro regiões representada por Cabinda-geral, corresponde a 55%. Isto implica dizer que, deve-se aumentar os níveis de educação e saúde nas três (Cacongo, Buco-Zau e Belize) de modos a atingir a eficiência de 100% ou seja nestas regiões, tendo em conta o programa combate à pobreza deve-se melhorar os níveis de educação e saúde de formas a aumentar eficiência da intensidade deste programa.

Quadro 23: (Y) IDH-Geral - Estimção de fronteira de produção para o programa combate à pobreza pelo método DEA (vrs) *output oriented*

Regiões	Y	X1	X2	X3	<i>Ouput oriented</i>	<i>Ef Técnica</i>	<i>Ef Escala</i>	<i>Tipo de rendimentos</i>	Sumário de pares ou vertices da fronteira				Sumário de Objetivo de OUTPUT	Movto		
	IDH Geral				<i>Ef. Técnica CRS (1)</i>	<i>VRS(2)</i>	<i>(1)/(2)</i>	<i>CRS, VRS, IRS</i>	Pares	Peso de pares	Peso de pares	Contagem de pares	Nº Y estimados a 100% ef.	Y		
Cabinda	0,8	0,8	0,8	0,8	90,3%	100,0%	90,3%	<i>drs</i>	1	1	1		3	0,8	0	
Cacongo	0,47	0,6	0,4	0,4	70,7%	73,6%	96,1%	<i>irs</i>	2	6	0,631	1	0,369	0	0,627	0,157
Buco-Zau	0,6	0,6	0,6	0,6	90,3%	93,8%	96,3%	<i>drs</i>	3	1	0,385	6	0,615	0	0,631	0,031
Belize	0,4	0,4	0,4	0,4	90,3%	100,0%	90,3%	<i>irs</i>	4	4	1			0	0,4	0
Cabinda Geral	0,567	0,6	0,55	0,55	85,3%	87,3%	97,8%	<i>drs</i>	5	6	0,615	1	0,385	0	0,631	0,064
Angola	0,526	0,475	0,161	0,166	100,0%	100,0%	100,0%		6	6	1			3	0,526	0
Média					87,8%	92,4%	95,1%									

Fonte: Elaboração própria baseada na Estimção de eficiência e de fronteira pelo modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli. Nº de observações: 72

O quadro 23 estabelece a comparação da IDH-geral nas diferentes regiões, onde a região de Cabinda detém a maior representação com 80% e com uma eficiência técnica (*crs output*) de 90,3%, eficiência técnica (*vrs*) de 100% em relação a Cacongo, Buco-Zau e Belize. Portanto, pode-se observar que, para que as regiões possam atingir a eficiência máxima (100%) no programa combate à pobreza é necessário aumentar o grau de eficiência dos componentes do IDH (rendimento, educação e saúde).

Quadro 24: Análise de IDH Intra-Regiões (*vrs input e output*) no período 2013-2015

Os quadros abaixo visam a ilustrar a análise global de IDH Intra- regiões e comparar as variáveis *inputs* e *outputs*, deste do valor de origem, movimento radial e *slack* (folga) e o valor de projecção dentro de cada região. Assim sendo, comparando a região de Cabinda (quadro - I *vrs input e output*), pode-se observar que a região possui uma eficiência técnica e o peso das variáveis correspondentes a 100% e uma escala eficiente de 90,3% tendo como valor de origem igual ao valor projectado. Isto devido a não existência de movimentos radiais e *slacks* (folgas). Cada uma das variáveis na região é par com a região 1 com um peso de 100% *vrs Input e output* respectivamente. Implica dizer que nesta região não existe desperdiço na aplicação do programa.

Quadro I - Input

Results for firm: 1 CABINDA (VRS-INPUT)				
Technical efficiency = 1,000		Scale efficiency = 0,903 (drs)		
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,8	0	0	0,8
Input 1 (Rendto)	0,8	0	0	0,8
Input 2 (Edu)	0,8	0	0	0,8
Input 3 (Saúde)	0,8	0	0	0,8
LISTING OF PEERS:				
Peer	lambda	weight		
1	1,000			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli.
Nº de observações: 72

Quadro I - Output

Results for firm: 1 CABINDA (VRS-OUTPUT)				
Technical efficiency = 1,000		Scale efficiency = 0,903 (drs)		
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,8	0	0	0,8
Input 1 (Rendto)	0,8	0	0	0,8
Input 2 (Edu)	0,8	0	0	0,8
Input 3 (Saúde)	0,8	0	0	0,8
LISTING OF PEERS:				
Peer	lambda	weight		
1	1,000			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli.
Nº de observações: 72

Quadro II - Input

Results for firm: 2		CACONGO		(VRS-INPUT)
Technical efficiency = 0,736		Scale efficiency = 0,961 (irs)		
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,47	0	0	0,47
Input 1 (Rendto)	0,6	-0,158	0	0,442
Input 2 (Edu)	0,4	-0,106	-0,027	0,267
Input 3 (Saúde)	0,4	-0,106	-0,024	0,27
LISTING OF PEERS:				
Peer	lambda	weight		
6	0,556			
4	0,444			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli.
Nº de observações: 72

Quadro II - Output

Results for firm: 2		CACONGO		(VRS-OUTPUT)
Technical efficiency = 0,749		Scale efficiency = 0,944 (drs)		
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,47	0,157	0	0,627
Input 1 (Rendto)	0,6	0	-0,005	0,595
Input 2 (Edu)	0,4	0	-0,003	0,397
Input 3 (Saúde)	0,4	0	0	0,4
LISTING OF PEERS:				
Peer	lambda	weight		
6	0,631			
1	0,369			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli.
Nº de observações: 72

Comparando a região de Caçongo (quadro - II vrs *input* e *output*), pode-se observar que a região possui uma eficiência técnica correspondente a 73,6% (vrs *input*) e 74,9% (vrs *output*) e uma escala eficiente de 96,3% e 94,4% *input output* respectivamente, tendo como valores de origem diferenciados aos valores projectados. Isto devido a variação que pode constatar no movimento radial e *slack* (folga) nas variáveis (IDH, rendimento, educação e saúde) no vrs *input* como *output*. Cada uma das variáveis na região é par com a região 6 e 4 com um peso de 55,6% e 44,4% vrs *Input* respectivamente; 6 e 1 com peso de 63,1% e 36,9% vrs *output* respectivamente. Portanto, isto demonstra que nesta região há uma ineficiência (desperdiço) no programa.

Quadro III - Input

Results for firm: 3 BUCO-ZAU (VRS-INPUT)				
Technical efficiency = 0,938		Scale efficiency = 0,963 (drs)		
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,6	0	0	0,6
Input 1 (Rendto)	0,6	-0,037	0	0,563
Input 2 (Edu)	0,6	-0,037	-0,229	0,334
Input 3 (Saúde)	0,6	-0,037	-0,226	0,337
LISTING OF PEERS:				
Peer	lambda	weight		
1	0,270			
6	0,730			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli.
Nº de observações: 72

Quadro III - Output

Results for firm: 3 BUCO-ZAU (VRS-OUTPUT)				
Technical efficiency = 0,950		Scale efficiency = 0,950 (drs)		
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,6	0,031	0	0,631
Input 1 (Rendto)	0,6	0	0	0,6
Input 2 (Edu)	0,6	0	-0,193	0,407
Input 3 (Saúde)	0,6	0	-0,19	0,41
LISTING OF PEERS:				
Peer	lambda	weight		
1	0,385			
6	0,615			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli.
Nº de observações: 72

Comparando os dois quadros da região de Buco-Zau (quadro - III vrs *input* e *output*), pode-se observar que a região possui uma eficiência técnica correspondente a 93,8% (vrs *input*) e 95% (vrs *output*) e uma escala eficiente de 96,3% e 95% vrs *input output* respectivamente, tendo como valores de origem diferenciados aos valores projectados. Isto devido a variação que pode constatar no movimento radial e *slack* (folga) nas variáveis (IDH, rendimento, educação e saúde) nos dois quadros vrs *input output*. Cada uma das variáveis na região é par com a região 1 e 6 com um peso de 27% e 73% vrs *Input* respectivamente; 1 e 6 com peso de 38,5% e 61,5% vrs *output* respectivamente. Portanto, isto demonstra que nesta região há uma ineficiência (desperdiço) no programa.

Quadro IV - Input

Results for firm: 4 BELIZE (VRS-INPUT)				
Technical efficiency = 1,000		Scale efficiency = 0,903 (irs)		
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,4	0	0	0,4
Input 1 (Rendto)	0,4	0	0	0,4
Input 2 (Edu)	0,4	0	0	0,4
Input 3 (Saúde)	0,4	0	0	0,4
LISTING OF PEERS:				
Peer	lambda	weight		
4	1,000			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli
Nº de observações: 72

Quadro IV - Output

Results for firm: 4 BELIZE (VRS-OUTPUT)				
Technical efficiency = 1,000		Scale efficiency = 0,903 (irs)		
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,4	0	0	0,4
Input 1 (Rendto)	0,4	0	0	0,4
Input 2 (Edu)	0,4	0	0	0,4
Input 3 (Saúde)	0,4	0	0	0,4
LISTING OF PEERS:				
Peer	lambda	weight		
4	1,000			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli
Nº de observações: 72

Comparando os dois quadros na região de Belize (quadro - IV vrs *input* e *output*), pode-se observar que a região possui uma eficiência técnica correspondentes a 100% e uma escala eficiente de 90,3% tendo como valor de origem igual ao valor projectado. Isto devido a não existência de movimentos radiais e *slacks* (folgas). Cada uma das variáveis na região é par com a região 4 com um peso de 100% vrs *Input* e *output* respectivamente. Implica dizer que nesta região não existe desperdício na aplicação do programa.

Quadro V- Input

Results for firm: 5 CABINDA-GERAL (VRS-INPUT)				
Technical efficiency = 0,873		Scale efficiency = 0,978 (drs)		
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,567	0	0	0,567
Input 1 (Rendto)	0,6	-0,076	0	0,524
Input 2 (Edu)	0,55	-0,07	-0,223	0,257
Input 3 (Saúde)	0,55	-0,07	-0,219	0,261
LISTING OF PEERS:				
Peer	lambda	weight		
1	0,150			
6	0,850			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli

Nº de observações: 72

Quadro V - Output

Results for firm: 5 CABINDA-GERAL (VRS-OUTPUT)				
Technical efficiency = 0,898		Scale efficiency = 0,950 (drs)		
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,567	0,064	0	0,631
Input 1 (Rendto)	0,6	0	0	0,6
Input 2 (Edu)	0,55	0	-0,143	0,407
Input 3 (Saúde)	0,55	0	-0,14	0,41
LISTING OF PEERS:				
Peer	lambda	weight		
6	0,615			
1	0,385			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli

Nº de observações: 72

Comparando os dois quadros da região Cabinda-Geral (quadro - V vrs *input* e *output*), pode-se observar que a região possui uma eficiência técnica correspondente a 87,3% (vrs *input*) e 89,8% (vrs *output*) e uma escala eficiente de 97,8% e 95% vrs *input output* respectivamente, tendo como valores de origem diferenciados aos valores projectados. Isto devido a variação que pode constatar no movimento radial e *slack* (folga) nas variáveis (IDH, rendimento, educação e saúde) nos dois quadros vrs *input output*. Cada uma das variáveis na região é par com a região 1 e 6 com um peso de 15% e 85% vrs *Input* respectivamente; 6 e 1 com peso de 61,5% e 38,5% vrs *output* respectivamente. Portanto, isto demonstra que nesta região há uma ineficiência (desperdiço) no programa.

Quadro VI - Input

Results for firm: 6 ANGOLA (VRS-INPUT)				
Technical efficiency = 1,000		Scale efficiency = 1,000 (crs)		
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,526	0	0	0,526
Input 1 (Rendto)	0,475	0	0	0,475
Input 2 (Edu)	0,161	0	0	0,161
Input 3 (Saúde)	0,166	0	0	0,166
LISTING OF PEERS:				
Peer	lambda	weight		
6	1,000			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli

Nº de observações: 72

Quadro VI - Output

Results for firm: 6 ANGOLA (VRS-OUTPUT)				
Technical efficiency = 1,000		Scale efficiency = 1,000 (crs)		
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,526	0	0	0,526
Input 1 (Rendto)	0,475	0	0	0,475
Input 2 (Edu)	0,161	0	0	0,161
Input 3 (Saúde)	0,166	0	0	0,166
LISTING OF PEERS:				
Peer	lambda	weight		
6	1,000			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli

Nº de observações: 72

Comparando os dois quadros de Angola como um todo (quadro - IV vrs *input* e *output*), pode-se observar que a região possui uma eficiência técnica correspondentes a 100% e uma escala eficiente de 100% tendo como valores de origem igual aos valores projectados. Isto devido a não existência de movimentos radiais e *slacks* (folgas). Cada uma das variáveis na região é par com a região 6 com um peso de 100% vrs *Input* e *output* respectivamente. Implica dizer que nesta região não existe desperdício na aplicação do programa, partindo do princípio de que Angola como um todo é mais eficiente.

Quadro 25: Índice de resumo das médias Malmquist anuais (crs e vrs)

Anos	effch	techch	pech	sech	tfpch
2014	0,934	1,001	0,996	0,938	0,935
2015	1,081	1,121	1,051	1,029	1,212
Média	1,005	1,06	1,023	0,982	1,065

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli. Nº de observações: 72

O quadro acima resume das médias anuais ao longo dos três anos [2014/2013 e 2015/2014]. Em termos globais durante os três anos verificou-se um resultado satisfatório ou seja em termos da média, produtividade total dos factores é superior a 1. Isto implica melhorias significativas no programa combate à pobreza nos três anos.

Quadro 26: Índice de resumo das médias Malmquist das Regiões (crs e vrs)

Regiões	effch	techch	pech	sech	tfpch
Cabinda	0,9	1,05	1	0,9	0,945
Cacongo	1,058	1,055	1,0766	0,983	1,116
Buco-Zau	1,052	1,097	1,033	1,019	1,154
Belize	1,031	1,092	1	1,031	1,125
Cabinda Geral	0,995	1,067	1,031	0,965	1,062
Angola	1	1	1	1	1
Médias	1,005	1,06	1,023	0,982	1,065

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli. Nº de observações: 72

O quadro acima apresenta a média das seis (6) regiões e pode-se constatar igualmente uma produtividade total dos factores superior a 1. Assim sendo, em cada uma das regiões há uma melhoria qualitativa com a implementação do programa de combate à pobreza.¹⁴

A evolução do desempenho das regiões entre o ano 2013, considerado como período t, e o ano 2015, considerado como período t+1 evidencia um acréscimo da produtividade média nas regiões de 1,065. Para este resultado muito contribuiu o acréscimo de 1,06 em techch, superior aos 1,005 relativos a pech. A effch é resultado da multiplicação da pech e da sech. Em média, as melhorias na pech, ou seja, nos programas combate à pobreza são a principal razão para as melhorias na effch. O valor médio de pech, que mede as mudanças de eficiência técnica sob VRS, indica que ocorreu uma melhoria de 1,023 no período considerado.

¹⁴ **Nota:** Effch-technical efficiency change: Mudança eficiência técnica
Techch- technological change: Transformação tecnológica
Pech-pure technical efficiency change: Variação pura da eficiência técnica
Sech- scale efficiency change: Mudança eficiência de escala
Tfpch- total factor productivity: Produtividade total dos factores

CAPÍTULO IV- CONCLUSÃO

Neste capítulo são apresentadas as principais conclusões derivadas das análises realizadas essencialmente no segundo e terceiro capítulos. São igualmente apresentadas reflexões que têm como objectivo de identificar algumas limitações deste estudo como também levantam-se algumas questões importantes que eventualmente possam contribuir para pesquisas futuras.

4.1- Principais conclusões

Este trabalho representa uma oportunidade de reflexão sobre a situação da pobreza em Cabinda, Angola e aponta um contributo para as estratégias necessárias para a sua redução permitindo o crescimento e o desenvolvimento da província. No entanto, no primeiro capítulo fez-se um enquadramento teórico, onde se procurou abordar os aspectos ligados a pobreza, crescimento e desenvolvimento económico e sustentável. Esta abordagem só foi possível a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos científicos conceituados sobre a área de investigação, teses, dissertações e material disponibilizado na internet de diferentes autores cujas teorias permitiram construir o corpo do trabalho.

No segundo capítulo procurou contextualizar-se a situação socioeconómica, partindo duma abordagem da economia Mundial, da África Subsariana e Angolana. No contexto mundial, os dados demonstram que houve uma degradação do crescimento do PIB mundial entre 2011 e 2013 – de 3,9% para 2,9% – com destaque para as economias mais desenvolvidas, devidas as consequências das suas crises financeiras. Nas economias da África Subsariana verificou-se igualmente um decréscimo na ordem de 5,3% para 4,8% em 2011 a 2012 penalizado pelo desempenho de vários países e de 2013 a 2014 registou um crescimento correspondente a 5,6% a 6,1%. O crescimento da economia Angolana deve-se pelo sector petrolífero que representa cerca de 45% na estrutura do PIB e principalmente a estabilidade política que tem permitido atrair os investidores estrangeiros para o país.

Ainda neste capítulo fez-se referência da situação da Pobreza em Angola onde se apurou que as causas da pobreza são: conflito armado; a forte pressão demográfica; a destruição e degradação das infra-estruturas económicas e sociais; o funcionamento débil dos serviços de educação saúde e protecção social; desqualificação e desvalorização do capital humano e a ineficiência das políticas macroeconómicas. Os dados IBEP ilustram que 37% da população angolana são pobres, onde 19% vivem nas áreas urbanas e 58% das

nas áreas rurais e a linha de pobreza nacional é de 4.973 Kz por mês. Constatou-se que 23% dos agregados familiares são chefiados por mulheres e 61% dos angolanos têm algumas privações de ordem educacional e cerca de metade da população carecem de saúde e como também 85% dos angolanos não tem acesso a água potável e saneamento básico. Uma desigualdade no rendimento com base no índice de GINI cerca de 42,7%.

Além da descrição da situação da pobreza em Angola, faz-se uma resenha sobre a província de Cabinda sendo este a região em estudo, com a caracterização geográfica, climática e da situação socioeconómico. Para melhor percepção da pobreza em Cabinda, procedeu-se à sua análise a partir dos problemas diferenciados que o sector económico e social vive.

Partindo dos problemas identificados nos dois sectores, o terceiro capítulo surge no sentido de delinear estratégias que visam a dar resolução aos problemas, com o objectivo de reduzir a pobreza e o alcance do desenvolvimento local.

Em termos gerais, para concluir esse estudo e tendo em conta o tema em estudo, da questão levantada e dos objectivos propostos, vale lembrar que a pobreza é um fenómeno complexo e em intensificação. Mas complexas se tornam assim as prioridades das políticas sociais destinadas a combater esse fenómeno. Assim sendo, para responder a questão desta pesquisa e em consonância com os dois primeiros objectivos específicos, é necessário que se dê solução dos problemas que enfermam a população, isto é, apostar na melhoria dos indicadores sociais como reforçar os sistemas de educação (Construção de mais escolas, formação permanente e actualização dos professores), saúde (construção de Mais postos e centros de saúde aumento de número de médicos, enfermeiros e técnicos de saúde em diferentes especialidades) e formação profissional (aumentar mais centros de formação), garantir o acesso à alimentação, água potável e serviços adequados de saneamento básico, atendimento às necessidades de habitação e energia, criação de emprego digno e auto-sustentável e na melhorar dos serviços de transporte e vias de comunicação. É igualmente necessário, que se dê uma atenção especial no sector de agricultura, a pesca, indústria, comércio, hotelaria e turismo, de modos a promover o crescimento e desenvolvimento da sustentável da província.

O estudo permite confirmar que Cabinda continua a apresentar carências muito graves em todos estes sectores. Todavia, a resolução desses problemas, tal como se descreve no terceiro capítulo e principalmente como recomenda Jeffrey Sachs (2006) ajudam a ultrapassar as dificuldades que a província vive. Portanto, o melhoramento desses

sectores é melhorar a qualidade de vida da população e isto implica redução gradual da pobreza promovendo assim mais crescimento e desenvolvimento da província de Cabinda.

Isto só é possível com a devida intervenção do governo da província com programas e acções concretas, tal como tem vindo a realizar de modo a promover mais o desenvolvimento local. Essas acções demonstram a vontade do governo em solucionar o problema de pobreza em que a população vive. Nesta conformidade, é importante que se continuem a implementar mais programas e acções ligados a combate à fome e a pobreza na província e no país como um todo.

Com base análise efectuada no programa combate à pobreza a partir do método DEA, que permitiu medir a eficiência técnica das políticas do programa nas três componentes de IDH (rendimento, educação e saúde). Os resultados tendem a mostrar que o município (região) de Cabinda tem programas mais eficientes do que o resto dos três municípios (regiões) Cacongo, Buco-Zau e Belize. Além disso, os resultados mostram que Angola como um todo tende a ser mais eficiente do que todas as 4 regiões que compõe a província. Adicionalmente, este pequeno contributo é até à data a primeira e inovadora aplicação de DEA ao IDH, concretizando-o em Cabinda, Angola.

4.2- Limitações do Estudo

Apesar da vasta bibliografia acerca do tema em estudo e embora tenham sido seleccionados com precisão os conceitos teóricos que melhor se adequam à temática, a carência de informação específica em termos de relatórios e dados estatísticos no país e na província de Cabinda em particular, não permitiu um estudo mais aprofundado do tema.

A existência de poucos estudos sobre a evolução da pobreza em Cabinda ao longo dos anos é um dos factores de não aprofundamento do estudo na província.

Em termos de metodologia, o estudo não apresenta método estatístico, que resulta na estimação de dados econométricos, isto é, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc. como também não apresenta resultados ligados aos inquéritos, questionários e entrevistas. O estudo está voltado para uma análise mais qualitativa com a utilização de pesquisa bibliográfica e documental como também quantitativa a partir da utilização de gráficos e quadros e principalmente da Análise Envolvente de dados (DEA).

A incidência deste estudo é limitada geograficamente a Angola e concretamente na Província de Cabinda, sendo portanto, as conclusões do mesmo estão voltadas para a Província.

4.3- Perspectivas de Futuras Pesquisas

Verificando a importância do tema e a escassez de estudos sobre o mesmo na província, este estudo, constitui um contributo interessante no contexto académico e como também no contexto de desenvolvimento da província. Como perspectivas futuras de estudo deixam-se as seguintes ideias:

- Efectuar um trabalho semelhante, onde se possa aplicar métodos que permitem realizar pesquisas quantitativa com aplicação técnicas estatísticas (coeficiente de correlação, desvio-padrão, análise de regressão, etc.), e como também aplicar inquéritos, entrevistas e questionários como técnicas de recolha de dados;
- Além do método DEA, com mais dados sobre as regiões, estender o estudo com aplicação do método de Análise de Fronteira Estocástica (SFA);
- Alargar o estudo em outras regiões do país, para que possa ter um estudo mais extensivo e comparativo.

Bibliografia

- Africa continues grow strongly poverty. Africa's Pulse. Disponível em <http://www.worldbank.org> 2013 Acesso em 07/10/2013 - 14:25
- AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK - Perspectiva Económica de África 2014, Disponível em <http://www.africaneconomicoutlook.org> Acesso em 07/07/2015 -13:36
- Amaro, R. Roque (2003). A luta contra Pobreza e a exclusão social em Portugal. *Genebra, p. 147, Bureau Internacional do Trabalho.*
- BANCO-BIC-Internacionalização da Economia Angolana. Junho/2014, Lisboa Disponível em <http://www.ppa.pt>. Acesso em 12/09/2015 -19:03
- Banerjee, Abhijit V. & Duflo, Esther (2012). Economia dos Pobres. Repensar de modo radical a luta contra a pobreza global, *1ª ed. Temas e Debates, Lisboa.*
- Barbosa, Gisele Silva (2008). O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. *Revista Visões 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun*
- Belloni, I. (2000). Uma Metodologia de Avaliação da Eficiência Produtiva de Universidades Federais Brasileiras. *Tese de Doutorado, UFSC.*
- BNA - Relatórios e Contas 2012 Disponível em <http://www.bna.ao>. Acesso em 28/04/2015 -12:43
- Bruto da Costa, A. (1984). Conceitos de Pobreza. *Estudos de Economia, IV(3), p. 275-295.*
- Bruto da Costa, A. (1998). Exclusões Sociais. *Lisboa, Gradiva, p.99*
- Capucha, L. (1998). Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades. Portugal, que Modernidade. *P. 209-242, In:A.F*
- Carvalho, P. (2002), Angola: Quanto Tempo Falta para Amanhã? Reflexões sobre as crises Políticas, económicas e social. *Celta editora, p.115.*
- CEIC-UCAN (2012) - Relatório Económico de Angola 2012. *1ª Edição, Texto Editores, Lda.*
- CEIC-UCAN (2012) - Relatório Social de Angola 2012. Disponível em <http://www.ucan.com>. Acesso em 14/04/2015 - 17:32
- CEIC-UCAN (2014) - Relatório Económico de Angola 2013. Disponível em <http://www.ucan.com>. Acesso em 28/04/2015 - 12:43
- Cepeda, F. J. T. (1993). “Educação e Desenvolvimento no limiar dos anos 2000”, *Economia e Sociologia, nº 59*
- CESO – Estudo de mercado sobre a Província de Cabinda, Disponível em <http://www.ceso.pt> Acesso em 10/07/2014 - 19:00
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum. 2ª Ed. Tradução de *Our common future*. 1ª Ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

- Coelli, T.J. (1997), A Multi-stage Methodology for the solution of orientated DEA models, mimeo, center for efficiency and productivity Analysis. *University of New England, Armidale*, <http://www.uq.edu.au/economics/cepa/deap.php>
- Coelli, T.J.; Rao, D.S.P.; Battese, G.E. (1998). An Introduction to Efficiency and Productivity Analysis, *Boston: Kluwer Academic Publishers*.
- COMISSÃO DA COMUNIDADE EUROPEIA (2003) - Relatório conjunta sobre Inclusão Social. *Bruxelas/ Dezembro 2003*.
- Conselho Mundial de Negócio para o Desenvolvimento Sustentável, 1992.
- Costa, J. S. & Nijkamp, P. (2009). Compêndio de Economia Regional. Vol. I – Teoria, Temáticas e Políticas, 1ª ed. *Princípio, Cascais*.
- Decreto-Lei (2008) sobre o Estatuto Especial para a Província de Cabinda, artigo 10º, 11º, 14º alínea n, 18º alínea g, 19º a e b.
- Diniz, Francisco (2010). Crescimento e Desenvolvimento económico – Modelos e agentes do processo. *Ed. Silabo, Lisboa*
- Emrouznejad, A. (2005). Measurement efficiency and productivity in SAS/OR. *Computers & operations research*, 32 (7), 1665-1683.
- Estender, A. C. & Pitta, T. T. M. (2008) O Conceito do Desenvolvimento Sustentável. *IS- Instituto de pesquisa académica Siegen*.
- Figueiredo, A. M.; Pessoa A, & Silva, M. R. (2005). Crescimento Economico. *Escolar editora, Lisboa*.
- Gil, António Carlos (1999). Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas.
- GOVERNO DA PROVÍNCIA DE CABINDA-Plano de Desenvolvimento da Província de Cabinda 2013-2017, *Junho 2013*
- GOVERNO DA PROVÍNCIA DE CABINDA-Relatório de Actividades. *Março, 2013*
- Graça, Job (2012). Economia do Desenvolvimento. Sebenta de Lições da UCAN, 1ª Ed, *INC- Instituto Nacional das Indústrias Culturais, Luanda-Angola*
- IBEP - Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População 2008-2009, Instituto Nacional de Estatística de Angola.
- INE, RGPH (2014)- RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO DE ANGOLA, Cabinda- Resultados Preliminares, Setembro 2014.
- INSTITUTO DE HABITAÇÃO E RABILITAÇÃO URBANA (2015) - Estratégia Nacional para Habitação, Desafios e Mudanças. *Maió/2015*
- JORNAL DE NEGÓCIOS ANGOLA (2008), Crescimento Económico de Angola, Disponível em [http://www. www.jornaldenegocios.pt](http://www.www.jornaldenegocios.pt) Acesso em 14/12/2014 - 17:08
- Kuznets, Simon (1971), Economic Growth of Nations. *Belknap, Cambridge, Mass*, P.28
- Lakatos, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade (1993). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas.
- Melo, Alberto (1998). Ditos e Reditos em Torno do Desenvolvimento Local. A Rede. Novembro, p. 5-8.

- Melo, J. P. Barbosa (2009). A problemática e as Políticas de Desenvolvimento Local. Vol. I – Teoria, Temáticas e Políticas, 1ª ed. *Princípios, Cascais*.
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO (2007) - Perfil da Província de Cabinda. *Esboço - Julho 2007*
- MAPTSS-Ministério de Administração Pública Trabalho e Segurança Social, 1996
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO (MINPLAN) - Estratégia de Combate à Pobreza: *Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Económica*. Luanda Edição Revista 2005.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO (MINPLAN), 2010. Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. *Luanda*, Disponível em [http:// www.undp.org](http://www.undp.org) Acesso em 25/06/2015 - 14:52
- New Economic Partnership for Africa's Development. Disponível em [http:// www.nepad.org](http://www.nepad.org) Acesso em 23/10/2014 - 17:32
- OBJECTIVO DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO- O papel das Nações Unidas. Ficha de Informação nº1, *ONU, NY*.
- Oliveira, Sílvia de (2012). Olhar a pobreza em Angola: causas, consequências e estratégias para a sua erradicação. *Ciências Sociais Unisinos, janeiro/Abril*.
- PLANO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO 2013-2017. Disponível em <http://www.minplan.gov.ao>. Acesso em 04/05/2014 - 15:17
- POPULORUM PROGRESSO - Carta Encíclica do Papa Paulo VI- Sobre o Desenvolvimento dos Povos. 14ª Edição, *Pia sociedade Filhas-São Paulo*.
- Portal de terra cabinda, Disponível em: <http://www.terracabinda.com> Acesso em 14/05/2015 – 10:17
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). 1997. Relatório do desenvolvimento Humano. p. 10 disponível em <http://www.undp.org>
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). 1999. Relatório do desenvolvimento Humano. p. 38 disponível em <http://www.undp.org>
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). 2014. Relatório do Desenvolvimento Humano. Disponível em: <http://www.undp.org>. Acesso em: 30/09/2014.
- PROVÍNCIA DE CABINDA-Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, Julho/2010
- RELATÓRIO MULTIDIMENSIONAL DA POBREZA EM ANGOLA 2015. Disponível em <http://www.ine.gov.ao> Acesso em 12/05/2015 - 17:13
- Revista Ngonje informação trimestral de Cabinda. Nº 10, Ano 05, p.36, Abril-Junho 2007
- Rocha, A. (2014) Perspectivas de Crescimento Económico de Angola até 2020. CEIC. Working Paper Nº 02, Novembro 2014
- Rodrigues, Domingos de Gouveia (2013). Crescimento e Desenvolvimento Económico. *Rio de Janeiro*.

- Roque, Fátima Moura- (2005). O desenvolvimento do continente Africano na era da Mundialização. *Ed. Almedina SA*.
- Sachs J. (2006). O Fim da Pobreza - Como consegui-lo na nossa geração. *Casa das Letras*
- Secretaria Provincial de Energia e Águas, 2014, Disponível em [http:// www.minerg.gv.ao](http://www.minerg.gv.ao)
Acesso em 14/04/2015 - 17:32
- Sen, Amartya Kumar (1999). Pobreza e fome. Um ensaio sobre direitos e privações, *ed. Terramar, Lisboa*.
- Sen, Amartya Kumar (2000). Desenvolvimento como Liberdade. *Companhia das Letras. São Paulo*.
- Soares, José Carlos (2010), Dicionário de Economia. *2ª Edição, Lisboa: Plátano Editora*.
- Thanassoulis, E. (2001). Introduction to the theory and application of data envelopment analysis: a foundation text with integrated software. *Kluwer Academic Publishers*.
- Todaro. M. P. (1981). Introdução à Economia – Uma visão para o terceiro Mundo. *Campus*
- Viera, S. P (2005). Crescimento Económico, Desenvolvimento Humano e Pobreza- análise da situação em Moçambique, *Lisboa*.

APÊNDICES

Apêndice A1

Quadro dos objectivos de Desenvolvimento Sustentável 2015-2030

Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
<p>1- Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;</p> <p>2- Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;</p> <p>3- Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;</p> <p>4- Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;</p> <p>5- Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas;</p> <p>6- Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;</p> <p>7- Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos;</p> <p>8- Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos;</p> <p>9- Construir infra-estruturas resistentes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;</p> <p>10- Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles;</p> <p>11- Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;</p> <p>12- Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis;</p> <p>13- Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;</p> <p>14- Conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos, para o desenvolvimento sustentável;</p> <p>15- Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e estancar a perda de biodiversidade;</p> <p>16- Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;</p> <p>17- Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p>

Fonte: Elaboração própria baseada no www.pnud.org , 2015

Apêndice A2

Quadro de Plano de acções do Governo da Província no Programa Combate à Pobreza

Sector	ANO 2013 Municípios			
	Cabinda	Cacong	Bucu-Zau	Belize
Educação	<p>1-Construção de uma escola primária de 6 salas com área administrativa na localidade S. Pedro, comuna Sede;</p> <p>2-Manutenção de 15 escolas primarias nas comunas de Malembo, Tando-Zinze e Sede.</p> <p>3-Programa Merenda Escolar;</p>	<p>1-Reabilitação da Escola do Bêmbica e do Ueca.</p> <p>2-Programa Merenda Escolar (Fornecimento da merenda escolar em 42 escolas para 7.404 alunos).</p>	<p>1-Reabilitação e requalificação dos anexos da escola nº 4 Vila de Bucu Zau.</p> <p>2-Reabilitação e ampliação da escola de duas para mais uma Sala incluindo apetrechamento em mobiliário nas Aldeias de Conde Malonda e de Caio Poba.</p> <p>3-Programa Merenda Escolar (aquisição, preparação e distribuição de merenda para 50 escolas do Município).</p>	<p>1-Reabilitação de 1 escola com 11 salas na Terra Nova.</p> <p>2-Reabilitação de 2 pavilhões da escola do 1º nível de Ganda Cango</p>
Saúde		<p>1-Construção do Postos de Saúde na aldeia do Buli.</p>		<p>1-Reabilitação do Posto de Saúde na aldeia de Caio Guembo e de Macoma.</p>
Água (Programa água para todos)	<p>1-Reabilitação do sistema de água de Siadede, Nsusu e Tchizanze;</p> <p>2-Construção e conexão a rede chafarizes na aldeia Bumelambuto;</p> <p>3-Construção e conexão a rede chafarizes na aldeia Mazengo;</p> <p>4-Construção de sistema de abast. Agua no Champuturico incluindo Chafarizes</p>	<p>1-Construção de duas Chafarizes no Chinfuca;</p> <p>2-Reab. Da Rede de distri. de Água no Bairro CDTE- Mingas;</p> <p>3-Manutenção da Rede Adutore de Loango;</p> <p>4-Conclusão da Obra do Poço do Mpuli.</p> <p>5-Reab. da Rede de distri. de Água no Ngomongo;</p> <p>6-Manutenção das ETAs do</p>		<p>1-Construção de 5 Chafarizes nas aldeias de Massungo e Panga de cima.</p> <p>2-Criação da Rede de Distribuição de água e construção de 1 Chafariz na aldeia de Mongo Conde até Panga de Cima;</p> <p>3-Aquisição e Montagem de 8 motobombas na Vila de Belize, no Luali e Miconje;</p>

Continuação (2013)

Sector	ANO 2013 Municípios			
	Cabinda	Caongo	Buco-Zau	Belize
		Ngomongo e Mandarim; 7-Construção de quatro Chafarizes no Loango; 8-Construção de dois Chafarizes no Chela; 9-Construção de dois Chafarizes no Tando – Mpala;		4-Manutenção de rede de distribuição de água na aldeia de Zala de cima; 5-Manutenção de rede de distribuição de água na aldeia de Ganda Cango;
Construção, Habitação e obras Publicas	1-Construção de 20 Casas evolutivas na comuna sede; 2-Melhoria do espaço onde estão implantadas as 50 casas evolutivas do Tando-Zinze; 3-Construção de um armazém comunitário na comuna de Tando-Zinze; 4-Construção e apetrechamento de duas cozinhas comunitárias nas comunas de Malembo e Tando-Zinze e Reabilitação de posto de polícia no Tchinsua; 5-Construção de 4 Jangos comunitários, nas localidades de Siadede na Comuna de Malembo, Tchinsua, na Comuna de Tando-Zinze e dois na comuna sede; 6-Reabilitação do edifício, dependência da Administração Municipal de Cabinda; 7-Reabilitação de casas de função	1-Reabilitação da Residência dos Professores no Chicamba e no Caio-Caongo. 2-Construção de um armazém comunitário 3-Construção de duas cozinhas comunitárias; 4-Conclusão de 50 Casas evolutivas.	1-Conclusão das 50 casas evolutivas na Aldeia de Conde Malonda; 2-Construção de três cozinhas comunitárias.	1-Construção de 1 jango comunitário na Residência do Administrador Municipal; 2-Construção de 1 Jango Comunitário na aldeia de Zala de Baixo/ Luali; 3-Construção de 15 Casas evolutivas na Comuna de Luali, na aldeia de Conde; 4-Reabilitação da Residência para Enfermeiros nas aldeias de Caio Guembo e Macoma.

Continuação (2013)

Sector	ANO 2013 Municípios			
	Cabinda	Cacong	Buco-Zau	Belize
	(Administração Municipal)			
Saneamento Básico	1-Reperfilamento de valas e sarjetas no Município Sede; 2-Criação de duas Brigadas comunitárias de limpeza para a cidade d e Cabinda.	1-Criação de brigadas comunitárias de limpeza nas comunas sede, Massabi e Dinge.	1-Criação de duas brigadas comunitárias de limpeza do cemitério municipal e mercados da Vila de Buco-Zau.	1-Limpeza e manutenção das zonas verdes (Jardins) da Vila de Belize: Largo da Paz, Largo de Ambiente etc.; 2-Criação de 1 Brigada comunitária de limpeza do cemitério municipal, mercados e bermas de estradas.
Emprego e Formação Profissional	1-Capacitação de quadros; 2-Capacitação em tecnologias rurais; 3-Formação em nutrição e culinária; 4-Capacitação sobre o cooperativismo e Associativismo.	1-Capacitação de 35 Quadros para 4 formações no Município Sede e nas Comunas de Massabi e Dinge; 2-Capacitação em Tecnologias Rurais para 9 Cooperativas e 16 Associações; 3-Formação em nutrição culinária para 140 Pessoas; 4-Capacitação de 09 cooperativismos e 16 associativismos.	1-Formação de 5 técnicos em matéria de nutrição e culinária; 2-Formações em tecnologias rurais para 41 Associações.	1-Formação de 10 técnicos em matéria de nutrição e culinária; 2-Formação em tecnologias rurais.
Agricultura	1-Construção de dois pequenos sistemas de regadio no Yabi e Fortaleza para incentivo a Horto-fruticultura; 2-Loteamento e correcção de terras Aráveis; 3-Fornecimento de <i>inputs</i> Agrícolas.	1-Loteamentos e Correcção de 200 Terras Aráveis; 2-Fornecimento de <i>inputs</i> Agrícolas (Enxadas, Catanas, Limas, etc.).	1-Construção de um pequeno armazém comunitário para conservação de produtos agrícolas na comuna sede; 2-Aquisição e distribuição insumos e <i>inputs</i> agrícolas.	

Continuação (2013)

Sector	ANO 2013 Municípios			
	Cabinda	Cacongo	Buco-Zau	Belize
Pesca				
Indústria		1-Construção de uma Pequena unidade de transformação de fruta na Comuna Sede.		
Comércio	1-Construção de dois mercados rurais na comuna sede.	1-Construção de um mercado rural na Berra Nova		1-Realização de 3 feiras municipais agro-pecuária na Sede do Município; 2-Construção de 1 Mercado Rural na Regedoria de Ganda Cango; 3-Construção de 2 mercados rurais na aldeia de Caio Guembo.
Energia	1-Aquisição e manutenção de geradores.	1-Aquisição e Manutenção de (09) Geradores para Município Sede e as Comunas de Massabi e Dinge; 2-Aquisição de 1 Gerador de 50 Kv para Cochiloango.	1-Aquisição de pequeno grupo geradores de 50 kvas alternativo de apoio aos serviços da Administração do Município; 2-Aquisição de pequeno grupo de geradores de 50 kvas alternativo de apoio aos serviços da Administração do Município.	1-Alargamento do Ramal eléctrico com Iluminação Pública nas aldeias de Mongo Conde e Panga de Cima.
Transporte e Vias de Comunicação			1-Aquisição de 5 viaturas ligeiras para apoio ao programa de luta contra à pobreza; 2-Aquisição e abastecimento de combustível e lubrificantes aos meios de transportes.	

Continuação (2013)

Sector	ANO 2013 Municípios			
	Cabinda	Cacongo	Buco-Zau	Belize
Outras Atividades	1-Arborização municipal: plantação de árvores ao longo da via Duque de chiaz/Aeroporto e outras artérias;	1-Palestras e mobilização Social (Saúde, Saneamento, empre. Cid) no Município Sede e nas Comunas de Massabi e Dinge. Reabilitação de uma Lavandaria no Chinfuca. 2-Plantação de 800 árvores em todos bairros da Vila de Lândana;	1-Criação de 3 postos moveis para registo Civil Comunitário.	

Fonte: Elaboração própria baseada nas informações do programa combate à Pobreza do Governo da Província de Cabinda.

Quadro de Plano de acções do Governo da Província no Programa Combate à Pobreza

Sector	ANO 2014 Municípios			
	Cabinda	Cacongo	Buco-Zau	Belize
Educação	1-Ampliação da escola da aldeia do Chiobo na comuna de Tando-Zinze de 3 salas de aulas para 6, incluindo a cantina escolar e seu petrecho, para mais 240 alunos; 2-Manutenção da escola de S. Luís de Mabilia (mudança de tecto e pintura), para 420 alunos.	1-Reabilitação da Escola 137 do bairro Cdte Mingas, para beneficiar cerca de 410 alunos; 2- Construção de CIC CEC na Comuna Sede, para beneficiar cerca de 120 crianças no Município (1ª fase); 3- Reabilitação da Escola do Tchiembo de 8 salas, no Bairro 4 de Fevereiro, para 1320 alunos; 4-Programa merenda escolar (Fornecimento da merenda	1-Conclusão da reabilitação e ampliação da escola nº 4 no Bairro Deolinda, para 560 alunos; 2-Reparação da escola primária de 12 salas da Vila de Buco-Zau, para 3.000 alunos; 3-Aquisição e distribuição de merenda escolar em 56 Escolas, para 7.000 Alunos; 4-Reabilitação da Cobertura da Escola de 3 salas na aldeia de Amaro Tati.	1-Conclusão de 2ª fase da reabilitação da escola de Ganda Cango para 655 Alunos; 2-Fornecimento da Merenda Escolar em 32 Escolas para 4.848 Alunos; 3-Reabilitação da Biblioteca Municipal na Sede, com uma capacidade de 50 Pessoas.

Sector	ANO 2014 Municípios			
	Cabinda	Cacongo	Buco-Zau	Belize
		escolar em 42 escolas, para 7.404 alunos).		
Saúde	<p>1- Construção de 1 posto de saúde na aldeia do Chiobo, incluindo o seu apetrecho, para 3000 pessoas;</p> <p>2-Manutenção de 5 salas de puericultura de Chiweca, Povo Grande, Tchizo, Malembo e Tando-Zinze e 5 salas de partos nos mesmos Centros de referência já citado;</p> <p>3-Manutenção do posto de saúde de Bumelambunto;</p> <p>4-Aquisição de medicamentos, equipamentos especializados para os 14 centros e 27 postos de saúde, nas comunas Sede, Malembo e Tando-Zinze;</p> <p>5-Realização de 4 campanhas de vacinação contra a poliomielite a 170 mil crianças dos 0 aos 5 anos;</p> <p>6- Realização de campanhas de saúde comunitária, para 160 mil habitantes, (1) Workshop sobre cuidados primários de saúde e formação de 50 agentes comunitários.</p>	<p>1-Apetrechamento do Posto de Saúde nas Aldeias de Chinfuca e de Buli (1ª fase) na Sede do Município;</p> <p>3-Construção do Posto de Saúde na Aldeia do Buli/ 2ª Fase, para beneficiar cerca de 126 pessoas.</p> <p>4-Conclusão do Posto de Saúde na Aldeia de Manenga, na Comuna de Massabi para beneficiar cerca de 487 pessoas;</p> <p>5-Construção do Posto de Saúde na aldeia de Santo-Muno, para beneficiar cerca de 305 pessoas.</p>	<p>1-Apetrechamento de 5 Postos de Saúde de: Sinde, Penecacata, Boma Lubinda, Piadinge e Micuma II;</p> <p>2-Formação de 20 Técnicos em matéria Tuberculose e VIH Sida.</p>	
Água (Programa água para	<p>1. Construção de um sistema de água na aldeia do Macanga Grande, para 617 pessoas, incluindo o Centro de Saúde;</p> <p>2. Construção de um tanque elevado de</p>	<p>1. Construção de um Sistema de abastecimento de Água na aldeia de Terra Nova P/beneficiar cerca de 3. 569 pessoas;</p>	<p>1-Conclusão do sistema de abastecimento de água no Caio Poba, para 652 Habitantes;</p> <p>2-Construção de um pequeno sistema de água incluindo 3</p>	<p>1-Construção de 1 Fontenário com sistema de bombagem para tanque de água e fornecer em 5 chafarizes para 4856 Consumidores;</p>

Sector	ANO 2014 Municípios			
	Cabinda	Cacong	Buco-Zau	Belize
todos)	20m3 e Conexão a rede de distribuição, na aldeia do Mazengo, para beneficiar 223 pessoas; 4. Aquisição e instalação de um kit de Painel Solar para o Sistema de Água do Ntumba, para beneficiar 324 pessoas; 5. Reabilitação parcial da rede de distribuição de água na comuna sede (roturas), para beneficiar 15.000 pessoas;	2. Manutenção da Rede Pública na Sede do Município, incluindo as Sedes Comuns do Dingo e Massabi, para beneficiar cerca de 8.123 habitantes.	chafarizes na Aldeia de Sinde, para 500 Habitantes.	2-Alargamento da rede de distribuição de água de Macoma a Kindimba/Luali para 872 consumidores.
Construção, Habitação e obras Publicas		1-Manutenção da Residência do Chefe da Repartição Municipal da Saúde, na Sede do Município; 2-Manutenção da Residência dos Enfermeiros na Aldeia de Chinfuca, na Comuna Sede, para 6 enfermeiros; 3-Conclusão das obras de Repartição Municipal da Saúde para 55 Funcionários; 4-Conclusão das 50 Casas Evolutivas na Comuna do Dingo/ 2ª Fase, para beneficiar cerca de 50 famílias; 5-Construção de um Jango Comunitário na Comuna de Massabi para beneficiar cerca de	1-Arranjos exteriores no pátio da obra de construção das 50 casas Evolutivas no Conde Malonda; 2-Construção da residência oficial para Administrador Comunal de Necuto; 3-Conclusão da construção das casas evolutivas no Conde Malonda.	1-Conclusão das 15 Casas Evolutivas na Aldeia de Conde, na Comuna de Luali para 15 Famílias. 2-Conclusão de 1 Cozinha Comunitária na Sede, para 3567 Habitantes; 3-Conclusão da reabilitação das 6 residências de função na Sede do Município; 4- Conclusão de 1 jango Comunitário na Sede, para 105 lugares.

Sector	ANO 2014 Municípios			
	Cabinda	Caongo	Buco-Zau	Belize
		210 pessoas. 6-Manutenção dos passeios, Bermas e sarjetas na sede do Município incluindo as sedes Comuns do Dingé e Massabi.		
Saneamento Básico	<p>1-Compra de diversos materiais de limpeza e serviços de jardinagem;</p> <p>2- Limpeza e Loteamento do novo cemitério municipal de Cabinda, com 40.000 m²;</p> <p>3-Aquisição de 100 motorizadas de três rodas, para 20 brigadas de recolha de lixo;</p> <p>4-Aquisição de 5 mil rolos de sacos para lixo, para 20 brigadas de recolha de lixo;</p> <p>5-Aquisição de 400 baldes de lixo, as comunas Sedes, Malembo e Tando-Zinze;</p> <p>6-Aquisição de 300 contentores de lixo, as comunas Sedes, Malembo e Tando-Zinze;</p> <p>7-Criação e manutenção de 3 pontos de transferência de lixo, na comuna Sede.</p>		<p>1-Contração de (4) Empresas de Limpeza e Higiene do Centro de Saúde de Necuto, Inhuica e 8 Postos de Saúde;</p> <p>2-Manutenção do sistema de esgotos e sarjetas da vila de Buco Zau;</p> <p>3-Aquisição de 15 Motociclos para recolha de lixo em 15 bairros incluindo Comunas de Inhuca e Necuto.</p> <p>4-Aquisição e distribuição de 500 Baldes de Lixo.</p> <p>5-Aquisição de 10.000 Sacos para conservação de Lixo.</p> <p>6-Aquisição de 50 Contentores de Lixo, para as 3 Comunas.</p> <p>7-Aquisição de (500) pares de Luvas, (100) Pares de botas e (500) pares de máscaras.</p> <p>8-Limpeza e manutenção de Jardim na Vila de Buco-Zau.</p> <p>9-Construção de (3) Pontos de Transferência de lixo nas</p>	<p>1-Aquisição de 10 Motorizadas de Recolha de Lixo para a Sede, Miconje e Luali;</p> <p>2-Aquisição de 2 Veículos para serviços de Saneamento. Básico para o Município;</p> <p>3-Aquisição de 20 Contentores de Lixo;</p> <p>4-Aquisição de 50 catanas, 50 pás, 50 ancis, 50 botas, 50 factos, 200 luvas, 50 carinhas de mão, 100 vassouras;</p> <p>5-Aquisição de 5. 000 sacos de recolhe de lixo de 5o kg.</p> <p>6-Construção de 2 Pontos de transferência de lixo nas aldeias de Caio Guembo e Ganda Cango;</p> <p>7-Preparação de 3 pequenos aterros sanitários nas Comunas</p>

Sector	ANO 2014 Municípios			
	Cabinda	Cacongo	Buco-Zau	Belize
			Comunas Sede, Inhuca e Necuto.	Sede, Luali e Miconje.
Emprego e Formação Profissional	1-Formação de 15 tractoristas e dos membros das cooperativas que integram o projecto cozinhas comunitárias; 2- Formação de agentes Rurais, para a gestão de lojas de campos.	1-Plano de capacitação e refrescamento dos conhecimentos do pessoal da Saúde, para beneficiar cerca de 78 pessoas; 2- Formação de Agentes Rurais, para gestão de lojas de Campo;	1-Formação de 5 quadros em matérias de informática e os Programas SIGFE E SIGPE; 2-Formação de agentes rurais para a gestão de lojas de campos; 3-Formação de 27 Técnicos na área de Saúde reprodutiva e Malária; 4-Formação de 30 parteiras Tradicionais e aquisição de kits para trabalhos de partos.	1-Capacitação de 100 Quadros Administrativos em Sistema Informática; 2-Formação de Agentes Rurais, para a gestão de lojas de campos nas Comunas Sede, Luali e Miconje.
Agricultura	1-Aquisição de 1 tractor de 90CV e as suas alfaias agrícolas, para a operacionalização do centro de desenvolvimento agrário da comuna de Tando-Zinze; 2-Aquisição e fornecimento de <i>inputs</i> agrícolas, sementes e adubos diversos às 300 famílias camponesas.	1- Loteamento e correcção de 120 Hectares de Terras Aráveis nas aldeias; 2-Aquisição de 1 Tractor.	1-Loteamento e Correcção de 100 hectares de Terras Aráveis na Comuna de Inhuca para 200 famílias; 2-Aquisição de um tractor agrícola com reboque.	1-Aquisição de 1 Moageiro na Aldeia de Caio Guembo, na Comuna de Miconje para 1032 Camponeses. 2-Aquisição de 250 Kits <i>inputs</i> agrícolas para 5 Cooperativas Agrícolas. 3-Implementação do 1 Micro Aviário Municipal, para 7.046 Habitantes.
Pesca				
Indústria				
Comércio	1-Construção da segunda nave do mercado de Cabassango (das 3 previstas), para mais 130 mercadores. 2-Construção e apetrechamento de lojas de campo para 5 funcionários por	1-Construção e apetrechamento de Lojas de Campo nas Comunas Sede, Dingo e Massabi.	1-Construção de Lojas de Campo nas Aldeias de Conde Malonda; Mbundo; Micuma III; Panga Mongo; Ncodó; Chimbenza II;	1-Construção de Lojas de Campo na Sede das regedorias de: Sede, Bombo Pene, Ganda Cango, Zala de Cima, Zala de

Sector	ANO 2014 Municípios			
	Cabinda	Cacongo	Buco-Zau	Belize
	loja nas comunas de Malembo, Tando-Zinze e zona rural da comuna Sede, para atenderem 7 mil pessoas.		Chiaca, e Mbuda.	Baixo, Bulu, Caio Guembo e Kikumba Congo.
Energia	1. Manutenção de 37 Geradores dos Centros Saúde.	1. Manutenção de 8 Geradores instalados nos Centros e Postos de Saúde; 2. Aquisição de 4 Grupos geradores de 20 Kva's, para 4 Postos de Saúde de: Chapa, Sócoto, Simulinconde e Chafumo, nas Comunas do Dinge, Massabi e Sede respectivamente.		
Transporte e vias de comunicação	1- Aquisição de 1 viatura para o apoio a fiscalização de projectos do PMIDRCP (contrapartida interna a ser efectivada via SIGFE).	1-Aquisição de um Camião Cisterna para transporte de água nos 2 Centros e 16 Postos de Saúde no Município; 2-Aquisição de 15 Motorizadas para os Agentes Comunitários de Saúde.	1-Aquisição de (3) ambulâncias para os Postos de Saúde de: Piadinge, Sinde e Penecacata, e; (1) Carrinha para serviços Municipal de Saúde Pública.	1-Aquisição de 2 ambulâncias para a movimentação dos pacientes; 1 Carinha Canter para a distribuição dos fármacos e géneros alimentícios e 1 pequeno Cisterna para a distribuição de água nos Centros de Saúde de Ganda Congo, Hospital Municipal e Sanga Planície.
Outras actividades	1- Aluguer de viaturas para transportar diversos generes alimentícios, medicamentos e apoio as 4 campanhas contra pólio.	1-Aluguer de 10 viaturas para as campanhas e jornadas de vacinação no município.	1-Aluguer de 10 Carrinhas para apoio as Campanhas de Vacinação.	1-Continuação de arbonização (Plantação de 150 Arvores nas Sedes Comunais).

Fonte: Elaboração própria baseada nas informações do programa combate à Pobreza do Governo da Província de Cabinda.

Quadro de Plano de acções do Governo da Província no Programa Combate à Pobreza

Sector	ANO 2015			
	Municípios			
	Cabinda	Cacong	Buco-Zau	Belize
Educação	<p>1-Construção de cantina escolar e seu apetrecho, para mais 240 alunos, na escola da aldeia do Chiobo, na comuna de Tando-Zinze;</p> <p>2-Reabilitação e ampliação da escola Hoje-ya-Henda de 6 salas para 12 incluindo área administrativa e Cantina;</p> <p>3-Construção de uma escola primária de 6 salas de aulas com capacidade para atender 720 alunos em três períodos, inclui cantina escolar e instalação de água e energia eléctrica, na zona do São Pedro, comuna Sede;</p> <p>4-Construção de uma Escola de 6 salas de aulas com capacidade para atender 720 alunos em três períodos, na aldeia de Chibodo Comuna Sede.</p>	<p>1-Reabilitação da Escola 137 do bairro Cdte Mingas.</p> <p>2-Construção de CIC CEC na Comuna Sede/Fase2, para beneficiar cerca de 120 crianças no Município;</p> <p>3-Construção de uma escola primária.</p>	<p>1-Construção e apetrechamento de uma escola primária de (4) salas incluindo cantina escolar e Murro de vedação;</p> <p>2-Construção e apetrechamento da escola de 6 salas no Bairro de Bata-Manga incluindo área Administrativa e Cantina Escolar;</p> <p>3-Programa Merenda escolar (1. Aquisição e distribuição de merenda escolar em 60 Escolas, para 7.800 Alunos);</p> <p>4-Construção de pequena Biblioteca no Buco-Zau.</p>	<p>1-Conclusão da reabilitação da escola/FASE 3;</p> <p>2-Construção de uma escola c/4 salas de aulas;</p> <p>Reabilitação da Biblioteca Municipal com capacidade de 50 pessoas;</p> <p>3-Programa Merenda Escolar.</p>
Saúde	<p>1-Construção e apetrechamento de centro de saúde de Chimindele Buco-Ngoio;</p> <p>2-Realização de campanhas de saúde comunitária, para 160 mil habitantes, (1) WorkShop sobre cuidados primários de saúde e formação de 50 agentes comunitários, nos postos e centros de saúde;</p> <p>3-Aquisição de medicamentos,</p>	<p>1- Construção do Posto de Saúde na aldeia de Santo-Muno Fase2/Comuna do Dinge.</p> <p>2-Realização de Workshop sobre PNDS no Município de Cacong.</p> <p>3-Conclusão do Posto de Saúde na Aldeia de Manenga;</p> <p>4-Aquisição de Medicamentos/Fármacos e</p>	<p>1-Aquisição 5000 par de Luvas, 4000 Pares de Tapa Boca para postos e Centros de Saúde</p> <p>2-Aquisição de outro material gastável hospitalar 30 Rolos Gases,500 pacotes de Algodão, 2000 Pensos, 6000 Seringas 15 caixas de Adzivas.</p>	<p>1-Aquisição de 3.500 kits de diversos fármacos;</p> <p>2-Aquisição de material de especialidade hospitalar.</p>

Continuação (2015)

Sector	ANO 2015 Municípios			
	Cabinda	Cacongo	Buco-Zau	Belize
	<p>reagentes de laboratório e equipamentos especializados para os 14 Centros e 27 postos de Saúde, nas comunas Sede, Malembo e Tando-Zinze;</p> <p>4-Aquisição de medicamentos, equipamentos para 4 campanhas de vacinação contra a poliomielite, a 170 mil crianças;</p> <p>5-Aquisição de 2 câmaras frigoríficas de 10 pés para a conservação de vacinas e alimentação para 8 de Centros saúde;</p> <p>6-Aquisição de 14 kits de pequena cirurgia, de termómetros, fitas métricas, aparelhos de T.A para Centros e Postos de Saúde afectas à Repartição do Município de Cabinda.</p> <p>7-Reabilitação e alargamento das estruturas do Centro de saúde do Tchimpindi, localizado na área de Tchimpindi, comuna Sede, para atender cerca de 50.000 habitantes daquela zona e de bairros limítrofes.</p>	<p>reagentes p/2 Centros e 18 Postos de Saúde;</p>		
Água (Programa água para todos)	<p>1-Aquisição de 100 cisternas de águas para os Centros e Postos onde não existe água canalizada;</p> <p>2-Construção do sistema de água na aldeia do Papela para beneficiar 200</p>	<p>1-Construção do Tanque de Água no Posto de Saúde do Buli;</p> <p>2-Construção de um Sistema de abastecimento de Água na aldeia de Terra Nova Fase2;</p>	<p>1-Construção de tanque e montage de mota-bomba para os Postos de saúde de Caio-Contene, Piadinge e Bomalubinda;</p> <p>2-Furo artesiano e construção de torneiras domiciliaries na Aldeia</p>	<p>1-Conclusão do alargamento da rede de distribuição de água de Macoma à Kissoqui/Luáli;</p> <p>2-Construção de 5 Chafarizes com lavandarias nas aldeias de</p>

Continuação (2015)

Sector	ANO 2015 Municípios			
	Cabinda	Caongo	Buco-Zau	Belize
	<p>peçoas, incluindo o muro de vedação.</p>	<p>3-Construção de um Sistema de abastecimento de Água nas aldeias de Licos; 4-Construção do Sistema de Captação de Água com Bomba Manual na Aldeia de Ibovo na Comuna Sede Fase/2.</p>	<p>de Lucanga Comuna de Necuto; 3-Furo artesiano e construção de torneiras domiciliare na Aldeia de Chinvula Comuna de Necuto; 4-Furo artesiano e construção de torneiras domiciliare na Aldeia de S. José Luali; 5-Furo artesiano e construção de torneiras domiciliare na Aldeia de Sinde.</p>	<p>Nsaca, Bítina e Kibuende.</p>
<p>Construção, Habitação e obras Publicas</p>	<p>1-Construção de: 500 casas realojamento no Bairro Zôngolo, via das forças armadas, das vias e valas de drenagem do bairro 4 de fev. e Morro do tchizo; execução terraplanagem e drenagem Simulambuco e Cabassango; 2-Const. de 90 casas sociais do Chibodo, e reabilitação do pavimento nos bairros Lombo-lombo e Amílcar; 3-Abertura de vias terciarias Troço Subantando Mbanda Sala; 4-Const. de infra-estrutura apoio a auto construção dirigida (2000 casas);</p>	<p>1-Construção da Residência dos Enfermeiros de Tipo T3 nas Aldeias de Santu-Muno e de Buli; 2-Melhoramento da Parte Interior e Colocação de Portas nas Casas Evolutivas/Fase2. 3-Reabilitação da via Tchiela-loango pequeno-tchimbeta – Mpuela; e abertura de vias terciarias de Mandarim e Tchississi; Mpuela-planície e Mandarim; 4-programa de construção de 200 fogos habitacionais.</p>	<p>1-Manutenção de 10 residências para os técnicos na sede e das Comunas Inhuca e Necuto; 2-Requalificação dos passeios da Vila de Buco-Zau; 3-Const.de 60 casas sociais (obras em curso); 4-programa de construção de 200 fogos habitacionais.</p>	<p>1-Conclusão de 15 casas evolutivas/FASE 2 e melhoramento dos passeios, lancis e áreas de lazer; 2-Construção de infra-estruturas e instalações. 3-programa de construção de 200 fogos habitacionais.</p>
<p>Saneamento Básico</p>	<p>1-Aquisição de 3 máquinas para Serviços de jardinagem e serviços de corte e embelezamento de jardins e plantas; 2-Aquisição de 35 motorizadas de três rodas, para 20 brigadas de recolha de</p>	<p>1-Incrementar Acções de Formação sobre os cuidados a ter com o lixo, meio ambiente e o saneamento básico; 2-Serviços de Limpeza e</p>	<p>1-Contratação de (3) Empresas de Limpeza e higiene para os (2) Centros de Saúde e (7) Postos de saúde; 2-Escavação de um buraco para</p>	<p>1-Serviços de limpeza e saneamento nos centros e saúde, postos médicos e repartição Municipal.</p>

Continuação (2015)

Sector	ANO 2015 Municípios			
	Cabinda	Cacong	Buco-Zau	Belize
	lixo para comuna sede, Malembo e Tando Zinze; 3-Aquisição de equipamentos para apoio ao saneamento básico e acções de transgressões administrativas na cidade e arredores, Apoio a 3 brigadas de limpeza das valetas e embelezamento do município Sede e apoio à 2 brigadas comunitárias municipais de capina, poda e caimento de árvores da cidade; 4-Aquisição de 2500 mil rolos de sacos de lixo para apoiar as cinco brigadas comunitárias e empresas intervenientes na limpeza e recolha de lixo.	Saneamento Básico no Município de Cacong para o ano 2015.	depósito de Lixo; 3-Limpeza e recolha de resíduos sólidos na vila de Buco-Zau; 4-Limpeza e manutenção de Jardim na Vila de Buco-Zau.	
Emprego e Formação Profissional			1-Refrescamento de 30 Técnicos no programa de tuberculose, 30 Técnicos no programa de VIH/SIDA, saúde Reprodutiva e Malária.	
Agricultura	Escoamento da Produção agrícola para as lojas de Papagro.	1-Aquisição de enxadas, catanas, limas e outras ferramentas para atribuir aos camponeses.	1-Loteamento e Correção de 100 hectares de Terras Aráveis na Comuna de Necuto nas Aldeia Seva e Panga Mongo para 200 famílias; 2-Aquisição de um tractor agrícola com reboque e <i>inputs</i> e insumos para oferta aos	1-Loteamento e correção das terras aráveis; 2-Apoio as cooperativas agrícolas especializadas; 3-Aquisição e fornecimento de Inputs Agrícolas; 4-Criação de práticas de suinicultura e de aqüicultura no ambiente natural;

Continuação (2015)

Sector	ANO 2015 Municípios			
	Cabinda	Cacongo	Buco-Zau	Belize
			agricultores.	5-Aquisição de máquinas, equipamentos e ferramentas de apoio ao Micro aviário.
Pesca				
Indústria	1-Fornecimento e instalação de 1 semi indústria de produção de sabão caseiro.			
Comércio	1-Obra em curso de construção do mercado no bairro Gika; 2-Preparação de terreno para construção do mercado de madeira; 3-Reabilitação de uma loja de campo na aldeia de Fortaleza, comuna Sede.	1-Construção da Loja de Campo na Aldeia de Chiluti Fase2/Comuna de Massabi; 2-Construção da Loja de Campo na Aldeia de Chapa Fase2/Comuna do Dinge.	1-Construção de Mercado Comunal de Necuto; 2-Apetrechamento das Lojas de Campo de Chiaca, Chimbeza I, Mbundo e Conde Pequeno; 3-Realização de duas feiras agropecuaria na Vila de Buco-Zau.	1-Construção da Loja de Campo / FASE 2 nas regedorias de Zala de Cima, Nganda Congo, Kicumba Congo e Kibuendi. 2-Construção da Loja de Campo no município sede, nas regedorias de Zala d Baixo e Caio Guembo; 3-Criação da 1ª Feira Municipal da banana.
Energia	1-Aquisição de 5 geradores, para os Postos de Saúde de Chimbuandi, Subantando, Chinzazi, Talibeca e Bumelambuto; 2-Manutenção de 37 Geradores dos Centros Saúde.	1-Manutenção de 8 Geradores instalados bem como pela compra de Acessórios, nos Centros e Postos de Saúde de: Dinge, Massabi, Buzinda, Beira Nova, Cochiloango, Lico, Mandarin e Ngomongo, nas Comunas do Dinge e Massabi respectivamente.	1-Manutenção dos Geradores dos dois 2 Centros de saúde; 2-Aquisição de um pequeno gerador de 22 KVA para apoio a actividade Agrícola.	
Transporte e vias de comunicação		1-Manutenção dos meios de transportes da comuna sede e Dinge e Massabi.		

Continuação (2015)

Sector	ANO 2015 Municípios			
	Cabinda	Caongo	Buco-Zau	Belize
Outras actividades	1-Elaboração de projecto completo definitivo para a Construção da 2a fase (das 4 previstas) do novo cemitério municipal de Cabinda.	1-Reabilitação da Rede de Água e Eléctrica, bem como as Instalações Sanitárias e Climatização no Centro de Saúde do Dingé/Comuna do Dingé Fase 2.	1-Aquisição de mobiliário para apetrechamento das residências da chefe da Repartição e 4 residências dos técnicos do Centro de Saúde de Necuto; 2. Aquisição de 50 colchões e 2500 Lençóis para abastecer aos centros e postos de Saúde;	1-Prestação de serviços em conservação de infra-estruturas nas unidades Sanitárias; 2-Continuação de arborização (Plantação de 100 árvores) e limpeza e saneamento.

Fonte: Elaboração própria baseada nas informações do programa combate à Pobreza do Governo da Província de Cabinda.

Apêndice A3

A3.1- Quadro de dados de IDH e seus componentes (método DEA)

		Anos	IDH Total	Rendi/to	Educação	Saúde
Cabinda	Região 1	2013	2	4	4	4
Cacongo	Região 2	2013	3	3	2	2
Buco-Zau	Região 3	2013	2.33	3	3	3
Belize	Região 4	2013	4	2	2	2
Cabinda Geral	Região 5	2013	0.567	0.6	0.55	0.55
Angola	Região 6	2013	0.526	0.475	0.161	0.166
Cabinda	Região 1	2014	4	5	3	4
Cacongo	Região 2	2014	3.67	4	4	3
Buco-Zau	Região 3	2014	2.67	3	3	2
Belize	Região 4	2014	2.67	3	3	2
Cabinda Geral	Região 5	2014	0.650	0.75	0.65	0.55
Angola	Região 6	2014	0.540	0.487	0.165	0.170
Cabinda	Região 1	2015	3.67	4	3	4
Cacongo	Região 2	2015	3	3	3	3
Buco-Zau	Região 3	2015	3	2	3	4
Belize	Região 4	2015	2.67	2	3	3
Cabinda Geral	Região 5	2015	0.617	0.55	0.6	0.7
Angola	Região 6	2015	0.554	0.5	0.17	0.175

Fonte: Elaboração própria, 2015, com base as notas metodológica

Nota metodológica:

A atribuição das notas no intervalo de [1-5] nos municípios foi feita segundo o cruzamento dos programas de combate à pobreza (apêndice A2), grau de desenvolvimento que cada município e modo de vida da população, utilizando os seguintes critérios:

1	2	3	4	5
Péssimo	Regular	Bom	Muito Bom	Excelente

Determinação de n° de observações:

N° de Anos: **3**

N° de municípios (regiões): **6**

N° de componentes: **4**

Assim sendo, o n° de observações é: **3 * 6 * 4 = 72**

A3.1.1- Quadro de dados de IDH e seus componentes, equivalente em percentagem.

		Anos	IDH Total	Rendi/to	Educação	Saúde
Cabinda	Região 1	2013	0.8	0.8	0.8	0.8
Cacongo	Região 2	2013	0.47	0.6	0.4	0.4
Buco-Zau	Região 3	2013	0.6	0.6	0.6	0.6
Belize	Região 4	2013	0.4	0.4	0.4	0.4
Cabinda Geral	Região 5	2013	0.567	0.6	0.55	0.55
Angola	Região 6	2013	0.526	0.475	0.161	0.166
Cabinda	Região 1	2014	0.8	1	0.6	0.8
Cacongo	Região 2	2014	0.73	0.8	0.8	0.6
Buco-Zau	Região 3	2014	0.53	0.6	0.6	0.4
Belize	Região 4	2014	0.53	0.6	0.6	0.6
Cabinda Geral	Região 5	2014	0.650	0.75	0.65	0.55
Angola	Região 6	2014	0.540	0.487	0.165	0.170
Cabinda	Região 1	2015	0.73	0.8	0.6	0.8
Cacongo	Região 2	2015	0.6	0.6	0.6	0.6
Buco-Zau	Região 3	2015	0.6	0.4	0.6	0.8
Belize	Região 4	2015	0.53	0.4	0.6	0.6
Cabinda Geral	Região 5	2015	0.617	0.55	0.6	0.7
Angola	Região 6	2015	0.554	0.500	0.170	0.175

Fonte: Elaboração própria, 2015, N° de observações: 72

A3.1.2- Quadro de IDH e seus componentes, equivalente em percentagem (quadro 19).

SECTORES	ANOS	IDH Angola	CABINDA Geral	Municípios (Regiões)			
			100%	Cabinda	Cacongo	Buco-Zau	Belize
RENDIMENTO	2013	0,4750	0,6	0,8	0,6	0,6	0,4
	2014	0,487	0,75	1	0,8	0,6	0,6
	2015	0,500	0,55	0,8	0,6	0,4	0,4
	Média	-	0,63	0,87	0,67	0,50	0,47
EDUCAÇÃO	2013	0,161	0,55	0,8	0,4	0,6	0,4
	2014	0,165	0,65	0,6	0,8	0,6	0,6
	2015	0,170	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
	Média	-	0,60	0,67	0,60	0,60	0,53
SAÚDE	2013	0,166	0,55	0,8	0,4	0,6	0,4
	2014	0,170	0,55	0,8	0,6	0,4	0,4
	2015	0,175	0,7	0,8	0,6	0,8	0,6
	Média	-	0,6	0,8	0,5	0,6	0,5
IDH-Total	2013	0,526	0,567	0,8	0,47	0,6	0,4
	2014	0,540	0,650	0,8	0,73	0,53	0,53
	2015	0,554	0,617	0,73	0,6	0,6	0,53
	Média	0,5398	0,611	0,778	1	0,578	0,489

Fonte: Elaboração própria, 2015

A3.2- Quadros de resumo de IDH inter-regiões Rendimentos Constantes a Escala (crs)

(X₁) Rendimento - Estimação de fronteira de produção para o Programa Combate à Pobreza pelo método DEA (crs) *input oriented*

Regiões	Y	X1	<i>Input oriented</i>	Sumário de pares ou vértices da fronteira			Sumário de Objectivo de INPUT	Comp. IDH	
	IDH Geral		<i>Eficiência Técnica</i>	Pares	Peso de pares	Contagem de pares	Nº Y estimados a 100% ef.	Movto X1	
Cabinda	0,8	0,8	90,3%	6	1	1,521	0	0,722	-0,078
Cacongo	0,47	0,6	70,7%	6	2	0,894	0	0,424	-0,176
Buco-Zau	0,6	0,6	90,3%	6	3	1,141	0	0,542	-0,058
Belize	0,4	0,4	90,3%	6	4	0,76	0	0,361	-0,039
Cabinda Geral	0,567	0,6	85,3%	6	5	1,078	0	0,512	-0,088
Angola	0,526	0,475	100,0%	6	6	1	5	0,475	0
Média			87,8%						

Fonte: Elaboração própria baseada na Estimação de eficiência e de fronteira pelo modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli: <http://www.uq.edu.au/economics/cepa/deap.php>
Nº de observação 72

(X₂) Educação - Estimação de fronteira de produção para o Programa Combate à Pobreza pelo método DEA (crs) *input oriented*

Regiões	Y	X2	<i>Input oriented</i>	Sumário de pares ou vértices da fronteira			Sumário de Objectivo de INPUT	Comp. IDH	
	IDH Geral		<i>Eficiência Técnica</i>	Pares	Peso de pares	Contagem de pares	Nº Y estimados a 100% ef.	Movto X2	
Cabinda	0,8	0,8	90,3%	6	1	1,521	0	0,245	-0,555
Cacongo	0,47	0,4	70,7%	6	2	0,894	0	0,144	-0,256
Buco-Zau	0,6	0,6	90,3%	6	3	1,141	0	0,184	-0,416
Belize	0,4	0,4	90,3%	6	4	0,76	0	0,122	-0,278
Cabinda Geral	0,567	0,55	85,3%	6	5	1,078	0	0,174	-0,376
Angola	0,526	0,161	100,0%	6	6	1	5	0,161	0
Média			87,8%						

Fonte: Elaboração própria baseada na Estimação de eficiência e de fronteira pelo modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli (IDH Inter-Regiões 2013-2015). Nº de observações: 72

Continuação A3.2

(X₃) Saúde - Estimação de fronteira de produção para o Programa Combate à Pobreza pelo método DEA (crs) *input oriented*

Regiões	Y	X3	<i>Input oriented</i>	Sumário de pares ou vértices da fronteira			Sumário de Objectivo de INPUT	Comp. IDH	
	IDH Geral		<i>Eficiência Técnica</i>	Pares	Peso de pares	Contagem de pares	Nº Y estimados a 100% ef.	Movto X3	
Cabinda	0,8	0,8	90,3%	6	1	1,521	0	0,252	-0,548
Cacongo	0,47	0,6	70,7%	6	2	0,894	0	0,148	-0,252
Buco-Zau	0,6	0,6	90,3%	6	3	1,141	0	0,189	-0,411
Belize	0,4	0,4	90,3%	6	4	0,76	0	0,126	-0,274
Cabinda Geral	0,567	0,6	85,3%	6	5	1,078	0	0,179	-0,371
Angola	0,526	0,166	100,0%	6	6	1	5	0,166	0
Média			87,8%						

Fonte: Elaboração própria baseada na Estimação de eficiência e de fronteira pelo modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli (IDH Inter-Regiões 2013-2015). Nº de observações: 72

(Y) IDH-Geral - Estimação de fronteira de produção para o programa combate à pobreza pelo método DEA (crs) *input oriented*

Regiões	Y	X1	X2	X3	<i>Output oriented</i>	Sumário de pares ou vértices da fronteira			Sumário de Objectivo de OUPUT	Movto Y	
	IDH Geral				<i>Eficiência Técnica</i>	Pares	Peso de pares	Contagem de pares	Nº Y estimados a 100% ef.		
Cabinda	0,8	0,8	0,8	0,8	90,3%	6	1	1,684	0	0,886	0,086
Cacongo	0,47	0,6	0,4	0,4	70,7%	6	2	1,263	0	0,6	0,13
Buco-Zau	0,6	0,6	0,6	0,6	90,3%	6	3	1,263	0	0,664	0,064
Belize	0,4	0,4	0,4	0,4	90,3%	6	4	0,842	0	0,443	0,043
Cabinda Geral	0,567	0,6	0,55	0,55	85,3%	6	5	1,263	0	0,664	0,097
Angola	0,526	0,475	0,161	0,166	100,0%	6	6	1	5	0,526	0
Média					87,8%						

Fonte: Elaboração própria baseada na Estimação de eficiência e de fronteira pelo modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli (IDH Inter-Regiões 2013-2015). Nº de observações: 72

A3.3- Quadros de Análise de eficiência de IDH Intra - Regiões, modelo DEA (crs-input e output)

Quadro I-Input

Results for firm: 1 CABINDA (CRS-INPUT)				
Technical efficiency = 0,903				
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,8	0	0	0,8
Input 1 (Rendto)	0,8	-0,078	0	0,722
Input 2 (Edu)	0,8	-0,078	-0,478	0,245
Input 3 (Saúde)	0,8	-0,078	-0,47	0,252
LISTING OF PEERS:				
Peer lambda weight				
6	1,521			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli, N° de observações:72

Quadro II-Input

Results for firm: 2 CACONGO (CRS-INPUT)				
Technical efficiency = 0,707				
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,47	0	0	0,47
Input 1 (Rendto)	0,6	-0,176	0	0,424
Input 2 (Edu)	0,4	-0,117	-0,139	0,144
Input 3 (Saúde)	0,4	-0,117	-0,135	0,148
LISTING OF PEERS:				
Peer lambda weight				
6	0,894			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli, N° de observações:72

Quadro I - Output

Results for firm: 1 CABINDA (CRS-OUTPUT)				
Technical efficiency = 0,903				
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,8	0,8	0	0,886
Input 1 (Rendto)	0,8	0	0	0,8
Input 2 (Edu)	0,8	0	-0,529	0,271
Input 3 (Saúde)	0,8	0	-0,52	0,28
LISTING OF PEERS:				
Peer lambda weight				
6	1,684			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli, N° de observações:72

Quadro II - Output

Results for firm: 2 CACONGO (CRS-OUTPUT)				
Technical efficiency = 0,707				
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,47	-0,199	0	0,664
Input 1 (Rendto)	0,6	0	0	0,6
Input 2 (Edu)	0,4	0	-0,197	0,203
Input 3 (Saúde)	0,4	0	-0,19	0,21
LISTING OF PEERS:				
Peer lambda weight				
6	1,263			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli, N° de observações:72

Continuação A3.3

Quadro III - Input

Results for firm: 3 BUCO-ZAU (CRS-INPUT)				
Technical efficiency = 0,903				
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,6	0	0	0,6
Input 1 (Rendto)	0,6	-0,058	0	0,542
Input 2 (Edu)	0,6	-0,058	-0,358	0,184
Input 3 (Saúde)	0,6	-0,058	-0,352	0,189
LISTING OF PEERS:				
Peer lambda weight				
6	1,141			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli, N° de observações:72

Quadro IV - Input

Results for firm: 4 BELIZE (CRS-INPUT)				
Technical efficiency = 0,903				
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,4	0	0	0,4
Input 1 (Rendto)	0,4	-0,039	0	0,361
Input 2 (Edu)	0,4	-0,039	-0,239	0,122
Input 3 (Saúde)	0,4	-0,039	-0,235	0,126
LISTING OF PEERS:				
Peer lambda weight				
6	0,760			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli, N° de observações:72

Quadro III - Output

Results for firm: 3 BUCO-ZAU (CRS-OUTPUT)				
Technical efficiency = 0,903				
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,6	0,064	0	0,664
Input 1 (Rendto)	0,6	0	0	0,6
Input 2 (Edu)	0,6	0	-0,397	0,203
Input 3 (Saúde)	0,6	0	-0,39	0,21
LISTING OF PEERS:				
Peer lambda weight				
6	1,263			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli, N° de observações:72

Quadro IV - Output

Results for firm: 4 BELIZE (CRS-OUTPUT)				
Technical efficiency = 0,903				
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,4	0,063	0	0,443
Input 1 (Rendto)	0,4	0	0	0,4
Input 2 (Edu)	0,4	0	-0,264	0,136
Input 3 (Saúde)	0,4	0	-0,26	0,14
LISTING OF PEERS:				
Peer lambda weight				
6	0,842			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli, N° de observações:72

Continuação A3.3

Quadro V- Input

Results for firm: 5 CABINDA-GERAL (CRS-INPUT)				
Technical efficiency = 0,853				
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,567	0	0	0,567
Input 1 (Rendto)	0,6	-0,088	0	0,512
Input 2 (Edu)	0,55	-0,081	-0,296	0,174
Input 3 (Saúde)	0,55	-0,081	-0,29	0,179
LISTING OF PEERS:				
Peer lambda weight				
6	1,078			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli, N° de observações:72

Quadro VI - Input

Results for firm: 6 ANGOLA (CRS-INPUT)				
Technical efficiency = 1,000				
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,526	0	0	0,526
Input 1 (Rendto)	0,475	0	0	0,475
Input 2 (Edu)	0,161	0	0	0,161
Input 3 (Saúde)	0,166	0	0	0,166
LISTING OF PEERS:				
Peer lambda weight				
6	1,000			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli, N° de observações:72

Quadro V - Output

Results for firm: 5 CABINDA-GERAL (CRS-OUTPUT)				
Technical efficiency = 0,853				
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,567	0,097	0	0,664
Input 1 (Rendto)	0,6	0	0	0,6
Input 2 (Edu)	0,55	0	-0,347	0,203
Input 3 (Saúde)	0,55	0	-0,34	0,21
LISTING OF PEERS:				
Peer lambda weight				
6	1,263			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli, N° de observações:72

Quadro VI - Output

Results for firm: 6 ANGOLA (CRS-OUTPUT)				
Technical efficiency = 1,000				
PROJECTION SUMMARY:				
Variable	Original Value	Radial Movement	Slack Movement	Projected Value
Output 1 (IDH)	0,526	0	0	0,526
Input 1 (Rendto)	0,475	0	0	0,475
Input 2 (Edu)	0,161	0	0	0,161
Input 3 (Saúde)	0,166	0	0	0,166
LISTING OF PEERS:				
Peer lambda weight				
6	1,000			

Fonte: Elaboração própria baseada no modelo DEAP 2.1 de Tim Coelli, N° de observações:72

